



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 33^a REUNIÃO

(3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**31/08/2017
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**33^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 31/08/2017.**

33^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 45/2017 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	8
2	MSF 46/2017 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	50

2^a PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 50/2017 - Não Terminativo -	SEN. LASIER MARTINS	102

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(1)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(18 titulares e 18 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Renan Calheiros(8)(14)	AL (61) 3303-2261
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303- 2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303- 6623/6624	3 Hélio José(8)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Acir Gurgacz(PDT)(6)(17)	RO (061) 3303- 3131/3132	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303- 5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286

Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)

Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303- 9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferrão(PSDB)(3)(13)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303- 4502/4503

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)

Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303- 1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303- 1123/1223/1324/1 347/4206/4207/46 87/4688/1822

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
Fernando Bezerra Coelho(PSB)(5)	PE (61) 3303-2182	2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303- 5783/5786	1 VAGO(4)(15)(16)(11)	
Pedro Chaves(PSC)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edson Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferrão foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção do mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

Em 31 de agosto de 2017
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA
33^a Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1^a PARTE	Indicação de Autoridades
2^a PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2017

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 24/08/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2017

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 24/08/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2017

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta Reunião ocorrerá a leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

1^a PARTE - INDIÇÃO DE AUTORIDADES

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 45, DE 2017

(nº 251/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 251

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Os méritos do Senhor Agemar de Mendonça Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de julho de 2017.

EM nº 00168/2017 MRE

Brasília, 11 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Repúblida da Armênia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 298 - C. Civil.

Em 19 de julho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS
CPF: 09169512191

1951 filho de Agemar da Rocha Santos e Nea de Mendonça Santos, nasce no Rio de Janeiro, RJ.

Dados Acadêmicos:

- 1977 Graduado no Curso de Preparação à Carreira Diplomática
1982 Aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático CAD
2001 Aprovado no Curso de Altos Estudos CAE em 19 de fevereiro de 2001, com a tese "Nova Diplomacia Consular: o Cônsul como agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América

Cargos:

- 1978 Terceiro-Secretário
1980 Segundo-Secretário
1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
1995 Conselheiro, por merecimento
2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2011 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

- 1978 Divisão de Passaportes, Assistente
1980 Divisão do Orçamento e Programação Financeira, Assessor
1982 Consulado Geral em Nova York, Cônsul Adjunto
1984 Divisão de Divulgação Documental, Chefe, Substituto
1984 Departamento de Comunicações e Documentação, Assessor

1985	Divisão de Processamento de Dados, Chefe, Substituto
1988	Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário
1991	Embaixada em Lima, Primeiro-Secretário
1992	Embaixada em Lima, Encarregado de Negócios
1993	Divisão da América Meridional II, Assistente
1995	Ministério Extraordinário dos Esportes - Chefe de Gabinete do Ministro
1996	Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral Adjunto
1999	Embaixada em Quito, Conselheiro
2003	Departamento de Promoção Comercial - Assessor
2003	Embaixada em Kuaite, Encarregado de Negócios
2005	Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Chefe
2006	Escritório de Representação em Ramala, Encarregado de Negócios
2007	Embaixada em Malabo, Embaixador
2010	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, Diretor de Relações Institucionais

Condecorações

1993	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grau de Oficial
2003	Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grau Comendador
2010	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grau de Grande Oficial

Publicações:

2002	A presidência pro tempore brasileira do Mercosul em 2002, in Comércio Exterior em Perspectiva, CNI, Ano 12 n.1- out 2002
2003	Laudos Arbitrais no marco do Protocolo de Brasília: a construção jurídica do processo de integração, com co-autoria de D.Benjamim, in DMC (org.) - Solução de Controvérsias no Mercosul, Câmara dos Deputados
2004	União Europeia e Geração de Emprego (artigo com José Alfredo Graça Lima e Ancelmo César

Lins de Góis), in Mundo Afora - Programas de Geração de Empregos, Ministério das Relações Exteriores

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARMÊNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE A ARMÊNIA	
NOME OFICIAL:	República da Armênia
GENTÍLICO:	armênio
CAPITAL:	Ierevan
ÁREA:	29.800 km ²
POPULAÇÃO:	3,051 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Armênio
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja Apostólica Armênia (94,7% da população), outras denominações cristãs (4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semi-presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional; parlamento unicameral, composto por 131 membros
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Serzh Sargsyan (desde abril de 2008)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Karen Karapetyan (desde setembro de 2016)
CHANCELER:	Edward Nalbandian (desde abril de 2008)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$10,529 bilhões (2016)
PIB - PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):	US\$ 25,405 bilhões (2016)
PIB PER CAPITA (2016):	US\$ 3.450
PIB PPP PER CAPITA (2016):	US\$ 8.326
VARIAÇÃO DO PIB:	3,2% (2016); 3% (2015); 3,6% (2014)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0.743 (84 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	74,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,85%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	16,8% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA:	dram armênio
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ashot Galoyan
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 20 brasileiros residentes na Armênia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ARMÊNIA em USD mil (fonte: MDIC)									
Brasil → Armênia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016
Intercâmbio	1.619	8.664	9.443	20.190	27.357	32.238	35.715	21.004	38.691
Exportações	1.520	8.368	9.431	19.523	27.260	32.067	35.599	20.878	38.577
Importações	98	296	12	666	97	171	116	125	113
Saldo	1.421	8.072	9.419	18.847	27.163	31.896	35.483	20.753	38.463

Informação elaborada em 26/05/2017, por Igor Abdalla Medina de Souza. Revisada Maurício da Costa Carvalho Bernardes.

APRESENTAÇÃO

A Armênia é um país localizado no Cáucaso Sul, região que marca uma das fronteiras da Europa com a Ásia. Faz fronteiras com a Turquia a Oeste, a Geórgia ao Norte, o Azerbaijão ao Leste e o Irã ao Sul.

Tem população de cerca de 3 milhões de habitantes e território de 29 mil km². Em 2016, o PIB estimado foi de US\$ 10 bilhões, ou US\$ 3.500 por habitante. É uma república unitária semi-presidencial, membro da Organização das Nações Unidas, da União Econômica Euroasiática, do Conselho da Europa e da Organização de Cooperação do Mar Negro.

A Armênia histórica, cujo território equivalia a cerca de dez vezes a extensão da Armênia atual, foi parte de diversos impérios ao longo dos séculos, incluindo os impérios Otomano, Persa e Mongol. Em 1922, a Armênia foi anexada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de que fez parte até 1991 – quando, no contexto da desintegração do bloco soviético, tornou-se um país independente. Há importante diáspora armênia no mundo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Serzh Sargsyan Presidente da Armênia



Serzh Azati Sargsyan nasceu em 30 de junho de 1954, em Stepanakert. Em 1971, ingressou na Universidade Estatal de Ierevan, formando-se em filologia em 1979. Serviu no exército soviético entre 1971 e 1972. Em 1979, tornou-se o líder do Comitê da Juventude do Partido Comunista de Stepanakert, posteriormente assumindo o cargo de assessor de Genrikh Poghosyan, o primeiro-secretário do Comitê Regional de Nagorno-Karabakh. Em 1990, foi eleito para o Conselho Supremo da Armênia.

Teve destacada atuação em diversas batalhas ocorridas durante a Guerra de Nagorno-Karabakh e é considerado um dos fundadores das Forças Armadas daquela região e da Armênia moderna. Foi ministro da Defesa, em 1993; diretor do Departamento de Segurança da Armênia, em 1995; ministro de Segurança Nacional, em 1996; e chefe de gabinete do presidente Robert Kotcharyan, em 1999. Naquele ano assumiu como secretário do Conselho de Segurança Nacional e, em 2000, novamente como ministro da Defesa. Permaneceu naqueles cargos até 2007, quando se tornou primeiro-ministro. Em 2007, recebeu apoio de Kotcharyan para a candidatura à presidência, tendo sido eleito com 53% dos votos. Em 9 de abril de 2008, Serzh Sargsyan tomou posse como o terceiro presidente da Armênia independente. Em 2013, foi reeleito com 59% dos votos. Em ambas as ocasiões, houve protesto da oposição quanto à lisura dos pleitos.

Em 2016, realizou visita de trabalho ao Brasil.

Karen Karapetyan
Primeiro-Ministro



Nasceu em Stepanakert, em 14 de agosto de 1963. Graduou-se em matemática aplicada na Universidade Estatal de Ierevan. Em 2001, foi designado vice-ministro da Energia e posteriormente trabalhou na estatal de gás da Armênia (Armrosgazprom). Entre dezembro de 2010 e novembro de 2011, ocupou o cargo de prefeito de Ierevan, após a renúncia de Gagik Beglaryan, prefeito eleito em 2009. Após, manteve importantes cargos na estatal russa de gás Gazprom.

Em 2016, foi designado primeiro-ministro da Armênia. Em 2017, foi eleito primeiro-vice-presidente do Partido Republicano da Armênia.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992, e o Brasil conta com Embaixada em Ierevan desde 2006. Em dezembro de 2010, o presidente Serzh Sargsyan designou o senhor Ashot Yeghazaryan como o primeiro embaixador residente da Armênia no Brasil. Destacam-se as seguintes visitas de alto nível de autoridades armênias ao Brasil: do presidente Robert Kocharyan (maio de 2002), do chanceler Edward Nalbandian (janeiro de 2011), do presidente da Assembleia Nacional da Armênia, Hovik Abrahamyan (novembro de 2013), e do presidente Serzh Sargsyan (agosto de 2016).

Em sua visita, o presidente armênio foi recebido pelo senhor presidente da República. Foram firmados, em cerimônia realizada após a reunião presidencial, os seguintes acordos: Acordo de Cooperação em Educação; Acordo de Cooperação Técnica; Memorando de Entendimento entre Academias Diplomáticas; Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas; e Memorando de Entendimento em Cooperação Agrícola. O presidente Sargsyan compareceu à cerimônia de lançamento da construção da futura embaixada da Armênia em Brasília. O mandatário armênio realizou, ainda, visitas a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Dentre as atividades de cooperação, registre-se que, desde 2010, vem sendo desenvolvido programa de cooperação técnica na área de defesa civil, entre o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e o Ministério de Situações de Emergência da Armênia. A parte brasileira tem oferecido cursos de capacitação e treinamento à parte armênia. O Ministério da Agricultura da Armênia tem manifestado interesse em receber cooperação brasileira em agropecuária, e o Ministério da Saúde armênio solicitou transferência de experiências brasileiras na prestação de serviços públicos de saúde.

Em maio de 2011, o Brasil fez doação de US\$ 50 mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em conferência de doadores para o assentamento de refugiados de Nagorno-Karabakh, organizada pela Armênia. Da mesma forma, o Brasil fez doação de US\$ 100 mil, para a aquisição de novo laboratório para controle de substâncias químicas, em função de situação de emergência ambiental naquele país.

As relações bilaterais têm seu principal esteio na comunidade armênia de São Paulo. Embora pequena numericamente, essa comunidade é extremamente empreendedora e influente, sendo estimada em cerca de 25

mil integrantes, do total de 40 mil que se calcula vivam no Brasil, entre imigrantes e seus descendentes. É significativa sua contribuição ao desenvolvimento da sociedade brasileira, com atuação nos mais diversos setores da vida privada e pública nacional.

Assuntos Consulares

O setor consular da Embaixada do Brasil em Ierevan presta apoio à comunidade brasileira no país. Não há consulados honorários no país.

Há cerca de 20 brasileiros na jurisdição da Embaixada, a maioria deles jogadores de futebol.

Além de prestar a assistência consular de praxe em casos concretos, o governo brasileiro tem buscado auxiliar os profissionais do futebol que pretendem trabalhar na Armênia. Cabe mencionar que o Itamaraty redigiu cartilha informativa denominada "Orientações para Trabalho no Exterior" como forma de prevenir a ocorrência de problemas trabalhistas.

Empréstimos e Créditos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da República da Armênia.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição armênia, adotada em 1995, estabelece, para todos os efeitos, um regime quase presidencialista, em que o titular da presidência detém amplos poderes (nomear e demitir o primeiro-ministro e demais ministros; dissolver o Parlamento e convocar eleições extraordinárias; assinar acordos internacionais; nomear juízes). O mandato do presidente da República é de cinco anos. O presidente Serzh Sargsyan foi reeleito, em 2013, com 59% dos votos.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, unicameral, composta de 131 parlamentares, 75 dos quais eleitos pelo voto distrital e 56 pelo voto proporcional, para mandatos de cinco anos.

Nas eleições parlamentares de abril de 2017, o Partido Republicano, do presidente Sargsyan, manteve a maioria no Parlamento. Os assentos ficaram distribuídos da seguinte forma: Partido Republicano - 58 assentos; Bloco Tsarukyan - 31; Bloco Yelk - 9; Partido Dashnaksutyun

- 7. Após as eleições, o Partido Republicano e o Partido Dashnaksutyun formalizaram coalização de governo.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais interesses da política externa armênia incluem: a relação "estratégica" com a Rússia, da qual a Armênia se considera o principal aliado no Cáucaso Sul; a solução da questão de Nagorno-Karabakh, com o Azerbaijão; a abertura para o Ocidente, especialmente as relações com os EUA e a Europa – no marco de sua "política externa complementar"; e a promoção do reconhecimento universal do "genocídio armênio de 1915", apesar do efeito negativo dessa campanha para a relação com a vizinha Turquia.

As relações entre a Armênia e a Rússia são qualificadas como estratégicas por ambos os governos. Cabe ressaltar a importância desses vínculos para a Armênia na área de segurança, a exemplo da presença de base militar russa na cidade de Gyumri, com cerca de 5 mil soldados, com a responsabilidade de assegurar a vigilância da fronteira com a Turquia. A importância da parceria econômica com a Rússia pode ser notada na maciça presença de capitais russos no país, traduzida no controle de 80% da capacidade de produção energética local; no monopólio do setor de comunicações e nos importantes ativos no setor financeiro. Estariam operando no país cerca de 1.300 empresas de capital russo.

O país mantém relacionamento tenso com o Azerbaijão, em decorrência da guerra que opôs, a partir de 1988, tropas de armênios étnicos a azeris, na região separatista do Nagorno-Karabakh, que tem cerca de 8.200 km² e aproximadamente 140 mil habitantes. O conflito foi objeto de cessar-fogo mediado pela Rússia em 1994. No início de abril de 2016, ocorreram os piores conflitos na região desde 1994, com mais de uma centena de mortos na chamada “linha de contato”. Em 5 de abril, foi declarado novo cessar-fogo.

Outro eixo importante da política exterior armênia são as relações com a Europa. A Armênia é membro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Conselho da Europa e da Parceria Oriental da União Europeia. O Acordo de Associação entre a Armênia e a União Europeia (UE), que seria assinado em 2013, foi sobrestado em razão do anúncio de que o país integraria a União Econômica Euroasiática (UEE), que é composta por Rússia, Belarus, Cazaquistão e Quirguistão e que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2015. Situação parecida afeta as relações da Armênia com a OTAN, pois o país é membro da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, que, capitaneada por Moscou, é composta ainda por Belarus, Cazaquistão,

Tajiquistão e Quirguistão. Analistas começam a denominar de política externa "complementar" a tentativa da Armênia de conciliar mecanismos euro-atlânticos com arranjos do espaço pós-soviético.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As previsões para o crescimento do PIB da Armênia em 2017 variam segundo a fonte consultada, mas são sistematicamente otimistas, na comparação com o resultado de 2016. O Banco Central da Armênia estima que a economia armênia cresça no corrente ano entre 3,2 e 4,4 por cento. O Banco de Desenvolvimento da Ásia e o Banco Mundial preveem expansão menor, da ordem de 2,2 por cento e 2,7 por cento, respectivamente. O Banco Europeu de Desenvolvimento estima crescimento de 2,9 por cento. Há, de modo geral, a expectativa de manutenção do crescimento das exportações e de alguma recuperação do consumo doméstico – fatores destacados na avaliação do Banco Mundial. E de continuidade na recuperação da economia da Federação Russa, principal parceiro econômico e comercial da Armênia, bem como de realização de investimentos anunciados pelo Governo armênio – pontos assinalados em comentários de representante do FMI, que estima em 3 por cento o crescimento econômico do país em 2017.

Cabe observar que, apesar do crescimento alcançado em 2016, as vendas para mercados externos representam apenas 30 por cento do PIB da Armênia. Na avaliação das autoridades econômicas do país, as exportações armêniias devem crescer ainda mais até alcançarem valor correspondente, a pelo menos, 40-50 por cento do PIB.

Por outro lado, o Governo Armênio está decidido a promover a redução de importações em benefício da produção nacional. Em reunião ministerial realizada em 12 de janeiro de 2016, o Primeiro Ministro Karen Karapetyan instruiu os titulares das pastas do Desenvolvimento Econômico e Investimentos, das Finanças, da Agricultura, da Saúde e da Defesa a apresentarem em curto prazo propostas relativas à descontinuação ("phase-out") de produtos importados e sua substituição por produtos manufaturadas domésticos. Em particular, solicitou a realização de estudos sobre diferentes instrumentos disponíveis para a redução das importações.

Outro foco da estratégia de desenvolvimento econômico da Armênia é a atração de novos investimentos. Há inúmeras iniciativas recentes de promoção das oportunidades oferecidas pelo país, no que as autoridades do país, à frente o Presidente Serzh Sargsyan, têm-se empenhado.

A renda nacional bruta está distribuída em 47% no setor terciário, 30% no secundário e 23% no primário. Em 2015, a inflação ficou em torno

de 0% e em 2016 houve deflação de 1,08%, contra taxas positivas de cerca de 5% nos dois anos anteriores. O desemprego é elevado, totalizando 17,7%.

Sem acesso ao mar, a Armênia depende de seus vizinhos para seu comércio internacional e para a importação dos recursos energéticos de que o país tem grande dependência (95% da energia consumida provém do exterior, sobretudo da Rússia). A Rússia é o maior parceiro comercial, tanto pelo lado das exportações como pelo das importações. Os principais produtos da pauta exportadora armênia são minérios, ouro e pedras preciosas; entre os importados, destacam-se combustíveis, máquinas e automóveis.

Comércio Bilateral

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Armênia compõe-se em sua quase totalidade de exportações brasileiras à Armênia. Em 2016, as exportações brasileiras somaram US\$ 38,6 milhões, enquanto as importações da Armênia corresponderam a US\$ 113 mil. Observou-se, ano passado, marcado crescimento na corrente de comércio, pois as exportações aumentaram 84% do seu valor de 2015. Os principais produtos da pauta exportadora brasileira são carnes (62,5%) e tabacos e sucedâneos (23,3%). Os produtos que o Brasil mais importa da Armênia são vestuário (exceto malha, com 46,1%) e máquinas elétricas (23,8%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1918	Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, e com a desestabilização da Rússia após a Revolução Bolchevique, surgem os Estados independentes da Armênia, do Azerbaijão e da Geórgia.
1920	A Armênia é invadida pela Turquia pelo oeste e pelo Exército Vermelho pelo leste.
1922	Constitui-se a República Federativa Socialista Soviética da Transcaucásia, composta por Armênia, Azerbaijão e Geórgia.
1936	Armênia, Azerbaijão e Geórgia tornam-se Repúblicas separadas no âmbito da União Soviética.
1936-1938	Auge dos expurgos promovidos por Josef Stalin na região.
Final da década de 1980	Mikhail Gorbachev inicia as políticas de reforma (<i>Glasnost</i> e <i>Perestroika</i>) na URSS.

1988	Ressurgimento do movimento nacionalista armênio resultante da questão de Nagorno-Karabakh; início dos conflitos com o Azerbaijão. Em dezembro, ocorre o devastador terremoto de Spitak – norte da Armênia – que destrói aquela cidade e grande parte de Leninakan (atual Gyumri).
1990	Levon Ter Petrosyan, líder do Movimento Pan-Nacional Armênio, é escolhido presidente do Soviete Supremo da Armênia. Em 23 de agosto, o Conselho Supremo da República Socialista Soviética da Armênia adota Declaração de Independência.
1991	Por meio de plebiscito, eleitores armênios aprovam a independência do país, que é declarada em 21 de setembro. No mês seguinte, Levon Ter Petrosyan é eleito presidente.
1992	A Organização para Segurança e Cooperação na Europa cria o Grupo de Minsk, co-presidido por EUA, Rússia e França, para encaminhar uma solução pacífica para o conflito de Nagorno-Karabakh. A Armênia é admitida nas Nações Unidas.
1994	Assinatura de acordo de cessar-fogo entre Armênia e Azerbaijão.
1998	O presidente Levon Ter Petrosyan renuncia ao cargo. O primeiro-ministro Robert Kotcharian assume a Presidência.
1999	O primeiro-ministro Vasgen Sarkisyan, o presidente da Assembleia Nacional, Karen Dermichyan, e mais cinco pessoas são assassinadas durante sessão na Assembleia Nacional.
2003	Robert Kotcharian vence as eleições presidenciais.
2008	O primeiro-ministro do governo Kotcharian, Serzh Sargsyan, é eleito presidente da República. Protestos em Ierevan são liderados pelo candidato derrotado, Levon Ter Petrosyan.
2012	Nas eleições parlamentares realizadas em 6 de maio, o Partido Republicano, presidido pelo Chefe de Estado armênio, manteve a maioria no Parlamento, com 69 representantes eleitos.
2013	Serzh Sargsyan é reeleito presidente da República.
2017	O Partido Republicano do presidente Sargsyan vence as eleições parlamentares.

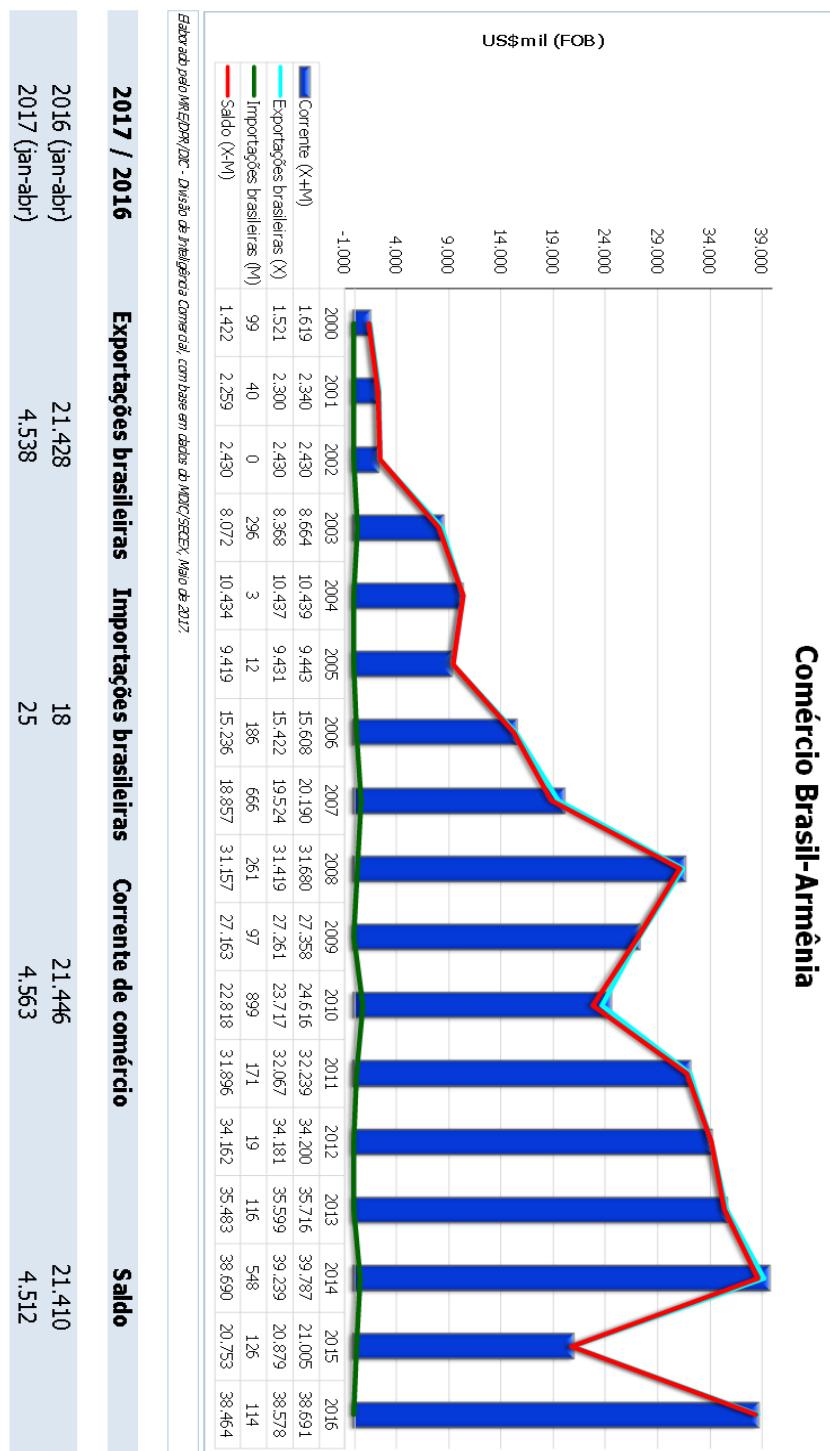
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Raffi Hovhannissian, ministro dos Negócios Estrangeiros da recém-independente República da Armênia, realiza visita de trabalho ao Brasil, em dezembro.
1992	Estabelecimento de relações diplomáticas. O presidente Levon Ter Petrosyan participa da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, e realiza visita oficial a Brasília.
1998	Abertura do Consulado-Geral da Armênia em São Paulo; visita do vice-chanceler Armen Baibourdian a Brasília.
2001	Visita do chanceler Vartan Oskanian a São Paulo e Brasília.
2002	Decreto Presidencial cria a Embaixada do Brasil em Ierevan.
2002	Visita do presidente Robert Kotcharian a Brasília.
2006	Apresentação de credenciais, ao presidente Kotcharian, pela embaixadora Renate Stille, primeira embaixadora residente do Brasil em Ierevan.
2009	Apresentação de credenciais pela embaixadora Marcela Nicodemos ao presidente Serzh Sargsyan.
2010	Ashot Yeghazaryan é designado o primeiro embaixador residente da Armênia no Brasil.
2011	Delegação armênia chefiada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Edward Nalbandian, comparece à cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff e mantém encontro com o ministro das Relações Exteriores, embaixador Antonio de Aguiar Patriota.
2012	O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Ashot Hovakimian, visita o Brasil.
2013	A subsecretária-geral de Política I do Itamaraty, embaixadora Vera Machado, realiza visita a Ierevan.
2013	Visita do presidente da Assembleia Nacional da Armênia, Hovik Abrahamyan a Brasília
2016	Visita do presidente da Armênia, Serzh Sargsyan, ao Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

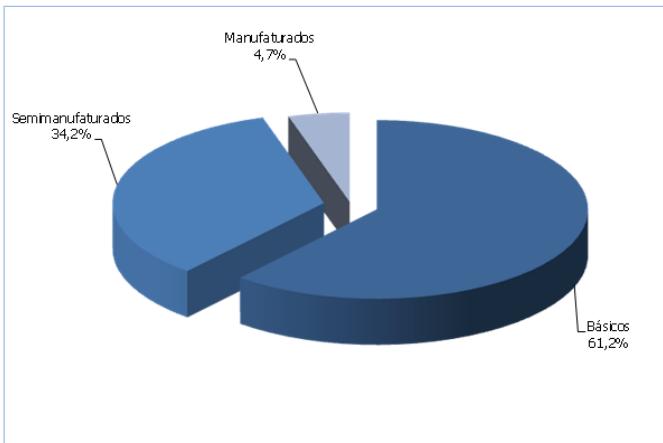
Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Cultural	07/05/2002	22/11/2007	11/01/2008
Acordo para o Estabelecimento de Regime de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviços	07/05/2002	29/05/2003	09/05/2003
Entendimento, por Troca de Notas, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns	26/10/2015	25/11/2015	16/11/2015
Acordo de Cooperação Educacional	12/08/2016		Em tramitação no MRE
Acordo de Cooperação Técnica	12/08/2016		Em tramitação na Casa Civil

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

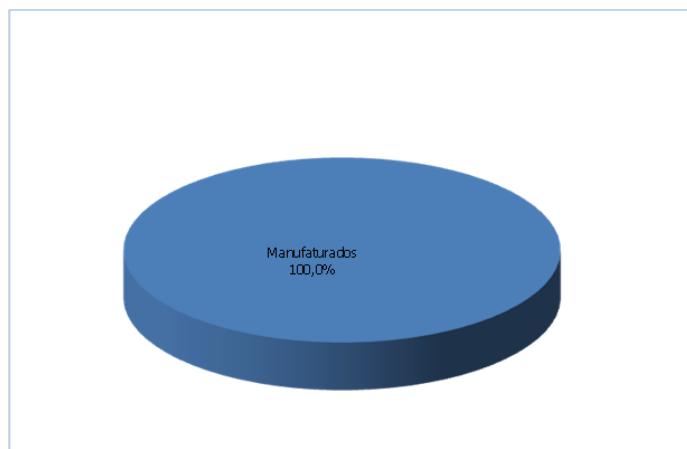


Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016

Exportações



Importações



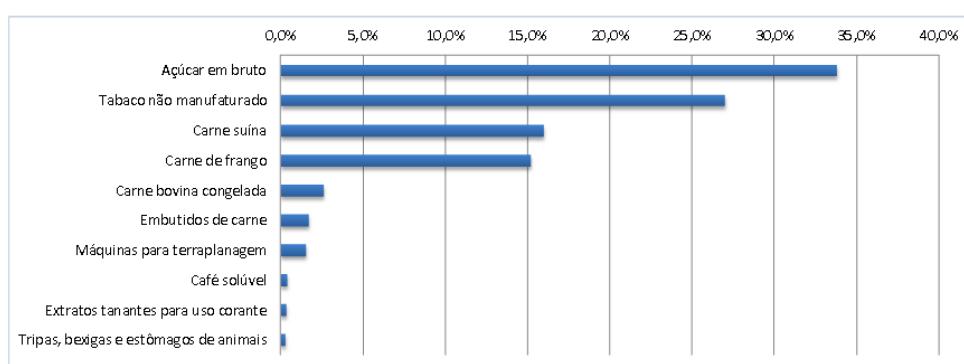
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para a Armênia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	0	0,0%	0	0,0%	13.042	33,8%
Tabaco não manufaturado	13.357	34,0%	4.871	23,3%	10.408	27,0%
Carne suína	11.101	28,3%	7.228	34,6%	6.166	16,0%
Carne de frango	10.631	27,1%	5.589	26,8%	5.874	15,2%
Carne bovina congelada	584	1,5%	232	1,1%	1.020	2,6%
Embutidos de carne	2.167	5,5%	1.768	8,5%	663	1,7%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	593	1,5%
Café solúvel	279	0,7%	221	1,1%	155	0,4%
Extratos tanantes para uso corante	0	0,0%	35	0,2%	132	0,3%
Tripas, bexigas e estômagos de animais	264	0,7%	57	0,3%	109	0,3%
Subtotal	38.383	97,8%	20.001	95,8%	38.162	98,9%
Outros	856	2,2%	878	4,2%	416	1,1%
Total	39.239	100,0%	20.879	100,0%	38.578	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alinred.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

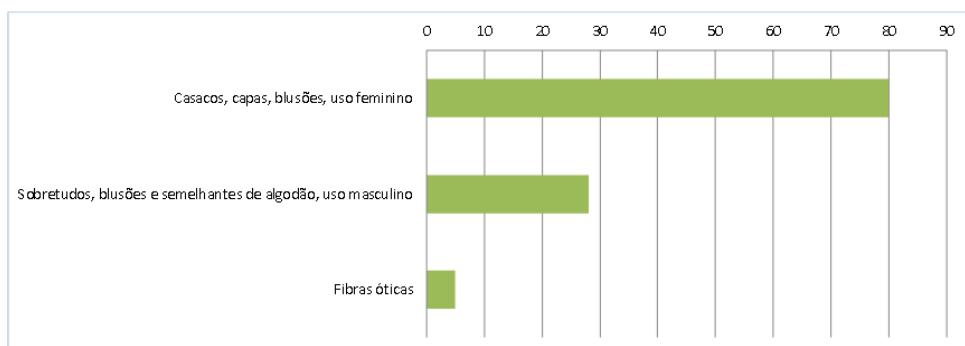


Composição das importações brasileiras originárias da Armênia (SH4)
US\$ mil

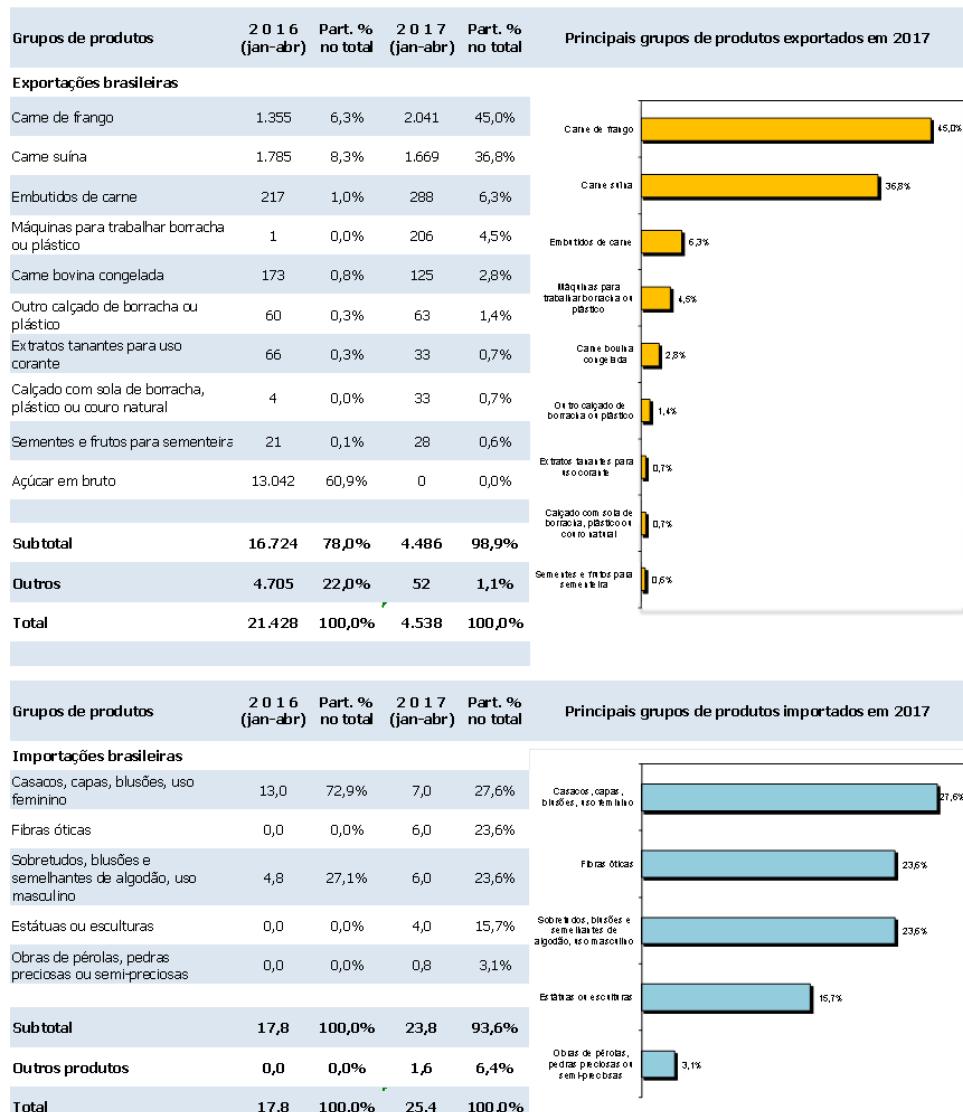
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Casacos, capas, blusões, uso feminino	96	17,5%	44	34,9%	80	70,3%
Sobretudos, blusões e semelhantes de algodão, uso masculino	45	8,2%	11	8,7%	28	24,6%
Fibras óticas	0	0,0%	0	0,0%	5	4,4%
Lâmpadas e tubos elétricos	32	5,8%	30	23,8%	0	0,0%
Granito e outras pedras de construção	14	2,6%	19	15,1%	0	0,0%
Obras de asfalto	0	0,0%	18	14,3%	0	0,0%
Ferro-ligas	355	64,7%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	542	98,8%	122	96,9%	113	99,3%
Outros	6	1,2%	4	3,1%	1	0,7%
Total	548	100,0%	126	100,0%	114	100,0%

Eaborado pelo MRE/DPR/DJC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (S1-H4)
US\$ mil



Baseado pelo MRE/DIV/DEC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alveo.

Principais indicadores socioeconômicos da Armênia

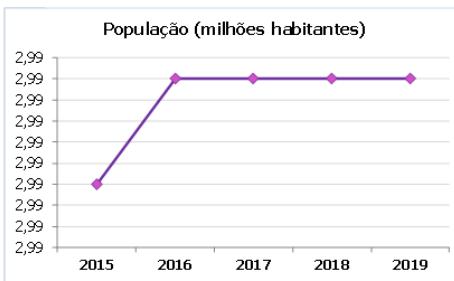
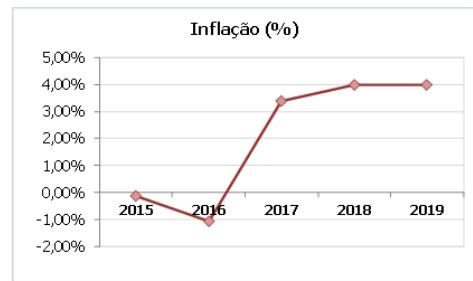
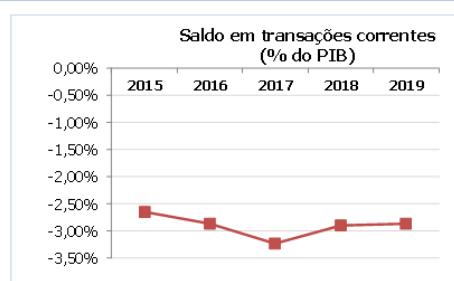
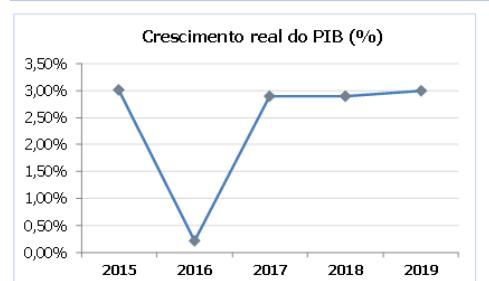
Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,02%	0,21%	2,90%	2,90%	3,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,53	10,50	10,74	11,22	11,78
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.521	3.511	3.591	3.749	3.937
PIB PPP (US\$ bilhões)	25,40	25,78	27,12	28,53	30,03
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.492	8.621	9.066	9.537	10.038
População (milhões habitantes)	2,99	2,99	2,99	2,99	2,99
Desemprego (%)	18,50%	18,79%	18,91%	18,86%	18,56%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,13%	-1,08%	3,38%	4,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,65%	-2,88%	-3,23%	-2,90%	-2,87%
Dívida externa (US\$ bilhões)					
Câmbio (Dram / US\$) ⁽²⁾	477,9	480,5	501,6	519,8	n.d.
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			19,6%		
Indústria			29,1%		
Serviços			51,3%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF- World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2017 e da Cia Fato book.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM YEREVAN,
REPÚBLICA DA ARMÊNIA
EMBAIXADOR EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO
(JUNHO/2013 - JUNHO/2017)**

Desde minha assunção do cargo de Embaixador em Yerevan, em 22 de junho de 2013, avalio que as relações bilaterais entre o Brasil e a Armênia permaneceram no alto nível de excelência alcançado a partir do estabelecimento de relações diplomáticas em 1992. Cabe recordar que o diálogo bilateral ganhou impulso com a abertura da Embaixada do Brasil em Yerevan, em 2006, e com a designação do primeiro Embaixador da Armênia em Brasília, no mesmo ano. Desde então observa-se maior aproximação dos dois países, com destaque para a troca de apoios na esfera multilateral, incremento de visitas, melhor entendimento das particularidades e dos interesses de ambos os países e identificação de oportunidades de cooperação e intercâmbio.

I- PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

I.A - RELAÇÕES POLÍTICAS

Visitas oficiais continuaram a oferecer a ocasião de aprofundamento das relações bilaterais. Em novembro de 2013, o Presidente da Assembléia Nacional, Deputado Hovik Abrahamyan, acompanhado por 11 outros parlamentares, visitou São Paulo (18/11/2013) e Brasília (19 a 21/11/2013). A Delegação foi recebida no Congresso Nacional em 20/11/2013 pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves. As duas partes assinaram Memorando de Intenções para cooperação inter-institucional.

De 11 a 15 de agosto de 2016, o Presidente da Armênia, Serzh Sargsyan, realizou visita de trabalho ao Brasil, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. O Presidente Sargsyan foi recebido pelo Presidente Michel Temer em 12/08/2016. Na oportunidade, foram assinados acordos bilaterais de cooperação educacional e de cooperação técnica, de cooperação em agricultura e de consultas políticas, bem como memorandos de entendimento sobre consultas políticas e cooperação entre academias diplomáticas.

O Presidente armênio também participou da cerimônia de lançamento da construção da Embaixada da Armênia em Brasília, com a presença do então Ministro das Relações Exteriores, José Serra, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Edward Nalbandian. O visitante manteve encontros com a comunidade armênia em São Paulo e compareceu a eventos dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

O Acordo de Consultas Políticas, assinado durante a visita do PR Sargsyan ao Brasil, estabelece a moldura institucional para

a sistematização do diálogo de alto nível, que muito tem contribuído para o fortalecimento das relações bilaterais. Como bom exemplo dessa interação, cabe lembrar o encontro entre o Ministro de Estado, Embaixador Mauro Vieira, e o Chanceler Edward Nalbandian em Munique, em 13 de fevereiro de 2015. Nota divulgada pelo MNE da Armênia registrou que ambos os lados ressaltaram a importância da intensificação do relacionamento bilateral por meio de consultas regulares de alto nível e da promoção da cooperação nas áreas comercial, econômica e cultural.

Também foi mencionado na ocasião o novo regime de isenção de vistos para viagens curtas de turismo e de negócios - estabelecido por acordo, por troca de notas, de 25 de novembro de 2015 - sendo assinalada a contribuição que esse instrumento dará à aproximação bilateral, levando em conta o papel da comunidade armênia no Brasil.

Do lado brasileiro, ocorreu entre 12 e 15/10/2016 a visita à Armênia do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Eumar Novacki, com objetivos de aproximação com a Armênia no comércio bilateral, bem como no aprofundamento da cooperação para o desenvolvimento da agricultura deste país. O Sr. Novacki manteve reuniões com o Primeiro-Ministro Karen Karapetyan e com o Ministro da Agricultura, Sr. Ignati Arakelyan, realizou palestra ao corpo docente e discente da Universidade Agrária da Armênia e visitou empresas produtoras de laticínios, de conhaque e de vinho, em Yerevan e na Província de Vayots-Dzor.

No período em consideração, foi mantido o excelente nível da cooperação da Armênia com o Brasil na ONU e em outras organizações internacionais. A Armênia seguiu dando apoio sistemático a importantes pleitos brasileiros, tais como o da recondução do Embaixador Roberto Azevedo para o cargo de Diretor-Geral da OMC, em 2016.

Em 2013, a Armênia apoiou a candidatura do Brasil ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) sem contrapartida e foi acertada troca de apoios para a candidatura brasileira ao Comitê Intergovernamental do Programa Hidrológico internacional e a candidatura armênia ao Comitê de Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado da UNESCO. Em 2015, a Armênia apoiou a candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO sem contrapartida e acordou-se troca de votos entre as candidaturas do Brasil e da Armênia ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, respectivamente para os mandatos 2017-2019 e 2020-2022, e ao ECOSOC, ambas para o mandato 2019-2021. Em 2016, a Armênia comprometeu-se a apoiar, sem contrapartida, as candidaturas brasileiras ao Conselho de Administração e ao Conselho de Operações Postais da União Postal Universal e novamente ao Conselho da OACI. No mesmo ano, foi acordada troca de apoios

para as candidaturas do Brasil ao Comitê do Patrimônio Mundial (2017-2021) e da Armênia ao Comitê do Patrimônio Imaterial da UNESCO (2016-2020).

A Armênia também apoiou a candidatura do Professor Cachapuz de Medeiros ao Tribunal Internacional sobre Direito do Mar, em janeiro de 2016; a candidatura da Doutora Thelma Kruger para Vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em outubro de 2015; e a candidatura do Embaixador Sílvio José Albuquerque e Silva ao Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial, mandato 2018-2021, em junho de 2017.

Ademais, o Governo armênio apoiou a iniciativa do Governo brasileiro e do Governo da Alemanha de apresentarem às Nações Unidas proposta de resolução sobre Proteção à Privacidade na Era Digital, adotada na AGNU de 2013, com vistas à regulamentação internacional da Governança e do uso da Internet.

De nossa parte, o Brasil co-patrocinou o projeto de resolução bianual sobre prevenção de genocídios proposto pela Armênia no Conselho de Direitos Humanos, adotado em 27/03/15; ademais, na qualidade de membro do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível da UNESCO, o Brasil apoiou o pleito armênio de inclusão do pão "Lavash", tradição armênia, na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Intangível da Organização, aprovada em novembro de 2014.

Com relação ao tema da Reforma do CSNU, a Armênia seguiu defendendo a expansão dos assentos permanentes e não-permanentes em um Conselho reformado, mas ainda não se posicionou com relação à proposta do G-4. Em discurso na AGNU em 2013, o Chanceler armênio declarou apoio a Alemanha, Índia e Japão.

Ainda assim, altas autoridades armênias manifestaram em diversas ocasiões, em caráter privado, apoio à candidatura brasileira a assento permanente em um Conselho reformado. Em reunião com os Embaixadores do G-4 em Yerevan, em setembro de 2015, o Vice-Chanceler Armênio, Embaixador Ashot Hovakimyan, reiterou-nos que a Armênia atribui grande importância à Reforma do CSNU e que confere a prioridade mais alta a qualquer modelo de reformas que reconheça os interesses dos países menores, como a própria Armênia, no que se refere a assentos não permanentes.

Cabe registrar a realização em Yerevan, em 25/04/2015 das Comemorações do "Centenário do Genocídio Armênio", evento de repercussões globais, que contou com a presença de centenas de autoridades de muitos países, inclusive os Chefes-de-Estado da Federação Russa, da França, da Sérvia e de Chipre. Representei

a então Presidente da República, Dilma Rousseff, nesse evento, que também incluiu o "I Forum Global Contra o Crime de Genocílio", reunindo especialistas mundiais em Direitos Humanos e no próprio tema da reunião.

Em 23/04/2016, representei o Governo brasileiro no "II Forum Global contra o Crime de Genocílio", realizado em Yerevan. participei também, na qualidade de representante do Governo brasileiro, de outra importante reunião internacional na Armênia para a qual o Brasil foi convidado: a 31ª. Conferência Ministerial da Francofonia, realizada em 10/10/2015.

I.B - RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

As trocas entre o Brasil e a Armênia, que eram da ordem de US\$1,6 milhão em 2000, atingiram US\$39,7 milhões em 2014. Na absoluta maioria, trata-se de exportações brasileiras: em 2014, as vendas brasileiras totalizaram US\$ 39,2 milhões e as vendas armêrias somaram apenas US\$ 548 mil.

Lamentavelmente, a crise econômica na Federação da Rússia, agravada pelas sanções econômicas impostas por muitos países, teve impacto muito forte na economia armênia em 2015. Além de ser o principal mercado para produtos deste país, a Rússia acolhe normalmente um milhão e meio de trabalhadores armênios, os quais respondem por remessas de divisas que atingiram cerca de US\$1,5 bilhão em 2014, mas foram drasticamente reduzidas no ano seguinte. Nesse quadro, as importações armêrias, em geral, sofreram forte redução em 2015, em torno de 25 por cento. As vendas brasileiras para o mercado armênio acompanharam em 2015 a tendência geral, porém sofreram queda ainda maior: reduziram-se a US\$20,87 milhões (menos 46,7 por cento em comparação a 2014).

Em 2016, com alguma melhoria das condições econômicas na Rússia, houve recuperação forte das vendas brasileiras para a Armênia, as quais praticamente retornaram aos níveis de 2014, somando US\$38,5 milhões. Açúcar, fumo e equipamentos mecânicos foram responsáveis por essa recuperação. Carnes, que vinham sendo o produto mais exportado para a Armênia, tiveram redução das vendas da ordem de 18 por cento.

Os produtos da agroindústria respondem pela quase totalidade das exportações do Brasil para a Armênia. Os grupos "I - Animais vivos e produtos do reino animal" e "IV- Produtos das Indústrias Alimentares, Bebidas, etc.", somaram em 2016 US\$37,5 milhões, cerca de 97,5% das vendas brasileiras nesse período.

A despeito da forte concentração das vendas brasileiras no setor agroindustrial, diversos exportadores brasileiros fizeram consultas à Embaixada brasileira em Yerevan sobre eventuais oportunidades de mercado na Armênia para produtos como autopeças, derivados de cereais, máquinas e equipamentos para

produção de açúcar e álcool e móveis. A empresa Magnesita, multinacional brasileira pioneira na produção de tijolos refratários, enviou à Armênia em 2015 funcionários de seu escritório em Dubai e, com o apoio da Embaixada, realizou contatos com empresas locais, fechando negócios com uma delas. Essa ação se refletiu no aumento das vendas do item equipamentos em 2016.

De parte da Armênia, as exportações para o Brasil somaram apenas US\$ 113 mil em 2016. As maiores vendas são de produtos minerais - cobre e, notadamente, molibdênio. Outros produtos são vendidos sempre em valores reduzidos, tais como vestuário, lâmpadas, produtos químicos e equipamentos e seus componentes. Também há registro de vendas para o Brasil de produtos do setor de tecnologia de informações, de desenvolvimento recente, mas cuja produção vem crescendo cerca de 20% ao ano, abrindo oportunidades para jovens e talentosos armênios, com incubadoras de "start-ups" que estão recebendo apoio das principais empresas mundiais de tecnologia da informação e incentivos do Governo armênio.

Para promoção das relações, econômicas e comerciais com a Armênia, participei de conferências e encontros empresariais promovidos por entidades armênias, como o "GMG Media Group" ("Annual Expo-Forum Countries Under One Roof", em 22.9.2015) e "Outsourcing 2 Armenia" ("Outsource 2 Armenia Summit", em 29/10/2015). Funcionários da Embaixada também realizaram contatos com empresas locais em visitas a feiras e exposições, tais como: "Digitec Expo" (tecnologia de informação), em outubro de 2014, 2015 e 2016; "ARMPROD Expo", em outubro de 2015; e "Made in Armenia Expo", em setembro de 2015 e 2016.

I.C - DIPLOMACIA PÚBLICA

Com vistas à promoção da imagem do país, foram aproveitadas oportunidades de divulgação da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Sobre a Copa, concedi entrevistas aos seguintes órgãos da media: Radio Liberty, em 12/06/2014; GMG Media Group, coletiva à imprensa, no "Congress Hotel", em 10/06/2014; Media Center, coletiva à imprensa na sede da agência, sobre os resultados da Copa, em 15/07/2015. Sobre os jogos olímpicos, foram as seguintes as entrevistas que dei: na sede da Armenpress, coletiva à imprensa, em 03/05/2016; e, ao semanário (em língua inglesa) Noyan Tapan, em 11/07/2016. Ademais, em 01/07/2016, foi publicada no site da "Armenpress" o discurso proferido pelo Presidente Michel Temer sobre a Rio 2016.

Em ocasiões especiais, como celebrações da Data Nacional e da realização de eventos culturais, concedi diversas entrevistas ao periódico "Noyan Tapan", às agências noticiosas "News.am", "Arminfo", "Mdg Media", "Media Center", bem como às emissoras

de televisão "Armenia TV" e "Kentron TV" formulando saudações e votos ao povo armênio.

Além disso, participei de programa de entrevista à "TV 3" sobre as relações entre o Brasil e a Armênia, especialmente entre os povos dos dois países. Também participei, com a Embaixatriz, de programa da "Kentron TV" sobre culinária, transmitido em dezembro de 2016, em várias ocasiões.

Ainda com o objetivo de promover a imagem do Brasil e suas atrações turísticas, a Embaixada participou de inúmeros eventos de caráter benficiente ("bazaars"), organizados pelas instituições "Armenian Women's Association - AWAY", "International Young Women Association - IWA" e MDG Media Center - em que foram exibidos vídeos de promoção turística e servidos produtos típicos brasileiros - como caipirinha, feijoada, coxinha e brigadeiro.

I.D - COOPERAÇÃO CULTURAL

A cooperação cultural se manteve como uma das áreas mais fecundas para as relações bilaterais. Os cidadãos armênios se mostraram muito interessados por diversos componentes da cultura brasileira - com destaque para a música, o cinema e a literatura.

A música popular brasileira foi promovida com a realização de dois concertos (em Yerevan, em 27/06/2014, e em Gyumri - segunda maior cidade do país - em 9/06/2017). Sob o título "Uma Jornada pela Música Brasileira", a história da MPB, desde o primeiro samba até a bossa-nova, música regional e obra de compositores contemporâneos, foi apresentada, com narrativa, projeção de fotos e interpretação em português pela jovem cantora armênia Anush Badalyan, acompanhada por banda formada por 7 renomados músicos armênios, como a flautista Nelly Manukyan, o saxofonista e maestro Armen Hyusnunts e o tecladista Khachik Sahakyan. O concerto incluiu composições de Antonio Carlos Jobim, Ari Barroso, Pixinguinha, Cartola, Dolores Duran, Milton Nascimento, Chico Buarque de Holanda, Jorge Benjor, Roberto Carlos e outros luminares da Música Popular Brasileira. Além do bom comparecimento de convidados, 300 a 350 pessoas, os concertos foram gravados em DVD para distribuição gratuita, maximizando o impacto desses eventos para a promoção da MPB na Armênia.

A música clássica brasileira também tem renome na Armênia, sobretudo na figura de Villa-Lobos. A Embaixada apoiou a vinda do Maestro Eder Paolozzi, titular da Orquestra Cesgranrio, do Rio de Janeiro, a Yerevan, onde regeu a "Orquestra Estatal de Jovens" da Armênia, em 11 de outubro de 2014, em concerto realizado no marco do II Festival Internacional Aran Khatchaturian. Em outubro de 2015, a Embaixada apoiou a vinda a Yerevan do consagrado violonista clássico Fábio Zanon, que

se apresentou em concerto com a Orquestra Sinfônica da Armênia, no marco da terceira edição do mesmo Festival.

A música clássica brasileira também foi promovida em concerto de piano organizado pela Embaixada em 21 de abril de 2016 na prestigiada sala "Komitas Chamber Music Hall" pelo pianista Haik Melikyan, "Artista Honrável da Armênia". Este evento fez parte da série de concertos do artista com o título "1900+ Concert Series". Ademais, o mesmo pianista gravou CD, no início de 2017, com o título "Interpreted Figurations" para distribuição a instituições, apreciadores e especialistas em música clássica na Armênia, ampliando o alcance do concerto. Composições de Villa-Lobos, Camargo Guarnieri, Radames Gnattali, Osvaldo Lacerda, Ernst Mahle e Edson Zampronha foram incluídos no programa do Concerto e no CD.

Cineastas brasileiros têm participado tanto no Festival Internacional de Cinema "Golden Apricot", um dos mais importantes eventos culturais do país, quanto no Festival Internacional de Cinema de Animação ("REANIMANIA"). Neste último, em sua edição de 2014, o Diretor Alê Abreu ganhou o primeiro prêmio com seu filme "O Menino e o Mundo" (o qual foi selecionado para concorrer ao "Oscar" na categoria filmes de animação, na edição de 2016).

Na edição de 2016 do Festival "Golden Apricot", o diretor brasileiro Marcos Prado recebeu "Menção Honrosa" por seu documentário "Curumim", sobre o cidadão brasileiro sentenciado a pena de morte pelo Governo indonésio por tráfico de drogas.

A Embaixada normalmente organiza em cada ano um festival de cinema brasileiro, com o apoio do cineasta armênio Melik Karapetyan, Diretor do "Art Film Galery Club", e do Café e Restaurante "The Club", com a exibição de um filme por semana durante um mês. Em dezembro de 2013, foram mostrados 4 filmes de Bruno Barreto; em novembro de 2014, 4 filmes de Hector Babenco; em outubro de 2015, 4 filmes de Guel Arraes.

Também em 2015, com o apoio do Senhor Melik Karapetyan, foi exibido na "Mirzoyan Libray" o documentário "The Salt of the Earth", de Wim Wenders e Juliano Ribeiro Salgado, sobre a trajetória do fotógrafo Sebastião Salgado.

O documentário "Noel Rosa Poeta da Vila e do Povo" foi exibido em 26/11/2015 na Universidade Francesa da Armênia, com a presença de seu produtor, Sr. Dácio Malta.

A Embaixada acompanhou os lançamentos, pela editora "Antares", da edição em armênio dos seguintes livros de autores brasileiros: em 2013, "O Senhor do Lado Esquerdo", de Alberto Mussa; em 2014, "O Alquimista" e "O Manuscrito Encontrado em Acra", de Paulo Coelho. Cabe lembrar que as Editoras e

bibliotecas armêniias listam 14 obras literárias de autores brasileiros publicadas na língua do país.

A capoeira vem despertando grande interesse entre os armênios de diversas faixas etárias. O grupo "Abadá Capoeira" foi criado em Yerevan, o que motivou convite a mestres brasileiros para visitar o país e oferecer "master classes" aos praticantes desse esporte. Em setembro de 2015 foi organizado o primeiro "batizado", conduzido pelo mestre Valdo Silva, residente em Salzburgo e vencedor de competições européias de capoeira. Em setembro de 2016 o Senhor Silva retornou a Yerevan para dar continuidade a esse trabalho de divulgação desportiva e cultural.

Deve ser observado que também o chamado "jiu-jitsu" brasileiro está sendo praticado em Yerevan. Um grupo foi formado, apoiado pelas visitas de mestres brasileiros residentes na Europa, bem como pela contribuição pessoal para seu treinamento oferecida pelo Oficial de Chancelaria João Gilberto Ferreira de Souza, durante sua missão permanente nesta capital.

I.E - COOPERAÇÃO TÉCNICA

Com a assinatura, em agosto de 2016, do Acordo Básico de Cooperação Técnica com a Armênia, abre-se a possibilidades de futuros programas e projetos de cooperação bilateral em áreas de interesse para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países.

O Brasil vem prestando cooperação à Armênia, tanto no plano bilateral quanto com o apoio de agências da ONU, e há possibilidades e interesse para a ampliação desses vínculos em áreas como agricultura, saúde, nutrição, defesa civil e situações de emergência e meio-ambiente.

Em outubro de 2014, o Ministério da Agricultura renovou à Embaixada do Brasil, em carta assinada pelo Vice-Ministro, Senhor Armen Haroutynian, pedido de cooperação brasileira. Foram mencionadas como de interesse prioritário os setores de produção de cereais, de horticultura, de pecuária e de produção de frangos. Em termos de modernização do setor agrícola armênio, haveria interesse na experiência brasileira com a formação de cooperativas agrícolas; a absorção de tecnologias de ponta de irrigação e redução do consumo de água; adaptação de práticas para mitigar os efeitos da mudança do clima, bem como métodos de gerenciamento de riscos de desastres para enfrentamento de emergências causadas por situações meteorológicas extremas. A EMBRAPA foi solicitada, em 2015, a contribuir para estudos sobre processos de salinização dos terrenos da região de Armavir. A assinatura do Memorando de Entendimento na Área de Agricultura, durante visita do PR Sargsyan ao Brasil em 2016, poderá estimular o desenvolvimento de programas nessa esfera.

Deve-se ter presente que o setor agrícola responde pela geração de renda de grande parte da população armênia. O setor tem predominância de pequenas propriedades familiares, com baixa produtividade, o que explica o fato de que a maior parte dos cidadãos em situação de pobreza e insegurança alimentar serem justamente os agricultores e suas famílias. Haveria, assim, grande interesse sócio-econômico em oferecer contribuição brasileira para a modernização do setor agrícola armênio com base na experiência brasileira de desenvolvimento da agricultura familiar. Este tema foi levantado em contatos com o Ministério da Agricultura armênio. A representação do PNUD e a representação da FAO em Yerevan têm presente essa possibilidade e vêm mantendo contato com as autoridades armêniias para eventualmente proporem iniciativa de cooperação trilateral com o Brasil e a Armênia.

Na área da saúde, projeto trilateral com o Governo da Armênia e a Representação da UNICEF em Yerevan para o combate à desnutrição maternal e infantil na Província de Siunik está em execução desde julho de 2013. Nas Policlínicas de três cidades (Kapan, Goris e Sisyan) foram implantados centros de atendimento especializado montados com os recursos e a experiência brasileiros. Com vistas a reduzir o impacto desses problemas, que impactam negativamente muitas crianças, afetando seu crescimento e comprometendo seu desenvolvimento intelectual, a UNICEF deu treinamento a médicos e enfermeiras para orientarem as gestantes sobre os cuidados com sua própria alimentação e as mães sobre a alimentação de suas crianças, especialmente até a idade de 2 anos. A sustentabilidade dessa cooperação tem sido assegurada pelo Governo armênio e o programa tem recebido avaliação muito positiva, tanto de parte das autoridades locais como dos técnicos da UNICEF.

Nesse contexto, em setembro de 2014, com o apoio da ABC e do Escritório da UNICEF no Brasil, foi enviada missão de técnicos do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais e da UNICEF-Armênia ao Brasil, para familiarização com a experiência brasileira nas áreas de nutrição e de saúde materno-infantil. Após reuniões e visitas de campo em Brasília e no estado de São Paulo, foram identificados programas de interesse para a continuidade da cooperação técnica trilateral Brasil-Armênia-UNICEF em nutrição materno-infantil e sua ampliação para incluir novos programas e estendê-la a outras províncias armêniias. Para tanto, houve inclusive oferta de apoio do Governo Estadual de São Paulo. Ficou definido um rol de providências a serem tomadas pelas partes envolvidas com vistas à elaboração de documento de projeto para a nova fase da cooperação. O Ministério da Saúde da Armênia manifestou, também, interesse em conhecer a experiência brasileira do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em setembro de 2016, foi realizado em Yerevan o "Forum Global de Nutrição", sobre programas de merenda escolar, organizado

pelo Governo armênio com o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e do Centro de Excelência contra a Fome, mantido no Brasil pela ABC e pelo PMA. Este evento veio ao encontro do interesse manifestado pela representação do PMA na Armênia em contar com apoio de especialistas brasileiros para o desenvolvimento de programa sustentável de alimentação escolar com os Ministérios da Educação e Ciências, da Agricultura, da Administração Territorial, da Saúde e do Trabalho e de Assuntos Sociais. Programa-piloto está em execução em três escolas deste país, com recursos doados pela Federação da Rússia e por Israel, e baseado na experiência brasileira nessa área.

Em atenção a convite do Ministério das Situações de Emergência, representei o Governo brasileiro nos eventos internacionais "International Conference on Media for Resilient Planet Earth", realizado em 15-16/12/2015, e "Public Awareness as a Cornerstone for Disaster Risk Reduction", em 13-14/12/2016. Com esses convites, o Governo armênio sinalizou o interesse em dar continuidade à cooperação técnica com o Governo brasileiro na área de defesa civil e situações de emergência.

I.F - COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A assinatura do Acordo de Cooperação Educacional, em agosto de 2016, abriu possibilidades para o intercâmbio de estudantes, cientistas e especialistas entre as instituições de ensino dos dois países, bem como para a execução de programas conjuntos de pesquisas científicas e a colaboração para o ensino das línguas, literaturas, histórias e culturas da cada país no outro.

A Armênia tem tradição como centro de formação de especialistas em diversas áreas do conhecimento. Cientistas armênios muito contribuíram para os avanços em áreas como astronomia, matemática, física e química. A cooperação bilateral na área de educação vem ocorrendo de forma espontânea, mediante o oferecimento de bolsas pelo CNPq a professores e cientistas armênios, para lecionarem em cursos de pós-graduação ou realizarem pesquisas em universidades brasileiras.

Os seguintes professores armênios receberam vistos para o Brasil desde 2014:

Nerses Anakian, A.I Alikhanyan National Science Laboratory, pesquisador, Física, para a Universidade Federal de Lavras; Aram Saharyan, Professor, Física, Yerevan State University, para Universidade Federal da Paraíba; David Petrosyan, Pesquisador, Institute of Electronic Structure & Laser (IESL) of the Foundation for Research and Technology-Hellas (FORTH), para Universidade de São Paulo, Instituto de Física de São Carlos; Vitya Vardanyan, Neurocientista, Institute of Molecular Biology, para o CNPq; Ara Sedrakyan, Yerevan Physics Institute, pesquisador, para Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Internacional de Física; Hrachya Babujyan, Professor,

Theoretical Physics Department of Alikhanyan, para Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Internacional de Física; Arpine Ployan, staff member, A.I. Alikhanyan National Science Laboratory, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Física; Sergey Pavliuchenko, Físico, A.I. Alikhanyan National Science Laboratory, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Física.

Cabe ainda registrar que, na área de astronomia, o Presidente da Academia Nacional de Ciências da República da Armênia, Senhor Radik Martirosyan, e o Diretor da ICRA-Net, Dr. Remo Ruffini, assinaram, em 24/09/2013, acordo entre as duas instituições formalizando a inclusão da Armênia no grupo de países participantes do Programa CAPES-ICRA-Net. Dessa forma, está aberto espaço para a participação de especialistas armênios em importante programa de treinamento, pesquisas e intercâmbio nas áreas de astrofísica relativística e cosmologia, iniciativa conjunta dos Governos brasileiro e italiano.

A assinatura do Acordo de Cooperação Educacional também abre perspectivas de retomada do ensino da língua portuguesa na Armênia. O Leitorado criado pela CAPES em 2007 na Universidade Estatal de Yerevan, oferecendo cursos de português, em nível de pós-graduação, descontinuou suas atividades em 2010, com a partida da leitora brasileira.

II - PRINCIPAIS DESAFIOS

O primeiro grande desafio a ser superado é o relativo desconhecimento, no meio empresarial brasileiro, das potencialidades oferecidas pela Armênia, em especial como porta de entrada para acesso ao expressivo mercado regional. Para superar esta barreira, seria importante a troca de missões empresariais e governamentais entre os dois países e, eventualmente, a realização e a divulgação de pesquisas de mercado que explorem os campos em que há maiores potencialidades para o incremento do intercâmbio comercial e dos investimentos.

O segundo grande desafio refere-se às questões logísticas. O temor de que a distância entre os dois países sirva de barreira para o incremento das relações bilaterais é frequentemente mencionado por empresários. Mais uma vez, parte da solução pode estar na realização de pesquisas que apontem alternativas viáveis de transporte para os diferentes produtos com potencial de inserção no mercado local.

III - Recomendações ao futuro Embaixador

Seria conveniente expandir a cooperação cultural com a Armênia para a área de formação, mediante programas de intercâmbio de

profissionais dos dois países para períodos de residência e trabalho temporário, integrando o corpo docente de conservatórios de música, escolas de arte e outras instituições.

A reabertura do Leitorado brasileiro na Universidade Estatal de Yerevan seria de enorme importância para o desenvolvimento das relações bilaterais em todas as áreas.

Seria importante um redobrado esforço dos dois países para o incremento das relações econômicas e comerciais bilaterais e assinalar a importância do papel que a comunidade armênia no Brasil pode desempenhar nessa área.

Caberia dar atenção ao manifesto interesse da Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da Armênia no aprofundamento da cooperação científica e tecnológica bilateral, mediante a assinatura de Acordo ou memorando de entendimento com o CNPq e outras instituições de fomento à pesquisa.

O emergente setor de tecnologia de informação pode oferecer parcerias de interesse para os centros de tecnologia de informação existentes no Brasil, cabendo estimular as visitas de especialistas brasileiros deste setor, sobretudo à época da feira Digitec, para avaliação das oportunidades existentes, inclusive de investimento.

À medida que forem ratificados os acordos de cooperação assinados em agosto de 2016, essa área deverá ter suas tarefas aumentadas, o que recomenda a contratação de novo assistente técnico, com boa formação na área internacional e alguma especialização em cooperação técnica.



RELATÓRIO N° , DE 2017

SF117749_58111-21

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 45, de 2017 (nº 251/2017, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.*

RELATOR: Senador PEDRO CHAVES

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Agemar da Rocha Santos e Nea de Mendonça Santos, tendo nascido em 1951, no Rio de Janeiro/RJ, não constando, do documento enviado pelo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **PEDRO CHAVES**

2

Itamaraty, a data completa do nascimento. Graduou-se no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1977 e foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento diplomático – CAD – em 1982. Em 2001 foi aprovado no Curso de Altos estudos – CAE – em 19 de fevereiro, com a tese “Nova Diplomacia Consular: o Cônsul como agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América”. Tornou-se Terceiro Secretário em 1978, Segundo Secretário em 1980 e Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1987. Foi promovido a Conselheiro, também por merecimento, em 1995 e a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2005. Foi para o Quadro Especial em 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de Chefe, Substituto, da Divisão de Divulgação Documental (1984); Chefe, Substituto, da Divisão de Processamento de Dados (1985) e Chefe da Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades (2005). Foi também Chefe de Gabinete do Ministro dos Esportes, em 1995 e, em 2010, foi Diretor de Relações Institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio em 2016.

Em missões no Exterior, foi Cônsul Adjunto no Consulado Geral em Nova York (1982); serviu na Embaixada do Brasil em Lima como Encarregado de Negócios (1992); na Embaixada em Kuaite (2003) e no Escritório de Representação em Ramala (2006), também como Encarregado de Negócios e como Embaixador na Embaixada em Malabo, Guiné Equatorial (2007), entre outras.

Recebeu as seguintes condecorações: Ordem de Rio Branco, Brasil, Grau de Oficial (1993); Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grau de Comendador (2003); Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grau de Grande Oficial (2010).



Publicou as seguintes obras: “A presidência pro tempore brasileira do Mercosul em 2002”, in *Comércio Exterior em Perspectiva*, CNI, Ano 12, nº 1 – out. 2002; “Laudos Arbitrais no marco do Protocolo de Brasília: a construção jurídica do processo de integração”, com co-autoria de D. Benjamim, in DMC (org.) – *Solução de Controvérsias no Mercosul*, Câmara dos Deputados (2003); “União Europeia e Geração de Emprego” (artigo com José Alfredo Graça Lima e Ancelmo César Lins de Góis) in *Mundo Afora – Programas de Geração de Empregos*, Ministério das Relações Exteriores.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Armênia. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece amplo leque de informações sobre o país, com destaque para as relacionadas com o intercâmbio comercial entre os dois Estados.

Segundo o documento, a Armênia conta com população de 3,051 milhões de habitantes. Seu PIB – Produto Interno Bruto – foi de US\$ 10,529 bilhões em 2016. O PIB per capita foi de cerca de US\$ 3.450 em 2016 e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – foi de 0,743 em 2015.

O Brasil e a Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992, e o Brasil conta com embaixada em Ierevan desde 2006. No que diz respeito às trocas comerciais, o intercâmbio entre o Brasil e a Armênia compõe-se em sua quase totalidade de exportações brasileiras àquele país. Em 2016, as exportações brasileiras somaram US\$ 38,6 milhões, enquanto as importações da Armênia corresponderam a apenas US\$ 113 mil. Ano passado houve expressivo crescimento na corrente de comércio, pois as exportações aumentaram 84% do seu valor de 2015. Os principais produtos da pauta exportadora brasileira são carnes (62,5%) e tabacos e sucedâneos (23,35). Os

SF17749-58111-21



produtos que o Brasil mais importa da Armênia são vestuário (exceto malha, com 46,1% e máquinas elétricas (23,8%).

O Brasil celebrou os seguintes acordos com a Armênia: Acordo de Cooperação Cultural, assinado em 2002, entrou em vigor em 2007; Acordo para o Estabelecimento de Regime de Isenção de Vistos para portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviços, assinado em 2002, entrou em vigor em 2003; Entendimento, por Troca de Notas, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns, celebrado em 2015, entrou em vigor no mesmo ano; Acordo de Cooperação Educacional e Acordo de Cooperação Técnica, ambos firmados em 2016 e ainda em tramitação no Ministério das Relações Exteriores e na Casa Civil, respectivamente.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2017

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator

1^a PARTE - INDIÇÃO DE AUTORIDADES

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 46, DE 2017

(nº 252/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 252

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Os méritos do Senhor Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de julho de 2017.

EM nº 00172/2017 MRE

Brasília, 14 de Julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na república do Suriname.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 299 - C. Civil.

Em 19 de julho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**

CPF.: 627.606.027-53

ID.: 8278 MRE

1960 Filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasce em 26 de junho, em
Nitório/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1991 CAD - IRBr
 2005 CAE - IRBr: O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil

Cargos:

- 1982 CPCD - IRBr
 1983 Terceiro-Secretário
 1987 Segundo-Secretário
 1994 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2001 Conselheiro, por merecimento
 2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2015 Ministro de Primeira Classe

Funções:

- 1984-86 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
 1986-89 Embaixada em Moscou, Terceiro e Segundo-Secretário
 1989-91 Embaixada em Madri, Segundo-Secretário
 1991-93 Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento, assessor
 1993-94 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 1994-95 Divisão de Organismos Internacionais, Chefe, Substituto
 1995-98 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
 1998-01 Embaixada em Montevidéu, Primeiro-Secretário
 2001 Secretaria-Geral, Adjunto do Gabinete
 2001-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Chefe de Gabinete
 2003-08 Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2008-11 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro
 2011-13 Comitê Nacional da Rio+20 (CNORIO20)
 2013-17 Prefeitura do Rio de Janeiro, Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito

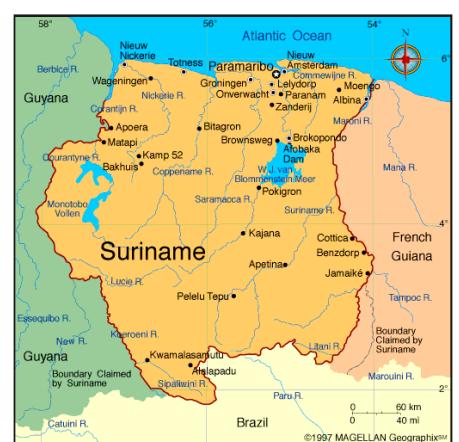
Condecorações:

- 1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
 2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SURINAME



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Suriname
GENTÍLICO	Surinamês
CAPITAL	Paramaribo
ÁREA	163.820 km ² (11º da América do Sul; Acre: 152.581 km ²).
POPULAÇÃO	585 mil habitantes (12º da América do Sul)
LÍNGUAS OFICIAIS	Holandês (oficial), “sranan-tongo” (dialeto crioulo), híndi, javanês, inglês, chinês, português.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduísmo, protestantismo, catolicismo, islamismo.
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, composto por 51 parlamentares eleitos pelo sistema proporcional para mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Desiré Delano Bouterse (desde 12/08/2010)
CHANCELER	Yldiz Pollack-Beighle (desde 01/02/2017)
PIB (FMI, est. 2015)	US\$ 5,55 bilhões
PIB PPP (FMI, est. 2015)	US\$ 9,52 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2015)	US\$ 9.949
PIB PPP per capita (FMI, est. 2015)	US\$ 17.062
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	2,7% (2015); 3,1% (2014); 4,1% (2013); 4,8% (2012); 5,3 % (2011); 4,1% (2010); 3,0% (2009).
IDH 2014 (PNUD, 2015)	0,714 (103º)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)	71,1 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2015)	94,7%
DESEMPREGO (BANCO MUNDIAL, 2016)	24,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar surinamês (1 USD=7,75 SRD)
EMBAIXADOR DO SURINAME NO BRASIL	Marlon Faisal Mohamed Hoesein
BRASILEIROS NO PAÍS (ESTIMATIVA)	15 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL SURINAME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações	31,4	36,5	46,9	40,1	63,3	73,2	61	60,5	46,0	38,4	26,66
Importações	23,2	19,1	28,9	7,3	0,2	0,4	0,9	2,4	1,0	1,1	0,56
Saldo	8,2	17,4	17,9	32,7	63,1	72,8	60,1	58,1	45,0	37,31	26,1
Intercâmbio	54,7	55,7	75,8	47,5	63,5	73,6	62	62,9	47,0	39,5	27,22

Elaborado por Flávio Werneck Noce dos Santos e Paulo Eduardo de Azevedo Ribeiro. Revisado por Paulo Eduardo de Azevedo Ribeiro, Tarácio de Lima Ferreira Fernandes Costa e Daniel Ferreira Magrini.

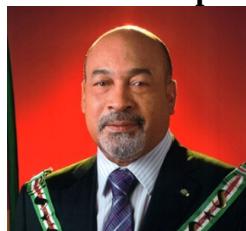
APRESENTAÇÃO

Com território de 163.820 km² de extensão, o Suriname é o menor país da América do Sul. O país é limitado, a leste, pela Guiana, ao sul, pelo Brasil, a oeste, pela Guiana Francesa e, ao norte, pelo Oceano Atlântico. O país tem cerca de 585 mil habitantes, e a população, que é variada cultural e etnicamente, concentra-se, em sua maioria, ao redor da capital, Paramaribo. Destaca-se contingente importante de descendentes de africanos, indianos e chineses.

O país tornou-se independente do Reino dos Países Baixos em 1975 e comemora sua data nacional no dia 25 de novembro. Em 2017, o Suriname completa 42 anos de independência.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DESIRÉ (DÉSI) DELANO BOUTERSE **Presidente da República**



O atual presidente do Suriname, Desiré Delano Bouterse, nasceu em Paramaribo, no dia 13 de outubro de 1945. Formou-se pela *Military Sports Academy*, na Holanda. Tem atuação política destacada desde antes da independência de seu país em 1975, tendo chefiado o governo entre 1980 e 1988. Foi eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional em 2010 e reeleito em 2015. Casado, é pai de quatro filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A cooperação brasileira com o Suriname iniciou-se logo após a independência do país, em 1975. Apesar da fronteira comum de 593 km, a região limítrofe apresenta baixa densidade demográfica e não possui ligações viárias entre os dois países, por ser coberta por barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por áreas de preservação ambiental e indígena. A presença de significativa comunidade brasileira no Suriname (por volta de 15 mil pessoas) traz importante componente humano para as relações bilaterais.

Em 2016, a corrente de comércio bilateral totalizou USD 27 milhões, sendo USD 26,6 milhões de exportações e apenas USD 0,4 milhão

em importações. Apesar do baixo volume de exportações, a pauta é relativamente diversificada. Já a pauta de importações se concentra em poucos produtos (entre os quais, alumina calcinada e farinha de trigo), ademais de vendas esporádicas de arroz surinamês.

A cooperação técnica ocupa lugar de destaque nas relações bilaterais. Ao longo dos últimos anos, desenvolveram-se, sob o marco legal dos acordos complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e Suriname assinado em maio de 2012, projetos e iniciativas de cooperação, em áreas como saúde, gestão de recursos hídricos, agricultura sustentável, zoneamento agroecológico, mapeamento geológico, fortalecimento de instituições públicas, segurança pública e defesa.

A imigração é outro tema importante na agenda bilateral. Os brasileiros formam contingente relevante de imigrantes no Suriname. Provenientes principalmente do Maranhão e do Pará, muitos vão ao Suriname para trabalhar em garimpos no interior do país.

O Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou Paramaribo pela última vez em março de 2016. A visita renovou a relação bilateral e deu continuidade ao já tradicional contato de alto nível entre os países.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira no Suriname é constituída por um Setor Consular, junto à Embaixada do Brasil em Paramaribo, responsável por atender às necessidades da comunidade brasileira local.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais do Brasil a tomador soberano do Suriname.

POLÍTICA INTERNA

O Suriname é uma república presidencialista com parlamento unicameral. O presidente da República é eleito indiretamente pela Assembleia Nacional, com mandato de cinco anos, renovável. Em 2015, o Presidente Bouterse, do Partido Nacional Democrático (NDP), foi reeleito por aclamação pela Assembleia Nacional.

Nas eleições de 2015, o partido governista logrou ampliar a maioria parlamentar de 23 para 26 representantes. Foram eleitos, ainda, 18 representantes da coligação partidária V7, 5 da coligação “Combinação Alternativa” e 1 dos partidos “Democracia e Desenvolvimento em União” (DOE) e “União Progressiva de Trabalhadores e Agricultores” (PALU). A

despeito da reeleição de Bouterse, somente 21 integrantes do Parlamento anterior (41,1%) conseguiram ser reconduzidos.

A diversidade étnica do país influencia no sistema partidário, com a identificação de diversos partidos políticos com grupos específicos - javaneses, indianos, "maroons" (quilombolas), afro-surinameses etc. É comum, desde 1987, a formação de coalizões mistas entre partidos ligados a diferentes etnias, como é o caso da atual coalizão liderada pelo Presidente Bouterse.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar do esforço da política externa do Governo de Desiré Bouterse de tentar diversificar as relações externas surinamesas, a partir do segundo mandato, o Suriname manteve aproximação com parceiros tradicionais, como Países Baixos e EUA, além da China, com vistas a obter apoio para fazer frente à deterioração da economia local (crescimento nulo em 2015 e retração no PIB em 2016). Paralelamente, o governo surinamês tem demonstrado crescente interesse na América do Sul e, em especial, nos países vizinhos (Brasil, Venezuela e Guiana).

Atualmente, há onze Embaixadas residentes no Suriname (Argentina, Brasil, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guiana, Índia, Indonésia, Países Baixos e Venezuela). Índia, Indonésia e China, países de origem das principais comunidades que constituem a população do Suriname, permanecem como importantes parceiros.

Merece destaque o engajamento do país nas organizações regionais. Na Cúpula de Montevidéu de julho de 2013, foi assinado Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname. O país ocupou a PPT da UNASUL, entre 2013 e 2014. Ademais, o ex-Vice-Chanceler surinamês, Embaixador Robby Ramlakhan, ocupou a Secretaria-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cuja sede é em Brasília, de 2012 a 2015.

ECONOMIA

A economia do Suriname tem como base o setor de exploração mineral. O ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo bruto respondem por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do PIB e por 25% das receitas governamentais.

Trata-se, por conseguinte, de economia altamente dependente da evolução dos preços internacionais dessas *commodities*. Ao longo de 2015, em razão da baixa continuada nos preços das *commodities* no mercado internacional, registraram-se déficits na conta corrente e na conta capital,

não compensados por superávits suficientes na conta financeira, situação que provocou déficits recorrentes no balanço de pagamentos do país.

Esse resultado negativo nas contas externas do Suriname ocasionou consecutivas perdas de divisas, diminuindo sua capacidade de importar. Além disso, essa conjuntura desfavorável gerou volatilidade no mercado de câmbio. Em novembro de 2015, o Banco Central do Suriname anunciou desvalorização de 20% do dólar surinamês (o câmbio é fixo no Suriname). Antes disso, a última desvalorização tinha ocorrido em janeiro de 2011. Analistas não descartam nova desvalorização em 2016, tendo em vista a continuada escassez de moedas estrangeiras no país e oscilações no movimentado mercado paralelo.

Relatório recente da CEPAL estima que o PIB do Suriname deve encolher 10,4% em 2016. O FMI, por sua vez, estima que, em 2016, o PIB encolheu 9% e, em 2015, 2,7%. Esse encolhimento do PIB ocorre simultaneamente a processo de aceleração inflacionária de quase 80% no período de outubro de 2015 a outubro de 2016 (segundo dados oficiais) -, colocando o país em grave situação de estagflação.

Em maio de 2016, recorreu ao Fundo Monetário Internacional para aliviar os efeitos da crise. Além do FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Desenvolvimento do Caribe também estariam dispostos a auxiliar o Suriname a superar a atual conjuntura econômica desfavorável.

Na avaliação do FMI, o Suriname atravessa aguda crise econômica, em razão do choque nos preços das principais commodities exportadas - ouro e petróleo -, e do término da produção de alumina em novembro de 2015, que provocaram significativos déficits fiscais e déficits no saldo das transações correntes, já em 2015. Dessa forma, a recessão econômica do Suriname, desde 2015, que incluiu forte aceleração da inflação, significativa depreciação da moeda local e aumento da dívida do Governo, foi das mais severas.

Em maio de 2017, o governo surinamês solicitou ao FMI que suspendesse a ajuda financeira ao país, em razão da leve melhora na economia em relação ao ano passado. O Fundo continuará acompanhando e auxiliando o Governo surinamês no seu Plano de Recuperação e estabilização de economia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1650	Primeira colônia inglesa permanente é estabelecida, nas proximidades do Rio Suriname.
1667	Assinado o Tratado de Breda, mediante o qual a Inglaterra cede à Holanda sua colônia no Suriname. Em troca, obtém a colônia de Nova Amsterdam, futura Nova York.

1795-1802/ 1804-1816	Ingleses restabelecem, temporariamente, seu domínio sobre o território do Suriname. Território é devolvido aos Países Baixos.
1853	Trabalhadores assalariados chineses começam a chegar ao Suriname para substituir a mão-de-obra escrava. Indianos e indonésios começarão a chegar nas décadas seguintes.
1863	Emancipação dos escravos.
1866	Criação de um Parlamento em substituição às Cortes que assistiam o Governador. Este mantém poder de voto.
1891	Primeiras levas de assalariados indonésios chegam ao Suriname.
1922	O Suriname passa a integrar o território do Reino dos Países Baixos.
1949	Direito de voto é estendido a todos os indivíduos adultos.
1954	Elevação do status político do Suriname, que passa a ser membro do Reino dos Países Baixos.
1975	Independência do Suriname.
1977	Henck Arron é eleito presidente.
1980	Queda do governo do primeiro-ministro, Henck Arron.
1982	O Conselho Militar Nacional, liderado pelo tenente-coronel Desi Bouterse, líder da Frente Revolucionária, passa a controlar o país.
1987	A aprovação de uma nova Constituição e a vitória da oposição nas eleições legislativas marcam o fim do regime do Conselho Militar.
1988	Ramsewak Shankar assume a Presidência, e Arron volta a ser primeiro-ministro.
1990	Novo governo militar, com Johan Kraag como presidente provisório.
1991	Eleições dão vitória à coligação oposicionista Nova Frente (NF). Seu líder, Runaldo Venetiaan, do Partido Nacional do Suriname (NPS), é eleito presidente pela Assembleia.
1995	O Suriname adere à Comunidade do Caribe (CARICOM).
1996	A Assembleia elege como presidente Jules Wijdenbosch, do Partido Nacional Democrático (NDP), o mesmo de Bouterse.
2000	Venetiaan vence as eleições presidenciais, e a NF conquista 32 das 51 cadeiras da Assembléia Nacional.
2005	Venetiaan é eleito para seu terceiro mandato como presidente do Suriname.
2008	Selado acordo entre os principais partidos de oposição, dentre os quais o Partido NDP, de Desi Bouterse.
2009	Bouterse, eleito deputado nas últimas eleições, tem seu mandato cassado pela Assembléia Nacional.
2010	Eleição de Dési Bouterse à presidência do país.
2015	Bouterse é reeleito presidente.

CRONONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1906	Assinado, no Rio de Janeiro, tratado relativo aos limites entre o Brasil e a então Guyana Holandesa, estabelecidos na Serra do Tumucumaque (5 de maio).
1976	Assinados o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Acordo Cultural e o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.
1996	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília (janeiro)
1997	Visita do Presidente Jules Wijdenbosch a Brasília e São Paulo (fevereiro).
2000	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília (agosto).
2003	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília (julho).
2004	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Paramaribo (dezembro). Assinados Acordo sobre Regularização Migratória e Tratado de Extradição.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Paramaribo, no contexto da Cúpula da CARICOM (fevereiro).
2007	I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, em Paramaribo (julho).
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Assinado Tratado Constitutivo da UNASUL (maio).
2008	Reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil em Paramaribo (setembro) e Brasília (novembro).
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa das cúpulas de regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) e mantém diálogo bilateral com o Presidente Lula, na Costa do Sauípe, Bahia (dezembro).
2009	Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, participa da cerimônia de posse do Presidente Desiré Bouterse (agosto).
2010	Secretário-Geral das Relações Exteriores participa da Celebração dos 35 anos de independência em Paramaribo (novembro).
2010	Participação do Presidente Desiré Delano Bouterse na Cúpula do Mercosul e encontro bilateral com Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Foz do Iguaçu (dezembro).
2011	Participação do Presidente Desiré Bouterse na cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília (janeiro).
2011	Missão da Agência Nacional do Petróleo e da Eletrobras a Paramaribo (março).
2011	Visita do Presidente do Banco Central, Gilmore Hoefdraad, a Brasília (agosto).
2011	Participação do Vice-Presidente Robert Ameerali na Feira Internacional da Amazônia, em Manaus (outubro).

2011	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin, a Brasília (novembro).
2012	Visita do Ministro da Defesa, Lamouré Latour, a Brasília, para encontro com o Ministro Celso Amorim (janeiro).
2012	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Paramaribo: XV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CARICOM e encontros bilaterais com o Chanceler Winston Lackin e com o Presidente Bouterse (maio).
2012	Visita do Vice-Presidente Robert Ameerali à Expofeira, em Macapá (agosto).
2012	Visita do Ministro da Defesa Celso Amorim a Paramaribo (setembro).
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin (fevereiro).
2013	Assinado o Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname, durante a Cúpula de Montevidéu (julho).
2014	Presidente Bouterse compareceu à abertura da Copa do Mundo em São Paulo (julho).
2014	Presidente Bouterse participou da Cúpula BRICS – Países da América do Sul, em Brasília (julho).
2015	O Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, visita Paramaribo para participar da cerimônia de posse do Presidente Desiré Delano Bouterse.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Paramaribo, ocasião em que é recebido pelo Presidente Desiré Delano Bouterse e mantém reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising (1º de março).

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Fortalecimento do Combate ao Surgimento da Doença de Chagas no Suriname"	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016

Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Novo Mapa Geológico do Suriname – Preparações para a Contratação de Levantamento Aerogeofísico e Organização de Base de Dados Geológicos"	Recursos Naturais Cooperação Científica e Tecnológica Meio Ambiente	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Fortalecimento do Combate à Leishmaniose no Suriname".	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Cooperação Transfrontereira para Erradicação da Malária"	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Fortalecimento do Combate ao HIV/AIDS em Populações-Chave no Suriname"	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	01/03/2016
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a execução do projeto “Zoneamento Agroecológico no Suriname”	Agricultura Cooperação Científica e Tecnológica	05/05/2012
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação Técnica em Agricultura, Pecuária e Pesca	Agricultura Cooperação Técnica Pecuária Pesca	05/05/2012

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname”	Cooperação Interinstitucional Cooperação Técnica	18/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da república do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio a Ações Futuras para o Controle e a Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname”	Sanidade Animal e Vegetal Cooperação Técnica	18/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da Repúblca Federativa do Brasil e o Governo da Repúblca do Suriname para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname”	Cooperação Técnica Cooperação Científica e Tecnológica	16/12/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis.	Energia Cooperação	16/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da Repúblca Federativa do Brasil e o Governo da Repúblca do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname”.	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	16/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais”.	Agricultura Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	16/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais”	Meio Ambiente Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Resposta à Epidemia Do HIV/AIDS no Suriname”	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname”	Saúde Cooperação Técnica	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname”	Cooperação Científica e Tecnológica Agricultura Cooperação Técnica	10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS”	Cooperação Científica e Tecnológica Saúde Cooperação Técnica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Biocombustíveis no Suriname”	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar no Suriname”	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Educacional e Esportiva	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)”	Cooperação Científica e Tecnológica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname”	Saúde Cooperação Científica e Tecnológica Proteção à Infância	10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado Da Mosca Da Fruta No Suriname”	Cooperação Científica e Tecnológica Agricultura	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV”	Cooperação Científica e Tecnológica	10/09/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado”	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	10/09/2009
Memorandum de Entendimento para a promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Comércio Investimento	17/07/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname para Implementação do Projeto ``Programas de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju no Suriname``	Agricultura Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	19/05/2006
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para o Estabelecimento de um Mecanismo de Político de Consulta..	Consultas Diplomáticas	16/02/2005

Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	Direito Penal	16/02/2005
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Saúde	Saúde	16/02/2005
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	Direito Penal	16/02/2005
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola	Agricultura	16/02/2005
Tratado sobre Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	Extradição	21/12/2004
Comunicado Conjunto Brasil-Suriname	Declaração Conjunta	18/02/1997
Comunicado Conjunto Brasil-Suriname.	Declaração Conjunta	10/01/1996
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria Surinamense.	Academias Diplomáticas Cooperação	21/01/1992
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Promoção Comercial entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Comércio Cooperação	21/01/1992
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Programa de Estágios na Área do Cerimonial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Suriname	Cooperação Artístico-cultural	21/01/1992
Declaração Conjunta Brasil-Suriname	Declaração Conjunta	10/08/1989

Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	Entorpecentes	03/03/1989
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê entre o Governo da República Federativa do Brasil e República do Suriname.	Agricultura	03/03/1989
Plano de Ação no Campo da Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Cooperação Científica e Tecnológica	03/03/1989
Comunicado Conjunto Brasil - Suriname	Declaração Conjunta	03/03/1989
Acordo, por Troca de Notas, para a Supressão de Visto em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Vistos e Imigração	17/08/1988
Comunicado Conjunto, Comunicado à Imprensa.	Declaração Conjunta	06/11/1985
Comunicado Conjunto.	Declaração Conjunta	27/01/1982
Acordo sobre Transportes Aéreos.	Transporte Aéreo	28/01/1980
Acordo, por Troca de Notas, pelo qual é Aprovado o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname.	Comissão Mista	04/09/1979
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.	Cooperação Científica e Tecnológica	22/06/1976
Acordo Cultural.	Cooperação Artístico-cultural	22/06/1976
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	22/06/1976
Comunicado Conjunto	Declaração Conjunta	22/06/1976
Acordo Comercial	Comércio	18/04/1939

INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

Principais Indicadores Socioeconômicos do Suriname

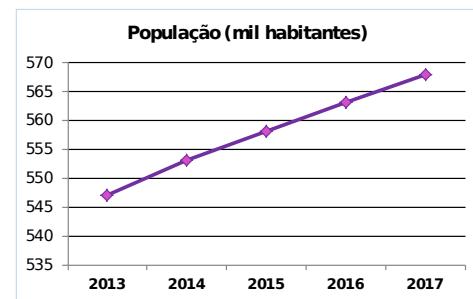
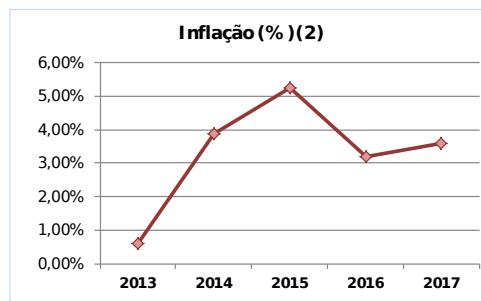
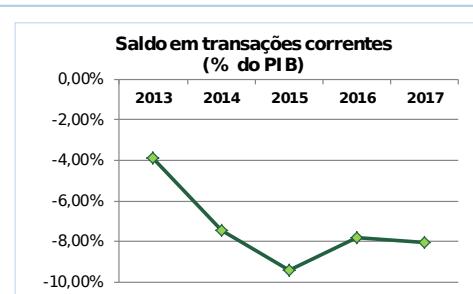
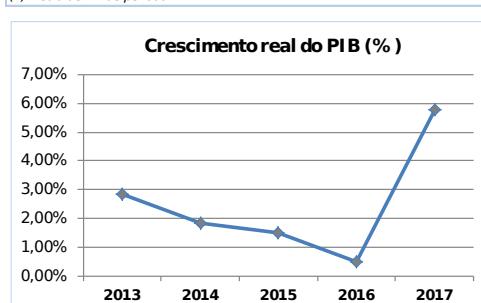
Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,84%	1,84%	1,50%	0,48%	5,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	5,13	5,21	5,05	5,19	5,74
PIB nominal "per capita" (US\$)	9.375	9.427	9.016	9.212	10.113
PIB PPP (US\$ bilhões)	8,68	8,99	9,21	9,37	10,08
PIB PPP "per capita" (US\$)	15.864	16.261	16.510	16.635	17.745
População (mil habitantes)	547	553	558	563	568
Desemprego (%)	8,50%	8,93%	8,93%	8,93%	8,93%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,59%	3,87%	5,23%	3,20%	3,57%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,86%	-7,41%	-9,42%	-7,82%	-8,05%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1,00	1,10	1,20	1,30	n.d.
Câmbio (Sr\$ / US\$) ⁽²⁾	3,30	3,30	3,30	3,30	n.d.
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura			6,2%		
Indústria			48,7%		
Serviços			45,1%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2015.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

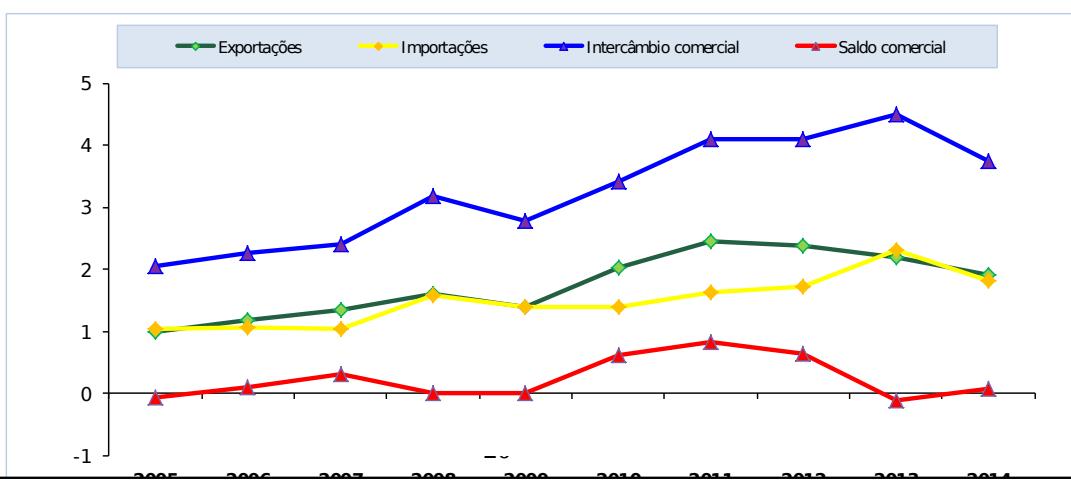
(2) Média de fim de período.



Evolução do Comércio Exterior do Suriname
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	1,00	23,5%	1,05	41,9%	2,05	32,3%	-0,05
2006	1,19	19,0%	1,07	2,3%	2,26	10,4%	0,11
2007	1,36	14,5%	1,04	-2,7%	2,40	6,3%	0,31
2008	1,60	17,9%	1,58	51,6%	3,19	32,6%	0,02
2009	1,40	-12,5%	1,39	-12,2%	2,79	-12,4%	0,01
2010	2,03	44,5%	1,40	0,5%	3,42	22,6%	0,63
2011	2,47	21,8%	1,64	17,2%	4,10	19,9%	0,83
2012	2,38	-3,5%	1,73	5,8%	4,11	0,2%	0,65
2013	2,20	-7,4%	2,31	33,2%	4,51	9,7%	-0,10
2014	1,92	-13,0%	1,83	-20,9%	3,74	-17,0%	0,09
Var. % 2005-2014	92,3%	--	74,0%	--	82,9%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

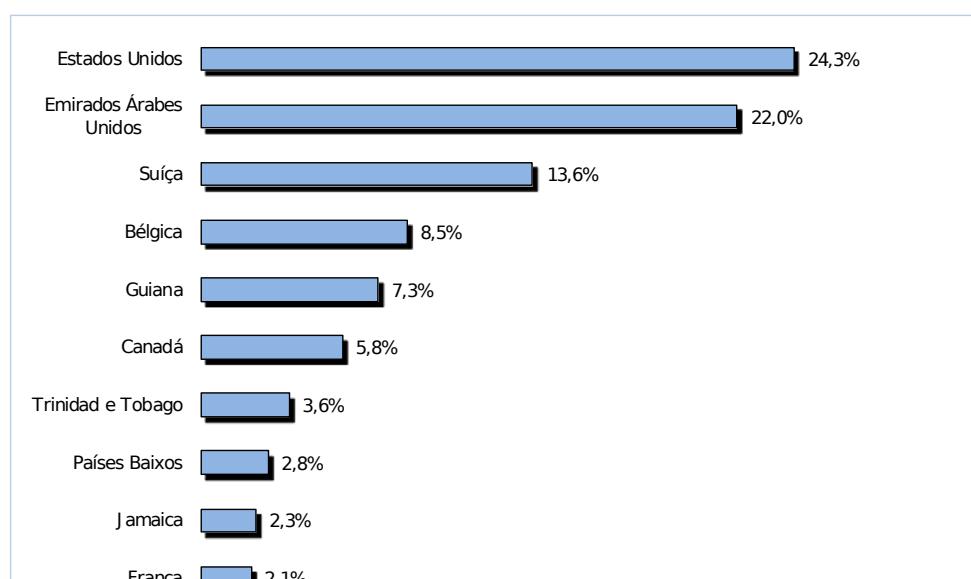


Direção das Exportações do Suriname
US\$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Estados Unidos	466,6	24,3%
Emirados Árabes Unidos	421,9	22,0%
Suíça	261,2	13,6%
Bélgica	162,3	8,5%
Guiana	139,8	7,3%
Canadá	111,5	5,8%
Trinidad e Tobago	69,7	3,6%
Países Baixos	53,0	2,8%
Jamaica	43,5	2,3%
França	39,7	2,1%
...		
Brasil (13ª posição)	16,3	0,8%
Subtotal	1.786	93,1%
Outros países	132	6,9%
Total	1.918	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

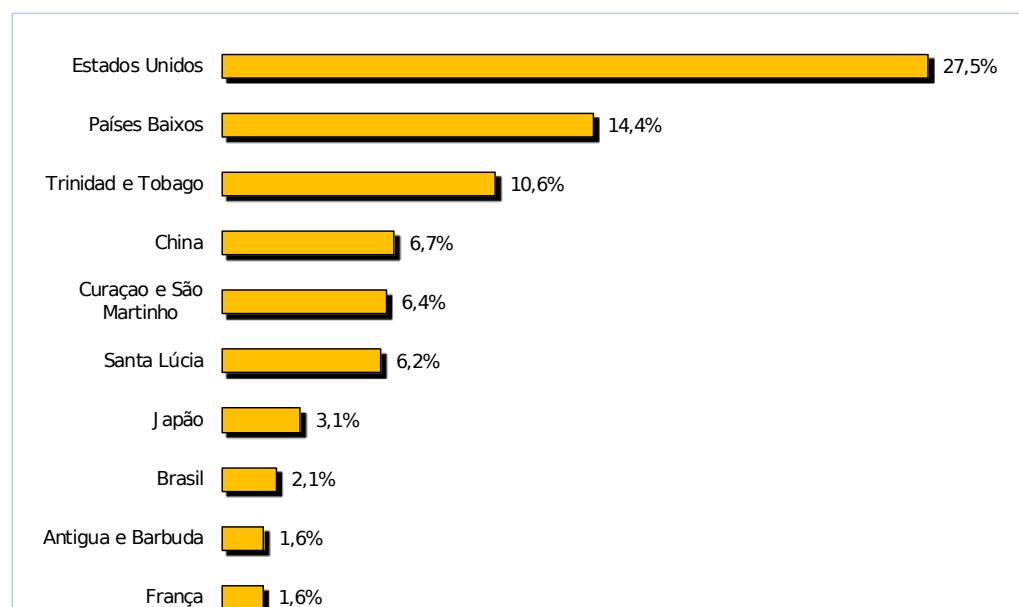


Origem das Importações do Suriname
US\$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Estados Unidos	501,7	27,5%
Países Baixos	263,7	14,4%
Trinidad e Tobago	194,3	10,6%
China	122,6	6,7%
Curaçao e São Martinho	117,0	6,4%
Santa Lúcia	113,0	6,2%
Japão	56,0	3,1%
Brasil	38,9	2,1%
Antigua e Barbuda	30,0	1,6%
França	29,5	1,6%
Subtotal	1.467	80,3%
Outros países	360	19,7%
Total	1.827	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações



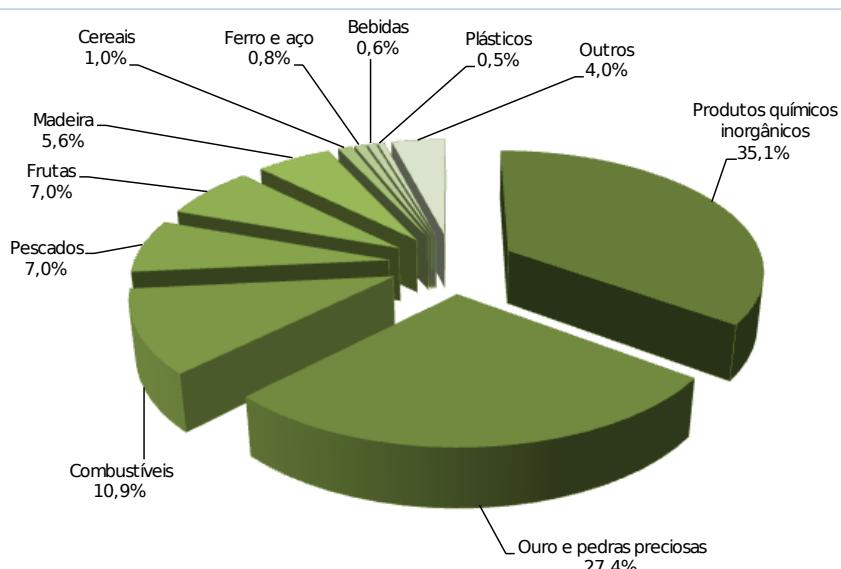
Composição das exportações do Suriname
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013⁽¹⁾	Part.% no total
Produtos químicos inorgânicos	353,2	35,1%
Ouro e pedras preciosas	276,1	27,4%
Combustíveis	110,1	10,9%
Pescados	70,8	7,0%
Frutas	70,1	7,0%
Madeira	56,2	5,6%
Cereais	10,3	1,0%
Ferro e aço	7,9	0,8%
Bebidas	6,4	0,6%
Plásticos	5,2	0,5%
Subtotal	966	96,0%
Outros	41	4,0%
Total	1.007	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

(1) Última posição disponível em 15/02/2016.

10 principais grupos de produtos exportados

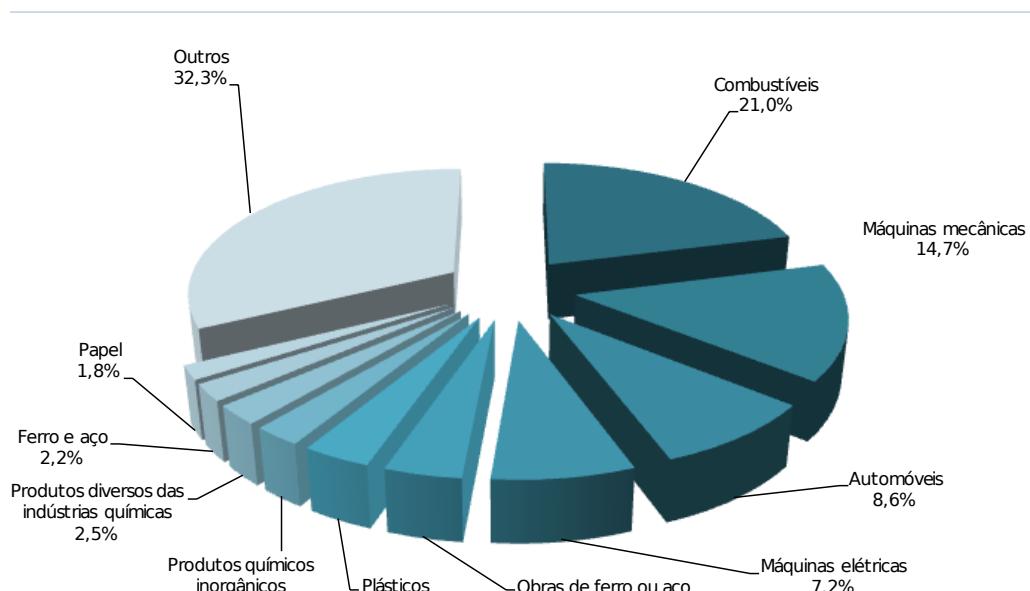


Composição das importações do Suriname
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	383,6	21,0%
Máquinas mecânicas	268,4	14,7%
Automóveis	156,8	8,6%
Máquinas elétricas	131,0	7,2%
Obras de ferro ou aço	71,3	3,9%
Plásticos	63,4	3,5%
Produtos químicos inorgânicos	45,2	2,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	44,8	2,5%
Ferro e aço	39,4	2,2%
Papel	32,7	1,8%
Subtotal	1.237	67,7%
Outros	590	32,3%
Total	1.827	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Suriname
US\$ milhões

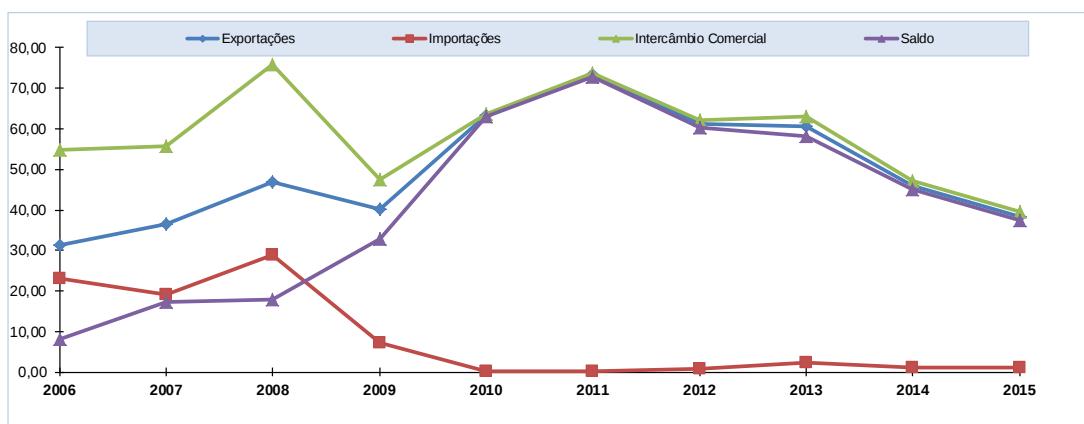
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	31,47	-12,3%	0,02%	23,26	(+)	0,03%	54,73	52,4%	0,02%	8,21
2007	36,60	16,3%	0,02%	19,17	-17,6%	0,02%	55,77	1,9%	0,02%	17,42
2008	46,90	28,2%	0,02%	28,91	50,8%	0,02%	75,81	35,9%	0,02%	18,00
2009	40,17	-14,4%	0,03%	7,40	-74,4%	0,01%	47,57	-37,3%	0,02%	32,77
2010	63,38	57,8%	0,03%	0,22	-97,1%	0,00%	63,59	33,7%	0,02%	63,16
2011	73,24	15,6%	0,03%	0,40	86,8%	0,00%	73,65	15,8%	0,02%	72,84
2012	61,14	-16,5%	0,03%	0,98	141,1%	0,00%	62,12	-15,7%	0,01%	60,17
2013	60,58	-0,9%	0,03%	2,41	147,4%	0,00%	62,99	1,4%	0,01%	58,16
2014	46,01	-24,0%	0,02%	1,08	-55,5%	0,00%	47,09	-25,2%	0,01%	44,94
2015	38,43	-16,5%	0,02%	1,12	4,1%	0,00%	39,55	-16,0%	0,01%	37,31
2016 (janeiro)	1,14	-55,5%	0,01%	0,00	n.a.	0,00%	1,14	-56,2%	0,01%	1,14
Var. % 2006-2015	22,1%	--	--	-95,2%	--	--	-27,7%	--	n.c.	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

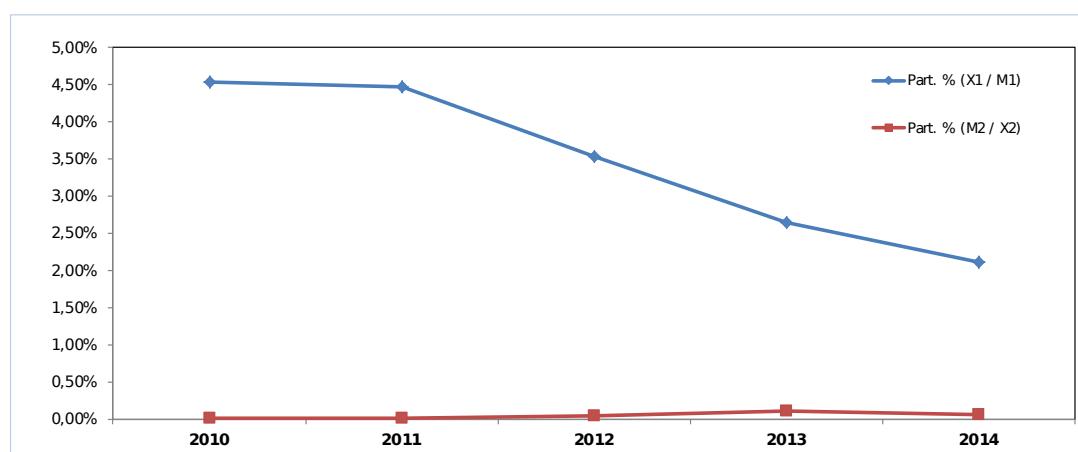
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio do Suriname
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/ 2014
<hr/>						
Exportações do Brasil para o Suriname (X1)	63,4	73,2	61,1	61,1	38,4	-39,4%
Importações totais do Suriname (M1)	1.398	1.638	1.733	2.308	1.827	30,7%
Part. % (X1 / M1)	4,53%	4,47%	3,53%	2,65%	2,10%	-53,6%
<hr/>						
Importações do Brasil originárias do Suriname (I)	0,22	0,40	0,98	2,41	1,08	396,1%
Exportações totais do Suriname (X2)	2.026	2.467	2.380	2.204	1.918	-5,3%
Part. % (M2 / X2)	0,01%	0,02%	0,04%	0,11%	0,06%	424,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Suriname e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



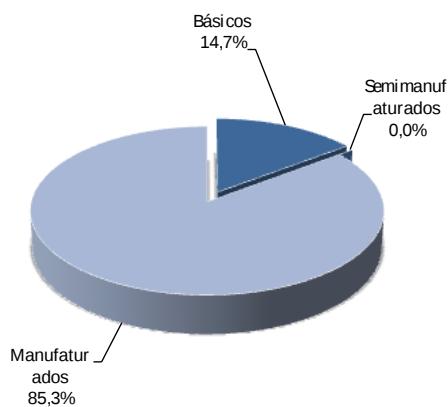
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

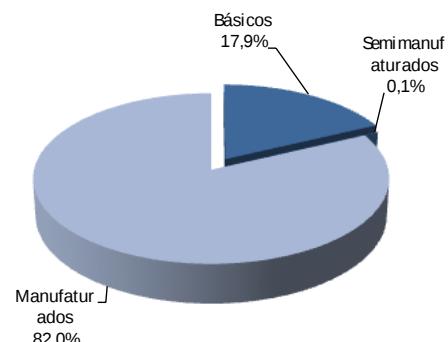
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

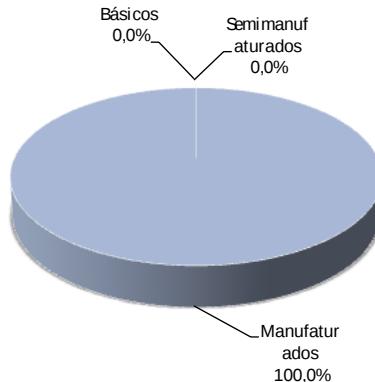


2015

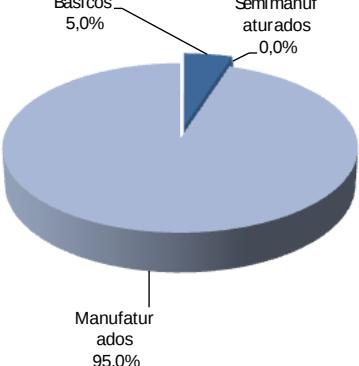


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

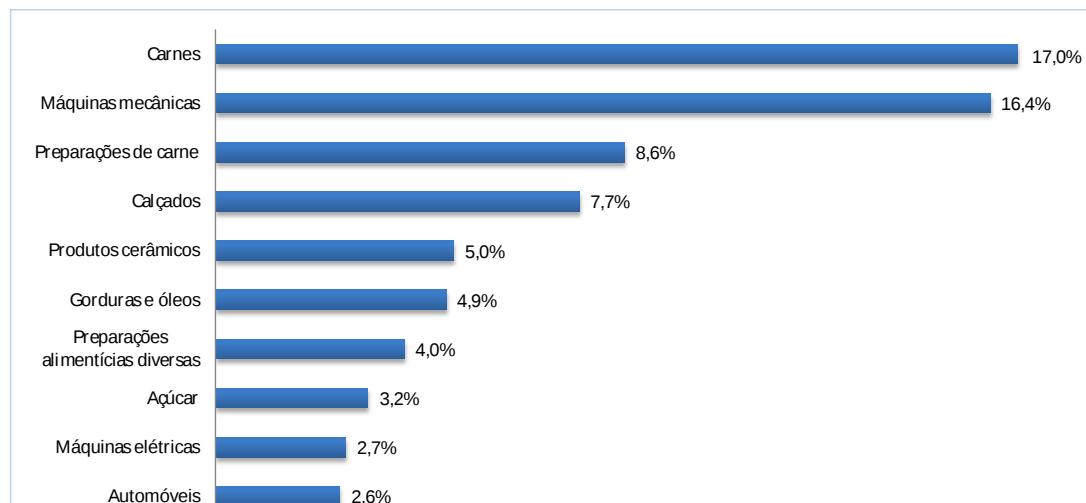
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Suriname
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	7,49	12,4%	6,40	13,9%	6,52	17,0%
Máquinas mecânicas	11,39	18,8%	7,90	17,2%	6,31	16,4%
Preparações de carne	3,40	5,6%	4,17	9,1%	3,32	8,6%
Calçados	3,90	6,4%	3,05	6,6%	2,95	7,7%
Produtos cerâmicos	2,36	3,9%	2,20	4,8%	1,93	5,0%
Gorduras e óleos	1,89	3,1%	1,21	2,6%	1,87	4,9%
Preparações alimentícias diversas	1,74	2,9%	1,57	3,4%	1,53	4,0%
Açúcar	1,67	2,8%	0,92	2,0%	1,24	3,2%
Máquinas elétricas	4,48	7,4%	2,49	5,4%	1,05	2,7%
Automóveis	2,76	4,6%	1,78	3,9%	1,01	2,6%
Subtotal	41,07	67,8%	31,68	68,9%	27,74	72,2%
Outros produtos	19,51	32,2%	14,33	31,1%	10,69	27,8%
Total	60,58	100,0%	46,01	100,0%	38,43	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

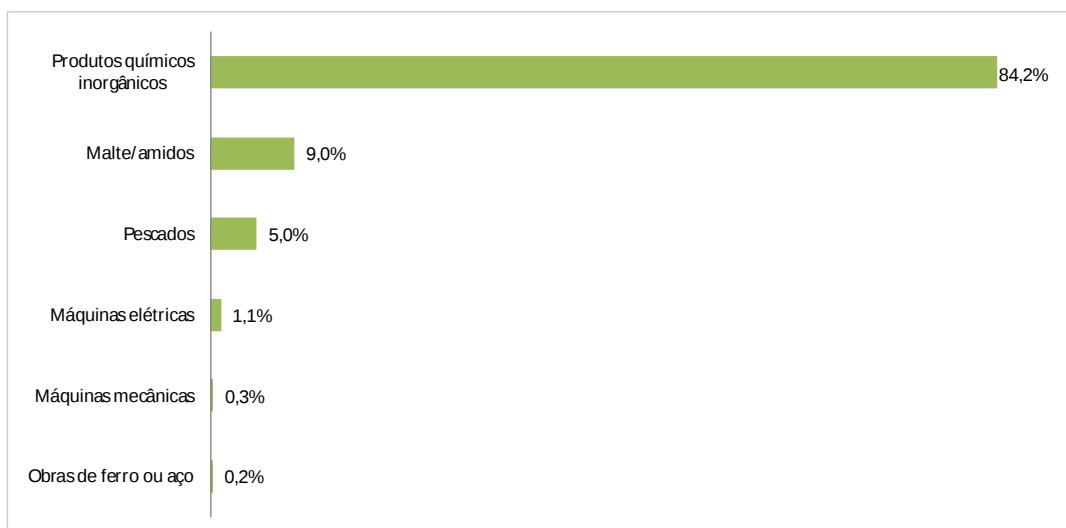


Composição das importações brasileiras originárias do Suriname
US\$ mil

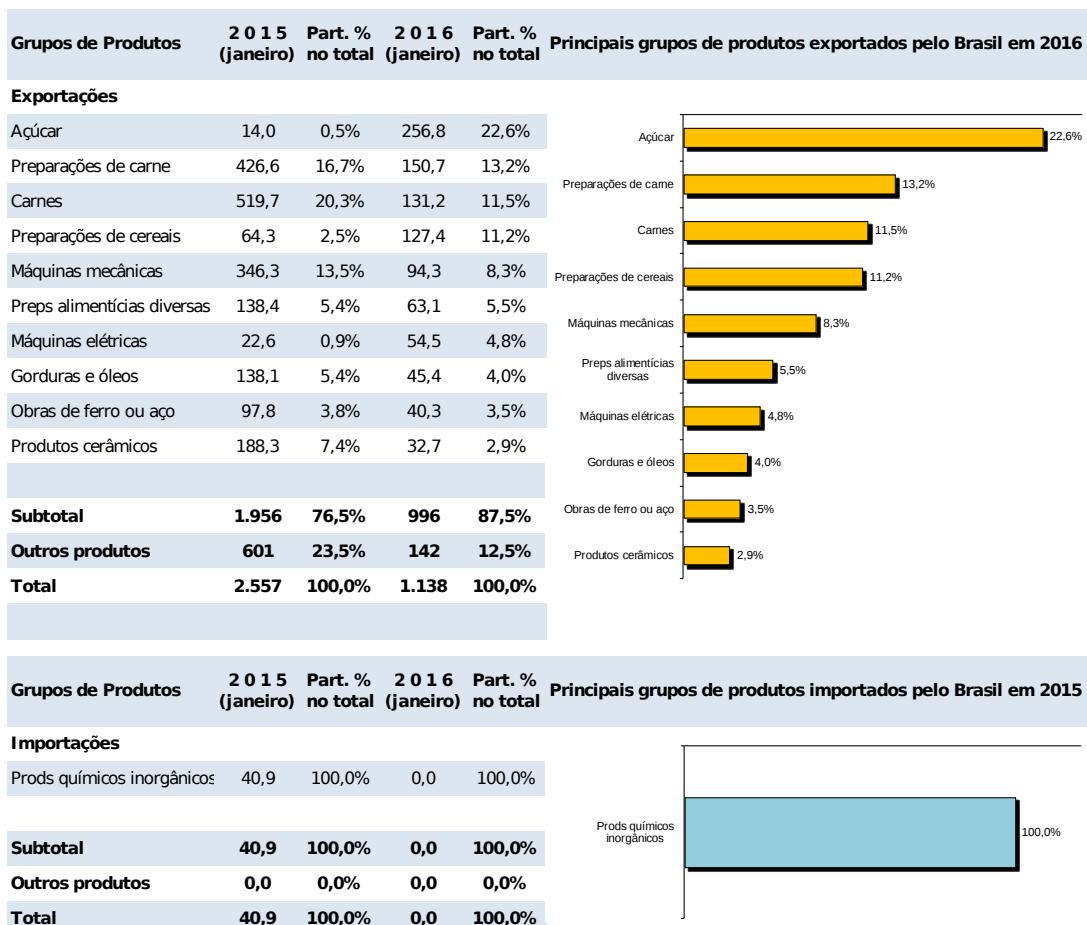
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos químicos inorgânicos	535,7	22,2%	858,5	79,8%	943,0	84,2%
Malte/amidos	0,0	0,0%	216,8	20,2%	100,8	9,0%
Pescados	0,0	0,0%	0,0	0,0%	55,8	5,0%
Máquinas elétricas	2,0	0,1%	0,0	0,0%	12,4	1,1%
Máquinas mecânicas	0,2	0,0%	0,0	0,0%	3,5	0,3%
Obras de ferro ou aço	2,6	0,1%	0,0	0,0%	2,7	0,2%
Subtotal	540	22,4%	1.075	100,0%	1.118	99,9%
Outros produtos	1.874	77,6%	0	0,0%	1	0,1%
Total	2.415	100,0%	1.075	100,0%	1.119	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM PARAMARIBO,
REPÚBLICA DO SURINAME
EMBAIXADOR MARCELO BAUMBACH
(MARÇO/2012 - MAIO/2017)**

Apresento, a seguir, relatório da minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Paramaribo no período de março de 2012 a maio de 2017, com descrição da evolução da relação bilateral, principais desenvolvimentos no período, descrição das atividades realizadas pelo Posto, avaliação da situação atual e perspectivas do relacionamento.

RELACIONAMENTO BILATERAL BRASIL-SURINAME

2. O relacionamento bilateral Brasil-Suriname teve início no dia da independência do Suriname, em 25 de novembro de 1975, mesma data de criação da Embaixada do Brasil em Paramaribo. O relacionamento elevou-se de patamar com a missão Venturini, em abril de 1983.

3. A relação Brasil-Suriname, entretanto, ainda pode e deve ser aprofundada. Diferenças de idioma e de cultura ainda pesam no relativo desconhecimento do povo surinâmês em relação ao Brasil e vice-versa. Além disso, o Suriname sempre manteve relacionamento especial com a ex-Metrópole, os Países Baixos, por questões históricas, laços familiares e aspectos culturais. Esse fato influenciou e influencia até hoje a inserção internacional do Suriname no cenário internacional e as relações comerciais do país. Esse cenário começou a mudar em anos recentes, sobretudo a partir da posse do Presidente Bouterse em 2010.

4. Após a posse do primeiro Governo Bouterse, em agosto de 2010, as relações entre Brasil e Suriname passaram a atravessar momento de marcada intensificação. As iniciativas de cooperação foram multiplicadas em diversas áreas.

5. Dessa forma, aproveitando o bom momento, busquei elevar o patamar das relações e fomentei o adensamento bilateral em vertentes, como a assistência aos brasileiros em território surinâmês, a cooperação para o desenvolvimento deste país vizinho e o incremento do intercâmbio comercial bilateral, cooperação na área de defesa, cooperação na área cultural e educacional, entre outras.

6. Mantive, desde a minha chegada, contato fluido com o então Chanceler do Suriname, Winston Lackin, hoje Conselheiro especial do Presidente, e com o então Vice-Chanceler Robby Ramlakhan, hoje conselheiro sênior da Chanceler surinamesa. Ambos são egressos de nossa Academia Diplomática, dominam o português e compartilham a visão de que o Brasil deve ser parceiro estratégico e prioritário do Suriname.

7. Ao longo de minha gestão, ocorreram importantes visitas de Presidente e de Chanceleres nos dois países. Por ocasião desses encontros, o relacionamento Brasil-Suriname foi adensado, com assinatura de acordos, consequente aumento da confiança mútua e ampliação do leque de temas da pauta bilateral. Ademais, inúmeras missões técnicas de cooperação, empresariais e de outras autoridades nos dois países contribuíram para incrementar o relacionamento nas mais diversas áreas.

8. Nesses 5 (anos) à frente da Embaixada, mantive o hábito de realizar visitas periódicas a Ministros de Estado do Suriname, de forma a tratar em detalhes de todos os assuntos da vasta pauta bilateral. Além disso, sempre que possível, estive presente nos eventos e nas cerimônias oficiais e mantive diálogo com outros Embaixadores acreditados junto ao Suriname, para tratar da realidade local e para compreender a dinâmica das relações do Suriname com outros países.

9. Registra-se que o Suriname aderiu ao MERCOSUL, como Estado Associado, em 11 de julho de 2013, em mais um passo do movimento do País na direção da integração com seu entorno regional. O Brasil sempre apoiou todas as iniciativas do Suriname no sentido de integrar-se ao seu entorno sul-americano, as quais contribuem para o fortalecimento do próprio processo de integração regional. Nesse contexto, assume especial significação a aproximação com o MERCOSUL.

10. Durante minha gestão, auxiliei a Secretaria de Estado a viabilizar visitas de alto nível, que contribuíram para adensar as relações bilaterais Brasil-Suriname. Elenco, a seguir, as principais visitas.

2012 - Visita do Chanceler Antonio Patriota a Paramaribo: XV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CARICOM e encontros bilaterais com o Chanceler Lackin e com o Presidente Dési Bouterse (maio).

2012 - Visita do Vice-Presidente do Suriname, Robert Ameerali, à Expofeira, em Macapá (agosto).

2012 - Visita do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, a Paramaribo (setembro).

2013 - Visita do Chanceler do Suriname, Winston Lackin, ao Brasil (fevereiro).

2013 - Participação do Presidente Dési Bouterse na Missa do Papa Francisco, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro (julho).

2013 - Visita da Presidente Dilma Rousseff a Paramaribo, por ocasião da VII Cúpula da UNASUL (agosto).

2014 - Presidente Dési Bouterse compareceu à abertura da Copa do Mundo em São Paulo (julho).

2014 - Presidente Dési Bouterse participou da Cúpula BRICS - Países da América do Sul -, em Brasília (julho).

2016 - Visita do Ministro Mauro Vieira a Paramaribo, ocasião em que foi recebido pelo Presidente Dési Bouterse e manteve reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising (março).

11. A atuação internacional do Suriname tem sido pautada, em grande medida, desde 2015, por busca de soluções para a aguda crise econômica que o país atravessa, em razão do choque nos preços das principais commodities exportadas - ouro e petróleo -, e do término da produção de alumina, com o encerramento das atividades da Suralco, subsidiária da Alcoa, em novembro de 2015. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em seu relatório "Balance preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe" mais recente, apontou o Suriname como o país da região com pior desempenho econômico no ano - recuo de 10,4% do PIB em 2016. Será o segundo ano consecutivo de recessão, já que, em 2015, o PIB recuou 2,7%. A projeção para 2017 é de crescimento praticamente nulo - cerca de 0,8%.

12. A praticamente inexistente indústria local torna o Suriname um país essencialmente importador, inclusive de produtos básicos, como alimentos, produtos de higiene, eletrodomésticos, insumos para a incipiente atividade agropecuária, etc.

13. Pela primeira vez em sua história, o Suriname assinou acordo ("Stand-By-Arrangement") com o FMI, em maio de 2016. De acordo com as informações disponíveis, do total de US\$ 478 milhões previstos no Acordo, apenas US\$ 81 milhões foram liberados, até o momento. O Fundo estaria condicionando a liberação de segunda parcela de recursos ao cumprimento de medidas por parte do Governo, como a retirada total dos subsídios ao preço de energia elétrica, taxação adequada dos combustíveis e elevação dos juros para níveis reais. Em maio de 2017, foi anunciado na imprensa local que esse Acordo foi suspenso, a pedido do Suriname. Apesar dos esforços do atual Governo e das recentes declarações do Presidente e de ministros de que "o pior já passou", ainda não é possível vislumbrar solução para a atual crise econômica no Suriname.

14. Do ponto de vista político, o principal assunto é a retomada, em junho de 2016, do processo referente aos "assassinatos de 8 de dezembro" de 1982 ou "crimes de dezembro" ("decembermoorden"), em cuja lista de réus está o atual presente, Dési Bouterse. Em maio de 2017, a situação do caso é a seguinte: o Tribunal Militar deve continuar o processo, após o Tribunal de Justiça ter rejeitado, em 11 de maio de 2017, recurso apresentado pela Procuradoria Geral (PG) contra a

decisão do Tribunal Militar de seguir com o julgamento, com base no artigo 148 da Constituição, que permite que, "em casos concretos", o Governo dê ordens ao Procurador Geral (PG) com respeito à persecução criminal, "no interesse da segurança do Estado". O resultado do processo segue imprevisível.

RELACIONES COMERCIAIS BRASIL-SURINAME

15. A criação do SECOM desta Embaixada em 2010 fez parte de projeto político-estratégico para adensar as relações econômico-comerciais com o Suriname, com efeitos positivos sobre a relação bilateral. Desde a criação do SECOM, foi possível verificar significativa melhora na relação comercial bilateral. Enquanto, nos anos 2000, a corrente total (importação e exportação) teve média anual de cerca de US\$ 10,8 milhões, no período de 2010 a 2015, o fluxo comercial foi, em média, de US\$ 58,7 milhões por ano. Vale destacar, ademais, que o resultado do intercâmbio comercial é largamente favorável ao Brasil. O ano de 2016 foi atípico, em razão da forte crise econômica que o Suriname atravessa desde 2015, em que a capacidade de importar do país ficou restringida. Dessa forma, houve significativa redução do fluxo comercial, que caiu para US\$ 26,72 milhões, queda de 32% em relação a 2015. Registra-se que houve, também, diminuição do fluxo comercial entre o Suriname e terceiros países.

16. O Setor Comercial tem buscado chamar a atenção de investidores brasileiros para as possibilidades do Suriname. Na medida do possível, busca-se retomar exportações de arroz para o Brasil, ao abrigo de Acordo que possibilita exportações de até 10 mil toneladas por ano, livres de impostos de importação: Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para o Comércio de Arroz entre Brasil e Suriname (Decreto nº 5.565/2005).

17. O SECOM tem sido bastante solicitado por empresas brasileiras, que desejam conhecer melhor o ambiente de negócios no Suriname e incrementar as relações comerciais. O Setor tem fornecido contatos, informações sobre a economia local, além de dar apoio à vinda de empresários para o país. Além disso, o SECOM tem sido contatado por empresas surinamesas a procura de fornecedores brasileiros, com preferência, para aqueles situados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os principais produtos de interesse são: material de construção, maquinário e insumos para o setor produtivo.

18. Ainda que tenha havido forte crescimento médio do fluxo comercial no período de 2010 a 2015, em relação aos anos 2000, é possível afirmar que o relacionamento econômico entre Brasil e Suriname tem ficado aquém do seu potencial. Os principais desafios para o incremento das exportações do Brasil para o Suriname relacionam-se, de maneira geral, ao mercado reduzido do país e ao consequente desinteresse de exportadores

brasileiros. Além disso, há "gargalos" importantes de logística. O estabelecimento de rotas de transporte marítimo entre o Brasil e o Suriname é de fundamental importância para o aprofundamento dos laços comerciais entre os dois países. Deve ser avaliada a viabilidade comercial e econômica de criação de rota comercial entre Brasil, Suriname e países da CARICOM, sem perder de vista o melhor aproveitamento das rotas comerciais hoje existentes.

ASSUNTOS CONSULARES

19. Desde a minha chegada a este Posto, em março de 2012, dei atenção especial aos assuntos consulares, tendo em vista a importância do tema para o Brasil e o elevado contingente de brasileiros que vive no Suriname. Em 2012, estimava-se haver até 40 mil brasileiros no Suriname. Atualmente, em maio de 2017, as estimativas indicam haver entre 15 e 30 mil nacionais. Não é possível conhecer com maior precisão o número de brasileiros residentes, em razão da dificuldade de obtenção de dados e pelo fato de que grande parte vive no interior do país, em locais de difícil acesso. Além disso, muitos brasileiros ingressam no Suriname, por meio de barcos ou mesmo pela floresta, onde não há controle migratório nem registro de entrada/saída. É possível afirmar que diminuiu o número de brasileiros no Suriname nos últimos anos, em razão da crise no setor de exploração do ouro, que segue, com preço baixo no mercado internacional, há alguns anos. Como é do conhecimento da SERE, a maioria dos brasileiros que vive no Suriname trabalha em atividades relacionadas diretamente à exploração do ouro. Dessa forma, o Suriname beneficia-se diretamente do trabalho dos brasileiros, uma vez que o ouro é importante gerador de divisas para a economia local.

20. A maior parte da comunidade é originária dos Estados do Norte e do Nordeste, principalmente Maranhão, Pará e Amapá, e é atraída ao Suriname para trabalhar nas áreas do garimpo, no interior do país. Os homens são, em sua maioria, garimpeiros, enquanto as mulheres seriam, além de garimpeiras, donas-de-casa, cozinheiras ou profissionais do sexo. Na capital Paramaribo, os nacionais brasileiros trabalham com revenda de ouro, em lojas de comércio, em salões de beleza e em hotéis e casas de prostituição.

21. Busquei manter aberto o diálogo com a comunidade brasileira no Suriname, por meio de contato fluido com o Conselho de Cidadãos e diálogo aberto com a comunidade.

22. Registro a realização de consulados itinerantes ao interior do país, de fundamental importância para prestar assistência adequada a brasileiros e coletar novos elementos sobre a comunidade brasileira no Suriname. Segue a lista de missões itinerantes realizados por este Posto ao longo da minha gestão:

- Benzdorp. Período: 27 de fevereiro a 1º de março de 2012. N° de atendimentos: 170 brasileiros;
- Sara Kreek. Período: 21 a 25 de maio de 2012. N° de atendimentos: 93 brasileiros;
- Akutu- Antônio do Brinco. Período: 13 a 17 de agosto de 2012. N° de atendimentos: 180 brasileiros;
- Macu, Sara Kreek. Período: 26 a 30 de novembro de 2012. N° de atendimentos: 150 brasileiros;
- Tosso-Kreek e Cláudia. Período: 15 a 19 de abril de 2013. N° de atendimentos: 60 brasileiros;
- Tapanahony/Kerlie Kampoe/Papaichton. Período: 24 a 28 de junho. N° de atendimentos: 70 brasileiros;
- Akutu-Antônio do Brinco. Período: 21 a 25 de outubro. N° de atendimentos: 70 brasileiros;
- Albina. Período: 10 a 14 de março de 2014. N° de atendimentos: 80 brasileiros.

23. O principal tema afeto à comunidade brasileira no Suriname é a questão migratória. Conforme constatado diariamente no Setor Consular e por ocasião de consulados itinerantes no interior do país, a maioria dos brasileiros está em situação migratória irregular. A eventual negociação de acordo de regularização migratória, ao considerar as dificuldades enfrentadas pelos conacionais no projeto "Illegalen 2" de regularização migratória levado a cabo pelas autoridades surinamesas desde 2014, poderia facilitar significativamente a obtenção da permanência, ao conferir certeza jurídica e previsibilidade ao mecanismo. Recordo que, em 2004, foi assinado Acordo Bilateral com o Suriname de regularização migratória, que nunca chegou a ser ratificado, sobretudo por dificuldades da parte surinamesa de fazer aprová-lo no Legislativo. Em 2005, foi assinado Ajuste Complementar a esse Acordo, que também não foi implementado. Em razão da morosidade do projeto "Illegalen 2" pelo lado surinamês, fiz gestões pessoais, em diversas ocasiões, junto à chancelaria local e ao Ministério da Justiça, para que o processo de regularização migratória fosse concluído com resultados satisfatórios.

24. A respeito do Setor Consular desta Embaixada, registro que, ao chegar ao Posto, empreendi esforços para modernizar o Setor Consular. Já no primeiro ano da minha gestão, realizei reforma para ampliar o Setor Consular, com abertura de 2 (dois) novos guichês de atendimento - dobrando o número de guichês -, os serviços consulares passaram, quando possível, a ser concluídos no mesmo dia do pedido do consulente. Os dados disponíveis no Sistema Consular Integrado dão ideia clara da alta demanda por serviços nesta Embaixada. Em 2014, foram expedidos pelo Setor Consular desta Embaixada 3.496 atos notariais e de registro civil, 2.513 documentos de viagem, 77 vistos, totalizando 6.086 documentos emitidos, o que dá uma média de mais de 30 documentos por dia de trabalho.

25. No atendimento diário a brasileiros no Setor Consular, as principais dificuldades encontradas são as seguintes:

- dificuldade na identificação de brasileiros em casos de solicitação de documento de viagem - muitos brasileiros alegam ter perdido todos os documentos ou terem sido roubados -, o que obriga os funcionários do setor a utilizar todos os meios possíveis para a correta e segura identificação do nacional. Nesse sentido, a Adidância da PF presta importante auxílio, inclusive no trabalho localizar parentes e amigos no Brasil do consulente;
- casos de mães e pais que comparecem ao setor para solicitar documento de viagem para menores, sem o consentimento expresso do outro genitor, muitas vezes alegadamente desaparecido ou até falecido (sem certidão de óbito que comprove). Nesses casos, os funcionários do setor, conforme as normas consulares, são orientados a auxiliar a localização do segundo genitor ou, por meio da assessoria jurídica do Posto, auxiliar os consulentes a acionar juiz competente para suprir a anuência do genitor ausente.
- casos de crianças "abandonadas" por pais que se deslocam ao garimpo e cujo guardião de fato solicita documento para o(s) menor(es). Há diversos casos de "guardiões" de menores, os quais cobrariam entre 300 a 2 mil dólares americanos por mês e que, em algum momento, necessitariam de documentos dos menores. Nesses casos, o Setor Consular busca localizar os pais e, por meio da assessoria jurídica, orientar os interessados a proceder à regularização da eventual adoção. Drama maior ocorreria quando da recusa da devolução das crianças aos genitores até que a eventual "dívida" seja quitada. Em razão dos ganhos cíclicos da atividade mineradora, não raro muitos pais acabariam "perdendo" os próprios filhos, em razão das dívidas acumuladas. Dessa forma, muitas mães estariam enfrentando dificuldades para manter seus filhos no Suriname. Os riscos enfrentados por elas no garimpo e na prostituição só tenderiam a agravar o problema.
- casos de brasileiros desvalidos, que solicitam auxílio para retornar ao Brasil. Nesses casos, o Setor Consular presta assistência para localizar parentes e amigos no Brasil que possam arcar com os custos do retorno do brasileiro e de sua manutenção em território nacional.
- casos de brasileiros falecidos no interior do Suriname, em que a polícia não consegue identificar os corpos ou, por dificuldades financeiras, sequer são trazidos para a cidade para serem analisados por perito - acabam sendo enterrados no interior, próximo ao local da morte, sob o "olhar" de testemunhas e sem a devida emissão da certidão de óbito local. Nesses casos, o Posto busca contato com a autoridade policial para saber proceder quanto à identificação e emissão da certidão

de óbito ou documento equivalente que possa dar base à emissão da certidão consular de óbito.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

26. A cooperação técnica entre Brasil e Suriname beneficia-se do fato de que, por compartilharem o espaço amazônico, os dois países têm desafios e possibilidades comuns. O leque de projetos continua a ser expandido qualitativa e quantitativamente, e os dois países estão engajados em cooperação em áreas prioritárias como saúde, agricultura e finanças.

27. A cooperação técnica entre os dois países tem arcabouço jurídico no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Suriname, firmado em 22 de junho de 1976. A cooperação técnica é talvez a principal prioridade do momento, para o Governo do Suriname, na relação com o Brasil. O Governo Bouterse busca implementar sua ambiciosa agenda social em face dos decrescentes ingressos e deseja parceiros internacionais que possam contribuir para aquele esforço.

28. Destaco a importância da criação, em 2009, do Núcleo de Cooperação Técnica neste Posto, em conformidade com a política de coordenação da Agência. A AT do Núcleo tem sido fundamental para acompanhar os projetos, elaborar subsídios e relatórios, além de auxiliar o contato com os órgãos surinameses.

29. Ao longo da minha gestão, foram concluídos 6 (seis) projetos de cooperação. Em maio de 2017, o Programa de Cooperação Brasil-Suriname é composto de 7 (sete) projetos bilaterais em execução, que abrangem as áreas de saúde, agricultura, mineração, administração pública (finanças) e recursos hídricos, e de um projeto trilateral na área de agricultura. Ademais, 4 (quatro) novos projetos - 3 bilaterais e 1 trilateral - estão em fase de assinatura, nas áreas de saúde, geologia e agricultura, devendo ser assinados em breve.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA

30. A cooperação na área de Defesa do Brasil com o Suriname constitui um dos principais e mais tradicionais pilares do relacionamento bilateral. A cooperação na área de Defesa entre o Brasil e o Suriname existe há 34 anos e tem contribuído para estreitar os laços de amizade e de confiança mútua entre as Forças Armadas dos dois países.

31. A Adidância de Defesa, Naval e do Exército em Paramaribo foi criada em 1983 e conta com um Adido e um Auxiliar. Além disso, há três Assessorias que participam diretamente dos trabalhos da Adidância na cooperação de defesa com o Suriname.

COOPERAÇÃO POLICIAL

32. Desde o início da minha gestão, em março de 2012, envidei esforços para aprofundar a cooperação policial com o Suriname. A Adidância da Polícia Federal da Embaixada do Brasil em Paramaribo, criada em 2008, é peça-chave nesse processo.

33. A consolidação da cooperação da Polícia brasileira com o Corpo de Polícia do Suriname (KPS) e com o Corpo de Polícia Militar (KMP) é benéfica para os dois países, em razão do fortalecimento institucional decorrente da cooperação e do aprimoramento no combate a crimes, sobretudo aqueles que são cometidos de forma organizada e os de caráter transnacional.

34. No momento, está em negociação projeto de Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal e o Corpo de Polícia do Suriname (KPS).

PROJETOS CULTURAIS DA EMBAIXADA E COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL COM O SURINAME

35. Ao longo da minha gestão, busquei fomentar projetos nas áreas cultural e educacional, de modo a promover a cultura brasileira no Suriname e a fazer aproximar os dois países. A existência do Centro Cultural Brasil-Suriname (CCBS) é fundamental para a realização dessas atividades e para, de maneira paulatina, inserir o idioma português na realidade local.

36. O CCBS é entidade difusora da língua portuguesa e da cultura brasileira no Suriname, reforçando a relação bilateral. São oferecidos cursos regulares de português e cursos especiais para órgãos do Governo e empresas. Além disso, o CCBS oferece o curso preparatório para o exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras).

37. A respeito da cooperação educacional, registro a assinatura do Memorando de Entendimento, firmado em novembro de 2015, entre a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Universidade Anton de Kom do Suriname (ADEKUS). No momento, está sendo implantando curso de português na ADEK, direcionado a estudantes de nível médio que desejam realizar o Celpe-Bras e para aqueles que almejam cursar graduação em Letras em português. A criação de curso de letras em português na Universidade do Suriname, conforme expressou o próprio Ministro da Educação do Suriname em 2015, seria projeto prioritário. Para auxiliar a realização desse objetivo, a ADEK elaborou projeto de criação de leitorado de português em Paramaribo, que foi encaminhado, em maio de 2017, ao lado brasileiro para análise.

38. Elenco, a seguir, realizações culturais ocorridas durante a minha gestão:

- programa semanal de rádio promovido pela Embaixada do Brasil, que teve início em 2012 e que continua até hoje, que tem contribuído para desenvolver a comunicação com a comunidade brasileira no país;
- Organização de concursos de desenho infantil e de redação;
- participação em feiras de estudante, ocasião em que são divulgados os cursos do CCBS e as oportunidades de estudo no Brasil por meio dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós Graduação (PEC-G e PEC-PG);
- organização de festas juninas;
- participação em festivais de música, de cinema e de cultura;
- participação em festas de artes no Suriname;
- promoção de shows de artistas brasileiros no Suriname;
- exibição de filmes nacionais no cinema local;
- exibição mensal de filmes nacionais no CCBS;
- exibição de filmes brasileiros na TV surinamesa;
- participação em bazar benéfico, com organização de estande com produtos brasileiros.

PERSPECTIVAS DO RELACIONAMENTO BILATERAL

39. Em 2017, o Suriname completa 42 anos de independência, período marcado por momentos de intensa relação com o Brasil. A visita do Chanceler do Brasil, em março de 2016, a Paramaribo, renovou a relação bilateral e deu continuidade ao já tradicional contato de alto nível entre os países. A crise econômica por que passa o Suriname desde 2015 pode ser oportunidade para incrementar a relação entre os dois países e estimular a troca de experiências, sempre respeitando elementos caros a Brasil e Suriname, como a soberania e o direito ao desenvolvimento.

40. Há espaço para o aprofundamento do relacionamento bilateral com o Suriname, estimulado pela ampliação do comércio bilateral e pelo aumento da confiança mútua. Resultados concretos podem ser alcançados por meio da assinatura de novos acordos e implementação de projetos em diversas áreas, incluindo promoção comercial, consular, cultural, cooperação técnica, cooperação policial, cooperação educacional, entre outros. A assistência à importante comunidade brasileira no Suriname, estimada em cerca de 30 mil pessoas, deve também estar na primeira linha de prioridade da Embaixada.

41. No que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento do Suriname, existe vasto campo a ser explorado. As semelhanças físico-geográficas e socioeconômicas com o Brasil, sobretudo com sua região Norte, fazem que muito da experiência brasileira seja útil aqui. A esse respeito, a linha de ação sugerida inclui não apenas a continuação dos bem-sucedidos programas de cooperação existentes, mas também o esforço por engajar instituições brasileiras em projetos estruturantes no Suriname, especialmente nos setores agrícola e industrial, bancário e de tecnologia da informação, que poderiam ter efeitos sistêmicos positivos e de longo prazo para o desenvolvimento do Suriname.

42. O aprofundamento da relação bilateral pode ser auxiliado por conversações oficiais sobre temas de interesse e por resultados concretos, tais como:

- Assinatura do acordo bilateral sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, cujo projeto no momento está sob análise no lado surinamês;
- Assinatura de Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal e o Corpo de Polícia do Suriname (KPS), cujas tratativas estão bastante avançadas, em razão do excelente trabalho do Posto e da Adidância da Polícia Federal desta Embaixada;
- Ampliação da cooperação na área de Defesa, em coordenação com a Adidância de Defesa, Naval e do Exército desta Embaixada.
- Continuidade de oferta de cursos no Brasil para militares e policiais surinameses;
- Estímulo do comércio bilateral, em particular de ações para retomar exportações de arroz para o Brasil, ao abrigo de Acordo que possibilita exportações de até 10 mil toneladas por ano, livres de impostos de importação.
- Assinatura de acordos de cooperação técnica ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de 1976;
- Continuidade da já tradicional oferta de vaga a diplomata surinamês para estudar no Instituto Rio Branco, o que contribuirá para colocar as chancelarias em sintonia para entender o mundo contemporâneo;
- Ampliação da já robusta cooperação na área da saúde, tanto por meio de projetos, como por meio de doações de medicamentos e preservativos;
- Avanço de tratativas visando à criação de Leitorado de português em Paramaribo.

43. Os principais desafios no aprofundamento da relação bilateral residem na relativa falta de canais para o conhecimento mútuo. Nesse sentido, envidei esforços ao longo da minha gestão para divulgar o Brasil no Suriname, por meio de eventos culturais no Centro Cultural Brasil-Suriname, promoção de encontros entre empresários dos dois países, e ampliação do leque institucional por meio da assinatura de acordos bilaterais. Entretanto, as diferenças de idioma, a falta de rota terrestre direta entre os países, e a tendência do Suriname de voltar-se, por razões históricas e culturais, para a Holanda, EUA e países asiáticos (China, Indonésia, Índia), são elementos que tornam bastante desafiador o trabalho desta importante Embaixada.



SF117056.77931-41

RELATÓRIO N° , DE 2017

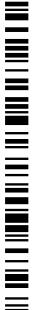
Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF)
nº 46, de 2017 (Mensagem nº 252/2017, na Casa
de origem), da Presidência da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição Federal, e com o art. 39, combinado
com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro
de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR
GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de
Primeira Classe da Carreira de Diplomata do
Ministério das Relações Exteriores, para exercer
o cargo de Embaixador do Brasil na República do
Suriname.*

Relatora: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.



SF11056.77931-41

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO nasceu em 26 de junho de 1960, em Niterói-RJ, filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e de Cléia de Pimentel Aguiar.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco no ano de 1960, tornando-se Primeiro-Secretário no ano seguinte. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1994; Conselheiro, em 2001; Ministro de Segunda Classe, em 2005; e Ministro de Primeira Classe, em 2015.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Chefe, Substituto, da Divisão de Organismos Internacionais, de 1994 a 1995; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, entre 2001 e 2003; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Londres, de 2003 a 2008; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, entre 2008 e 2011; Comitê Nacional da Rio+20, entre 2011 e 2013; e Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, de 2013 até 2017.

O diplomata indicado recebeu, em 1991, a Ordem de Isabel, a Católica, da Espanha, grau de Cavaleiro e, em 2007, a Ordem de Rio Branco, do Brasil, grau Grande Oficial.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Suriname, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Com território de 163.820 km² de extensão, o Suriname é o menor país da América do Sul. O país é limitado, a leste, pela Guiana, ao sul, pelo Brasil, a oeste, pela Guiana Francesa e, ao norte, pelo Oceano Atlântico. O país tem cerca de 585 mil habitantes, e a população, que é variada cultural e etnicamente, concentra-se, em sua maioria, ao redor da capital, Paramaribo. Destaca-se contingente importante de descendentes de africanos, indianos e chineses. O país tornou-se independente do Reino dos Países Baixos em 1975 e comemora sua data nacional no dia 25 de novembro.

Seu produto interno bruto (PIB) em valor de compra em 2015 ficou em US\$ 9,52 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita de US\$ 17.052, também calculado pelo poder de compra. A expectativa de vida média de sua população é de 71,1 anos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2015 foi de 0,714, o que coloca o país em 103º lugar no ranking mundial.

A cooperação brasileira com o Suriname iniciou-se logo após a independência do país, em 1975. Apesar da fronteira comum de 593 km, a região limítrofe apresenta baixa densidade demográfica e não possui ligações viárias entre os dois países, por ser coberta por barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por áreas de preservação ambiental e indígena. A presença de significativa comunidade brasileira no Suriname (por volta de 15 mil pessoas) traz importante componente humano para as relações bilaterais.

Em 2016, a corrente de comércio bilateral totalizou USD 27 milhões, sendo USD 26,6 milhões de exportações e apenas USD 0,4 milhão em importações. Apesar do baixo volume de exportações, a pauta é relativamente diversificada. Já a pauta de importações se concentra em poucos produtos (entre os quais, alumina calcinada e farinha de trigo), ademais de vendas esporádicas de arroz surinamês.

A cooperação técnica ocupa lugar de destaque nas relações bilaterais. Ao longo dos últimos anos, desenvolveram-se, sob o marco legal dos acordos complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e Suriname assinado em maio de 2012, projetos e iniciativas de cooperação, em áreas como saúde, gestão de recursos hídricos, agricultura sustentável, zoneamento agroecológico, mapeamento geológico, fortalecimento de instituições públicas, segurança pública e defesa.





SF11056.77931-41

A imigração é outro tema importante na agenda bilateral. Os brasileiros formam contingente relevante de imigrantes no Suriname. Provenientes principalmente do Maranhão e do Pará, muitos vão ao Suriname para trabalhar em garimpos no interior do país.

A economia do Suriname tem como base o setor de exploração mineral. O ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo bruto respondem por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do PIB e por 25% das receitas governamentais.

Trata-se, por conseguinte, de economia altamente dependente da evolução dos preços internacionais dessas commodities. Ao longo de 2015, em razão da baixa continuada nos preços das commodities no mercado internacional, registraram-se déficits na conta corrente e na conta capital, não compensados por superávits suficientes na conta financeira, situação que provocou déficits recorrentes no balanço de pagamentos do país.

Apesar do esforço da política externa do Governo de Desiré Bouterse de tentar diversificar as relações externas surinamesas, a partir do segundo mandato, o Suriname manteve aproximação com parceiros tradicionais, como Países Baixos e EUA, além da China, com vistas a obter apoio para fazer frente à deterioração da economia local (crescimento nulo em 2015 e retração no PIB em 2016). Paralelamente, o governo surinamês tem demonstrado crescente interesse na América do Sul e, em especial, nos países vizinhos (Brasil, Venezuela e Guiana).

Atualmente, há onze Embaixadas residentes no Suriname (Argentina, Brasil, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guiana, Índia, Indonésia, Países Baixos e Venezuela). Índia, Indonésia e China, países de origem das principais comunidades que constituem a população do Suriname, permanecem como importantes parceiros.

Merece destaque o engajamento do país nas organizações regionais. Na Cúpula de Montevidéu de julho de 2013, foi assinado Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname. O país ocupou a PPT da UNASUL, entre 2013 e 2014.

Ademais, o ex-Vice-Chanceler surinamês, Embaixador Robby Ramlakhan, ocupou a Secretaria-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cuja sede é em Brasília, de 2012 a 2015.

Estimamos que os ilustres membros do colegiado agora disponham de suficientes informações para sua deliberação, sendo este o escopo único deste Relatório, sem manifestação de voto, por determinação regimental.



SF117056.77931-41

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2^a PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 50, DE 2017

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 289

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Os méritos do Senhor André Luiz Azevedo dos Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de agosto de 2017.

EM nº 00188/2017 MRE

Brasília, 2 de Agosto de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 349 - C. Civil.

Em 17 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS

CPF.: 642.132.507-68

ID.: 10459 MRE

1961 Filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasce em 16 de setembro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1983	Pedagogia, Inglês, pela Universidade Santa Úrsula/RJ
1989	Ciência Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
1992	CPCD - IRBR

Cargos:

1993	Terceiro-Secretário
1998	Segundo-Secretário
2005	Primeiro-Secretário
2008	Conselheiro, por merecimento
2014	Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1993-96	Divisão de Integração Regional, assistente
1996	Ministério de Planejamento e Orçamento, Sec. Planejamento e Avaliação, assessor
1996-97	Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-00	Consulado-Geral em Miami, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
2000-03	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
2003-06	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
2006	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2006	Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário em missão transitória (10 meses)
2006-09	Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário e Ministro-Conselheiro, comissionado
2009-11	Consulado Geral em Paris, Cônsul-Geral Adjunto
2011-2013	Embaixada em Riade, Ministro-Conselheiro, comissionado
2013	Embaixada na Monróvia, Embaixador

Condecorações:

1997	Ordem ao Mérito, Itália, Cavalheiro
------	-------------------------------------

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

Dados Básicos

NOME OFICIAL	República Democrática do Congo
GENTÍLICO	Congolês
CAPITAL	Kinshasa
ÁREA	2.344.860 km ² (1,5 vezes o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO (2017 est.)	82,243 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Francês (oficial), Lingala, Kituba, Swahili e Tshiluba (línguas nacionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo: 50%; Protestantismo: 35%, Islamismo: 5%, outras: 5%.
SISTEMA DE GOVERNO	República Unitária Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Joseph Kabila Kabange (desde jan/2001. Eleito em 2006 e reeleito em 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Bruno Tshibala (desde abr/2017)
CHANCELER	Léonard She Okitundu (desde dez/2016)
PIB nominal (2016 est.)	US\$ 39,82 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhão/FMI 2016)
PIB PPP (2016 est.)	US\$ 66,01 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI 2016)
PIB nominal per capita (2016 est.)	US\$ 473,32 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI 2016)
PIB PPP per capita (2016)	US\$ 784,66 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI 2016)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2016)	2,5% (2016 est.), 6,91% (2015); 9,1% (2014); 8,5% (2013); 7,1% (2012); 6,9% (2011); 7,1% (2010); 2,8% (2009)
IDH (PNUD, 2015)	0,435 (176 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)	59 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2015)	77,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2016)	3,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco congolês
EMBAIXADOR EM KINSHASA	Paulo Uchôa Ribeiro Filho (desde mai/2013)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mutombo Bakafwa Nsenda (desde nov/2015)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RDC (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → RDC	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	57,28	58,56	64,13	188,54	61,45	89,52	56,21	82,55	51,33
Exportações	53,43	53,78	50,81	81,47	45,73	72,58	37,21	42,09	41,43
Importações	3,84	4,78	13,31	107,06	15,72	16,94	19,00	40,46	0,99
Saldo	49,59	49,00	37,5	-25,59	30,01	55,64	18,21	1,63	31,52

Apresentação

Com vasta extensão territorial, que corresponde a 27% do tamanho do território brasileiro, a RDC é o segundo maior país da África, atrás apenas da Argélia. Apresenta vínculos políticos, sociais e econômicos com as regiões central, austral e oriental do continente e possui fronteira comum com 9 vizinhos (República Centro-Africana, Sudão do Sul, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Angola e República do Congo).

O território congolês, cortado pela Linha do Equador, detém a segunda maior cobertura de floresta tropical no mundo (após o Brasil), o que representa cerca de 50% de toda a extensão florestal do continente africano. É rico em recursos minerais de alto valor, como ouro, diamantes e cobalto, além das chamadas "terras raras", usadas como insumos na produção de tecnologia de ponta. Conta com o maior potencial hídrico e energético do continente africano (cerca de 100 mil megawatts, quase inexplorados) e com as mais extensas áreas agricultáveis não exploradas da região (estimadas em cerca de 80 milhões de hectares).

O último censo nacional na RDC ocorreu em 1984. Atualmente, o governo congolês e organismos internacionais estimam a população do país em mais de 80 milhões de habitantes, o que o elevaria à posição de 4º mais populoso país africano (atrás de Nigéria, Egito e Etiópia).

Após o fim do período de transição (2003-2006), a RDC experimentou dez anos de paulatina estabilização (2006-2015), durante os quais a economia congolesa cresceu significativamente, à taxa média de 6,7% ao ano. Nesse contexto, relatório do Banco Mundial avaliou que o país poderia vir a converter-se em motor do crescimento regional. Em 2016, contudo, devido à deterioração do cenário político congolês, a economia do país apresentou taxa de crescimento de apenas 3,9%.

Tendo em conta a centralidade do país e sua importância geopolítica, o Brasil avalia que a estabilização definitiva da RDC deverá apresentar efeitos muito positivos para a sustentabilidade da paz e para as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico na região dos Grandes Lagos e em todo o continente africano.

Perfis biográficos

JOSEPH KABILA KABANGE

Presidente



Joseph Kabila Kabange nasceu em 04/06/1971, em Fizi, Província do Kivu do Sul, situada no leste da RDC. Devido às atividades políticas de seu pai, Laurent Kabila, que combatia o regime de Mobutu Sese Seko, cursou o ensino médio no liceu francês de Dar-es-Salaam, Tanzânia, onde também passou por treinamento militar.

Lutou ao lado do pai na guerra de 1996-97 contra o regime Mobutu, que seria derrubado em maio de 1997, quando Laurent Kabila assumiu o poder. Em 1998, fez estágio militar na Universidade de Defesa de Pequim. No mesmo ano, retornou à RDC e foi nomeado general e subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 2000, assumiu a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em janeiro de 2001, aos 29 anos de idade, assumiu a Presidência da República após o assassinato de seu pai. Em outubro de 2006, foi eleito Presidente da República para um mandato de cinco anos, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas realizadas no país. Em dezembro de 2011, foi reeleito Presidente no primeiro turno, para novo mandato de cinco anos.

Seu mandato deveria ter sido encerrado após a eleição de um sucessor, em pleito que ocorreria em dezembro de 2016. Como o pleito tem sido postergado, o atual mandato de Kabila como presidente da RDC tem sido prolongado.

BRUNO TSHIBALA NZENZE

Primeiro-ministro



Bruno Tshibala Nzenze nasceu em 20 de fevereiro de 1956. Graduou-se como advogado pela Universidade Marien-Ngouabi. Tshibala começou sua carreira política como estudante em 1980, quando se filiou a um partido de esquerda, de oposição ao regime Mobutu. Juntamente com Étienne Tshisekedi, foi um dos criadores do partido União pela Democracia e pelo Progresso Social (UDPS), em 1982.

Em novembro de 2016, Tshibala, então secretário-geral da UDPS, foi mantido preso, por 20 dias, acusado de haver organizado manifestações em Kinshasa. Na sequência da morte de Étienne Tshisekedi, devido a desentendimentos com outros membros da UDPS, Tshibala foi excluído do partido. Atualmente, é um político independente. Em abril de 2017, Tshibala foi nomeado pelo PR Kabila como primeiro-ministro, o que, no entanto, não foi bem acolhido pelas forças de oposição.

Relações bilaterais

O Brasil reconheceu a independência da RDC em 17/8/1960. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1968 e, em 1972, no contexto do histórico péríodo do então chanceler Mário Gibson Barbosa à África, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa. A RDC (então Zaire) figura, por sua vez, entre os primeiros países da África Subsaariana a abrir embaixada residente em Brasília (1974). Em razão do ambiente de conflito que vigorou no país durante a década de 1990, bem como de restrições orçamentárias enfrentadas pelo Brasil, a Embaixada em Kinshasa foi fechada em 1997. Somente foi reaberta em 2004, o que deu início a novo ciclo de aproximação entre os dois países.

Dentre as últimas visitas de alto nível entre os dois países, devem-se mencionar a do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (novembro de 2010); a do então ministro da Cooperação Internacional e Regional da RDC, Raymond Tshibanda (agosto de 2011); a do então ministro do Meio Ambiente da RDC, Bavon Mputu Elima (setembro de 2013); a do então ministro da Defesa Celso Amorim (março de 2014); a do então ministro da Economia e Comércio da RDC, Jean-Paul Begepole (novembro de 2014); e a do então ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira (agosto de 2015).

Em seus esforços de promoção do desenvolvimento socioeconômico nacional, o governo congolês identifica no Brasil um modelo a ser seguido. A ausência de vínculos coloniais e a percepção de similaridades entre os dois países (o clima tropical, a vastidão territorial, a extensão de suas respectivas coberturas florestais, a abundância de

recursos naturais e os desafios impostos pelas desigualdades sociais) têm contribuído para que Kinshasa nutra expectativa de poder compartilhar a experiência brasileira na solução de problemas em áreas como saúde, agricultura, conservação e uso sustentável de florestas e integração do território.

A visita do então chanceler Amorim a Kinshasa (2010), realizada no contexto do anúncio de contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual na RDC, constituiu marco no processo de redinamização do relacionamento bilateral, em particular em suas vertentes de cooperação técnica e humanitária e de diálogo político (durante a visita foi assinado memorando de entendimento que estabeleceu mecanismo de consultas políticas entre os dois países).

A visita do então ministro Mauro Vieira à RDC (2015) incluiu a capital Kinshasa e a cidade de Goma, sede do comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO). Em Kinshasa, além do diálogo político, foram exploradas novas oportunidades de adensamento das relações do Brasil com a RDC, em particular no âmbito econômico-comercial e na área de cooperação. Por sua vez, a visita a Goma constituiu gesto de apoio à MONUSCO e ao comando militar da Missão, que, entre maio de 2013 e dezembro de 2015, foi exercido pelo general brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz. A MONUSCO, maior missão de paz da ONU, possui importância especial por ser a única munida da chamada "Brigada de Intervenção", unidade estabelecida, em março de 2013, pelo Conselho de Segurança, em bases excepcionais, com mandato inédito para uso ofensivo da força.

No plano político, por fim, registre-se que Kinshasa tem apoiado iniciativas brasileiras em foros multilaterais. Apoiou, igualmente, as candidaturas brasileiras à direção de organismos multilaterais (FAO e OMC). Os dois países apresentam interlocução privilegiada no tratamento multilateral de temas afetos ao meio ambiente e à gestão florestal, dada a convergência natural das posições dos dois países nessas questões. Têm sido discutidas possibilidades de concertação entre o Brasil, a RDC e a Indonésia, uma vez que, juntos, detêm mais de 50% da cobertura de florestas tropicais do mundo.

Cooperação entre Legislativos

Em 2015, intensificou-se movimento de aproximação entre os legislativos do Brasil e da RDC, consubstanciado em troca de visitas de representantes daquele poder. Do lado congolês, o senador Jean-Claude Mokeni, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e Presidente do Grupo de Amizade Brasil-RDC, realizou visita ao Brasil, em junho de 2015, na qual tratou de formas de estreitar as relações econômicas bilaterais e a cooperação. Na ocasião, o senador Mokeni manteve encontro com o senador Aloysio Nunes, então presidente da CRE/Senado. Em seguimento, em julho de 2015, a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) realizou visita a Kinshasa, durante a qual manteve conversas com autoridades congolesas acerca de justiça social e promoção de direitos de minorias, em especial os afrodescendentes (no Brasil) e as mulheres.

Cooperação bilateral

Ao longo de 2005, na esteira da reabertura da Embaixada brasileira em

Kinshasa, e em preparação para as eleições gerais de 2006 que colocaram fim ao período de transição na RDC, o Brasil e a RDC desenvolveram significativa cooperação em matéria eleitoral. Além de treinamento e capacitação, o governo brasileiro doou 2.950 urnas de lona para a RDC.

Em agosto de 2011, foi realizada, em Brasília, após hiato de 25 anos, histórica reunião da Comissão Mista bilateral (III Sessão), no contexto da visita do então ministro da Cooperação Internacional e Regional congolês Raymond Tshibanda. Como resultado, foram realizados dois projetos de cooperação negociados com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC): apoio ao cultivo de café no Kivu; e capacitação em agroecologia e agricultura familiar (ambos concluídos satisfatoriamente em 2013).

A cooperação humanitária desenvolvida pelo Brasil em benefício da RDC também tem sido significativa nos últimos anos. Além da já referida contribuição em benefício de mulheres vítimas de violência sexual (2010), a qual chegou a beneficiar mais de 500 vítimas, o Brasil contribuiu, em 2009 e 2012, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), com doações, em dinheiro e alimentos, voltadas a mitigar o risco de insegurança alimentar na RDC.

Desde 2014, o Brasil tem também desenvolvido, em Goma, o projeto "Capoeira pela Paz", que conta com parceria da UNICEF e da ONG monegasca "Amade Mondiale", bem como com a participação dos governos do Canadá e da Suíça. Por meio do ensino da capoeira, o projeto tem contribuído para a reinserção social de crianças egressas de conflitos armados.

No plano da cooperação educacional, a RDC constitui, ademais, o segundo maior receptor individual de bolsas brasileiras no âmbito do programa PEC-G, com mais de 400 estudantes congoleses beneficiados até o momento.

No plano ambiental, ambos os países possuem histórico de cooperação na área de monitoramento florestal, em particular no que concerne ao compartilhamento de imagens satelitais.

Comércio e investimentos

Durante o período de gradativa estabilização da RDC (2006-2015), começaram a surgir oportunidades para o incremento das ainda incipientes relações econômico-comerciais (infraestrutura, energia, venda de aeronaves e ônibus e negócios no setor agrícola são áreas com interesses concretos que já começam a ser mapeados). Há, por sua vez, claro interesse congolês na captação de investimentos brasileiros. Durante sua visita à Bahia (novembro de 2014), o então ministro da Economia e do Comércio, Jean-Paul Begepole, buscou apresentar oportunidades de investimento no país que poderiam mostrar-se atrativas para pequenas e médias empresas brasileiras.

De 2012 a 2016, contudo, o intercâmbio comercial de bens entre o Brasil e a RDC sofreu retração de 16,5% em valor, de US\$ 61,5 milhões para US\$ 51,3 milhões, refletindo a queda generalizada do comércio exterior brasileiro com a África (-53% no período). Em 2016, a RDC foi o 21º parceiro comercial do Brasil na África (0,41% do total das trocas comerciais brasileiras com o continente); o 22º destino das exportações nacionais na região (participação de 0,53% sobre as vendas totais para o continente) e o 14º exportador para o mercado brasileiro (participação de 0,22% sobre o total das

importações provenientes da África). A queda do intercâmbio comercial resultou da redução de 9,4% das exportações brasileiras para a RDC (de US\$ 45,7 milhões em 2012, para US\$ 41,4 milhões em 2016) e, sobretudo, da queda acentuada de 37,0% das compras nacionais provenientes desse país (de US\$ 15,7 milhões, para US\$ 9,9 milhões).

Entre 2012 e 2016, as vendas brasileiras para a RDC concentraram-se, predominantemente, em produtos da cadeia alimentícia e farmacêutica, ao passo que as importações nacionais provenientes desse mercado concentraram-se, essencialmente, em minérios e combustíveis. Em 2016, os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil para a RDC foram carnes e miudezas comestíveis; açúcar; preparações à base de carne; produtos farmacêuticos; malte e produtos da moagem, perfazendo 84,2% do total das vendas brasileiras para o país africano. No mesmo ano, os principais grupos de mercadorias adquiridos pelo Brasil foram cobre; combustíveis; metais comuns; enzimas preparadas; que representaram 100% das importações brasileiras provenientes desse mercado. O cobre constitui o principal produto exportado pela RDC para o Brasil, com participação superior a 50% do total das vendas.

O saldo da balança comercial com a República Democrática do Congo tem sido tradicionalmente favorável ao Brasil (51º maior superávit comercial brasileiro em 2016), em função, sobretudo, da magnitude das exportações brasileiras para esse parceiro. Os significativos déficits contabilizados pela parte brasileira em 2006 (-US\$ 113 milhões), 2007 (-US\$ 139 milhões) e 2011 (-US\$ 25 milhões) podem ser considerados como atípicos, tendo em vista que sua ocorrência se deu, exclusivamente, por conta das maciças aquisições brasileiras de petróleo bruto, nos três anos em questão. Entre 2012 e 2016 o superávit brasileiro com a RDC cresceu 5%, de US\$ 30 milhões para US\$ 31,5 milhões.

As importações globais da RDC concentram-se em itens do agronegócio, máquinas e equipamentos, produtos farmacêuticos, veículos automotores e manufaturas de ferro ou aço, segmentos nos quais o Brasil é competitivo e com potencial de expandir suas vendas para o mercado congolês. Ao analisar o perfil das exportações congolesas, a Divisão de Inteligência Comercial do Itamaraty identificou os seguintes produtos como bons potenciais de negócios para vendas brasileiras: motocicletas; veículos de transporte; tratores; caminhões; ônibus; arroz; calçados; máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar ou lavar minérios; leite em pó; açúcares de cana; e registros e válvulas para a indústria.

Atualmente, não há registros de investimentos bilaterais de lado a outro. Contudo, empresas como Eletrobrás, Andrade Gutierrez, Vale e Marcopolo têm negociado ou já chegaram a negociar oportunidades de investimentos na RDC.

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada em Kinshasa é a única representação brasileira na RDC e tem jurisdição sobre todo o território do país. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, estimada em menos de 100 pessoas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Em 28 de março de 2017, foi assinado acordo de reestruturação da dívida soberana da RDC com o Brasil. A dívida da RDC era de US\$ 1,5 milhão, sendo cerca de US\$ 1,3 milhão em atrasados. O acordo prevê o abatimento de 54%. Lança também cronograma de pagamentos para a liquidação do restante devido. O objetivo de normalização das relações financeiras é visto, tanto pelo Brasil quanto pela RDC, como uma nova base para que as relações bilaterais sejam elevadas a patamar de maior atividade, sobretudo em questões econômicas e comerciais.

Política interna

Regime Mobutu

A RDC tornou-se independente do Reino da Bélgica em junho de 1960, após quase um século de exploração colonial. À frente do movimento de independência destacou-se Patrice Lumumba, carismático líder do Movimento Nacional Congolês (MNC). Por decisão do incipiente parlamento nacional, Lumumba desempenharia o cargo de primeiro-ministro da nova nação, ao lado do líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavubu, como presidente.

Um mês após a declaração de independência, dissidências ideológicas e movimentos secessionistas nas províncias de Katanga e Kasai Sul deram início a um período de tensão crescente. De modo a proteger seus cidadãos e defender os interesses de grandes mineradoras, a Bélgica enviou tropas à sua ex-colônia. Dias depois, a ONU também enviou missão ao país.

A crise agravou-se quando o presidente Kasavubu decidiu demitir Lumumba de seu cargo, que reagiu declarando a constitucionalidade dos atos de Kasavubu perante o parlamento. Aproveitando-se da conjuntura de crescentes tensões, o recém-nomeado comandante do exército, Joseph Desiré Mobutu, liderou um golpe de estado, com o apoio dos EUA e da Bélgica. Lumumba foi preso e posteriormente assassinado. O presidente Kasavubu, que se tornou refém da trama tecida por Mobutu, foi deposto alguns anos depois, em 1965. Foi assim instituído regime de partido único, com estrutura de poder centrada em Mobutu. Em 1971, Mobutu mudou o nome do país para Zaire. Em 1972, mudou seu próprio para Mobutu "Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga", que, traduzido para português, seria "O Todo Poderoso Guerreiro que, Por Sua Força e Inabalável Vontade de Vencer, Vai de Conquista em Conquista, Deixando Fogo em Seu Rastro".

A era Mobutu teve duração de mais de trinta anos (1965-1997) e foi marcada pela corrupção em larga escala. As riquezas afluentes das imensas jazidas minerais e o suporte concedido pelos EUA, que, em plena Guerra Fria, viam em sua figura uma liderança anticomunista no coração da África, permitiram a Mobutu exercer completo domínio sobre as Forças Armadas e a economia congolesa.

No entanto, o declínio econômico do país em fins da década de 1980 e atritos com os principais prestadores de ajuda externa começaram a erodir as bases de sustentação do regime Mobutu. Durante a década de 1990, no contexto pós-Guerra Fria, desenvolveu-se crescente tensão em meio às forças armadas e tornaram-se frequentes confrontos entre militantes contra e a favor do regime.

A partir de 1996, o país foi palco de grandes conflitos regionais, que

colocaram fim ao regime Mobutu.

Guerras regionais (1996-2003)

Entre 1996, ano que marcou o colapso da República do Zaire, e 2003, tiveram lugar dois conflitos regionais com epicentro na RDC: a Primeira Guerra do Congo (1996-97) e a Segunda Guerra do Congo (1998-2003), também conhecida como "Guerra Mundial Africana".

Iniciada em contexto de grave crise do regime Mobutu (1965-97), a Primeira Guerra do Congo (1996-97) é também considerada um prolongamento da Guerra Civil de Ruanda (1990-94). Na sequência da formação do governo tutsi em Ruanda, milícias rebeldes hutu (as Interahamwe) emigraram para a RDC e passaram a utilizar campos de refugiados ruandeses como base para assaltos ao território ruandês. Algumas dessas milícias também formaram aliança com militares da RDC para depor o regime Mobutu. Com a justificativa de combater os rebeldes hutu, Ruanda e Uganda iniciaram intervenção militar conjunta na RDC e, posteriormente, formaram aliança com forças rebeldes lideradas por Laurent-Désiré Kabila. Em 1997, Mobutu abandonou o então Zaire, e Kabila, que havia marchado até Kinshasa, autoproclamou-se Presidente da RDC.

A Segunda Guerra do Congo (1998-2003) ficou também conhecida como "Guerra Mundial Africana", por haver envolvido pelo menos 9 países do continente e cerca de 20 grupos armados de maior expressão. Após a guerra de 1996-97, Désiré Kabila conclamou todas as tropas estrangeiras a deixarem a RDC. Ruanda e Uganda, contudo, continuaram apoiando grupos rebeldes no leste do país e, em 1998, começaram nova intervenção conjunta, no contexto de confrontos envolvendo grupos rebeldes rivais e tropas governistas. Em reação, Angola, Zimbábue e Namíbia enviaram militares para defender o novo governo de Kinshasa. Posteriormente, o Chade aderiu à aliança em apoio ao governo da RDC, e o Burundi, em menor medida, passou a apoiar forças pró-Ruanda e Uganda. A Líbia e o Sudão passaram, alegadamente, a travar guerra própria contra tropas de Uganda na RDC. A partir de 1999, foram firmados sucessivos acordos de paz entre as partes beligerantes e, em 2003, a formação de governo de transição na RDC ensejou a repatriação das tropas estrangeiras.

Organismos internacionais calculam que o prolongado quadro de instabilidade e conflito na RDC iniciado em 1996 teria produzido mais de 5,4 milhões de mortos, cifra que o eleva à categoria de maior tragédia humanitária após a II Guerra Mundial.

Transição política e estabilização (2003-2016)

Com o fim dos conflitos regionais, teve início processo de transição política auspiciado pela ONU (2003-06). Em 2006, a realização de eleições gerais no país pôs fim ao período de transição e deu início à chamada III República do Congo. Desde então, a RDC experimentou dez anos de crescente, ainda que limitada, estabilização (2006-2015), durante os quais a economia congolese cresceu acentuadamente, à taxa média de 6,7% ao ano.

Não obstante a realização de eleições gerais em 2006, a RDC continuou enfrentando recorrentes ciclos de conflito no leste do seu território, onde a atuação de grupos armados (estimados entre 45 e 60), a violência contra civis, o recrutamento de

crianças-soldado e a violência sexual permaneceram endêmicos. Nos últimos anos, dentre as principais ameaças de segurança no leste da RDC, destacam-se a oferecida pelo grupo rebelde 23 de Março (M23) e a chamada "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu".

Guerra do Kivu e Guerra contra o M23

Entre 2004 e 2009, teve lugar, nas províncias Kivu do Norte e Kivu do Sul, no leste da RDC, a chamada "Guerra do Kivu". Além das Forças Armadas da RDC, foram combatentes as Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR), milícia ruandesa formada por hutus, e o Congresso Nacional para Defesa do Povo (CNDP), milícia ruandesa formada por tutsis. Acordo de paz assinado entre o governo da RDC e o CNDP em 23/3/2009 pôs fim ao conflito.

Em abril de 2012, ex-integrantes do CNDP formaram o grupo rebelde M23, em alusão ao acordo de paz de 2009, o qual, na visão dos rebeldes, não estaria sendo cumprido. Então considerado como a principal ameaça de segurança na RDC, entre abril de 2012 e agosto de 2013, o M23 conquistou e passou a controlar parte do território da província de Kivu do Norte, causando o deslocamento forçado de 200 a 500 mil congoleses.

Diante da deterioração do conflito no leste da RDC, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu, em março de 2013, brigada de intervenção no âmbito da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Sob o comando do General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, a força militar da MONUSCO passou a apoiar, com êxito, ações das Forças Armadas da RDC contra grupos rebeldes no leste do país. O M23 foi derrotado militarmente e rendeu-se em novembro de 2013. Foi então firmada a Declaração de Nairóbi (dezembro de 2013), que selou a paz a partir de compromissos, entre outros, com anistia, repatriação e reintegração de cerca de 1500 rebeldes do M23 exilados em Uganda e Ruanda.

Contudo, diante de conhecidos atrasos na implementação da Declaração, têm crescido receios de que o M23 volte a mobilizar-se. Em janeiro de 2016, o governo passou a alegar que comandante do M23 detido em Uganda, Sultani Makenga, teria fugido e retornado ao país juntamente com 200 homens armados. Em fevereiro de 2017, foi confirmado pela ONU o ressurgimento do M23 no leste da RDC. Segundo Kinshasa, a penetração de elementos do grupo pelas fronteiras com Ruanda e Uganda seria o maior obstáculo ao apaziguamento definitivo do M23.

Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu

Iniciada em agosto de 2016, a chamada "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu" consiste em uma sublevação de grandes proporções, que atinge as províncias de Kasai-central, Kasai, Kasai-oriental e Lomani. Sucessivas descobertas de valas coletivas na província do Kasai acenderam o alerta, na comunidade internacional, de que o conflito possa degenerar para quadro de genocídio. Em março de 2017, dois investigadores da ONU enviados para avaliar a "Rebelião" foram encontrados mortos. O conflito na região prossegue e estima-se que tenha resultado em mais de 3.300 mortos e em contingente superior a 1 milhão de deslocados internos.

Prolongamento do terceiro mandato de Kabila

Desde fins de 2015, o cenário político congolês tem-se caracterizado por tensão política causada por impasses no processo sucessório do atual presidente Joseph Kabila Kabange.

No poder há mais de 15 anos, Kabila assumiu a presidência interinamente, por meio de eleição indireta, na esteira do assassinato de seu pai e então presidente Laurent-Désiré Kabila, em janeiro de 2001. Foi, em seguida, eleito (novembro de 2006) e reeleito (novembro de 2011), para mandatos de cinco anos.

Uma segunda reeleição ao cargo de presidente é vedada por cláusula pétreia da atual Constituição congolese (art. 220), de fevereiro de 2006. Contudo, o 3º mandato do presidente Kabila tem sido prolongado em função da não realização de eleições originalmente previstas para novembro de 2016.

O governo congolês alega que a não realização das eleições de 2016 se deve a longos atrasos observados em três etapas vistas como precursoras do pleito presidencial: (i) a realização de censo demográfico (o último censo realizado na RDC teve seus resultados publicados em 1984); (ii) a atualização do registro eleitoral (estima-se que, desde as eleições de 2011, cerca de 5 milhões de jovens congoleses teriam atingido a idade mínima para tornarem-se eleitores); e (iii) a organização de eleições provinciais e locais, as quais estavam originalmente previstas para 2012, mas jamais ocorreram.

Em janeiro de 2015, foi aprovada na Assembleia Nacional proposta de emenda constitucional que, entre outros dispositivos, condicionava a realização de eleições à previa condução de censo nacional e à atualização do registro de eleitores.

Em setembro de 2015, a Suprema Corte da RDC emitiu decisão para que a Comissão Eleitoral Nacional Independente formulasse novo calendário eleitoral, de forma a acomodar a necessidade de que as eleições nos níveis subnacionais ocorressem antes do pleito presidencial.

Diálogo entre governo e forças de oposição

A partir de 2015, na medida em que o prolongamento do terceiro mandato Kabila tornou-se crescentemente provável, vem-se registrando crescente mobilização das forças de oposição. Em setembro de 2015, sete partidos políticos anunciaram sua deserção da base governista. Centradas em Kinshasa, grandes manifestações populares repelidas pelas forças de segurança com elevado número de presos e mortos, ocorreram em janeiro de 2015 e em setembro e novembro de 2016.

Tendo em conta que a alternância de poder na RDC jamais ocorreu por meio de eleições, os diversos atores envolvidos com a consolidação da paz no país e na região dos Grandes Lagos têm redobrado esforços para arregimentar consenso quanto a mapa do caminho para a sucessão de Kabila. Com o objetivo de pressionar o governo congolês para seguir no caminho da transição de poder no país, UE e EUA passaram a aplicar sanções contra bens de autoridades do governo.

Pressionado pela oposição e por atores externos, o governo congolês anunciou, em novembro de 2015, o início de um novo "diálogo nacional", voltado a angariar consenso da comunidade política congolese quanto aos seguintes tópicos: cadastro eleitoral, calendário eleitoral, financiamento dos pleitos eleitorais; garantia de segurança ao processo eleitoral; e papel da comunidade internacional no processo

eleitoral. As discussões contaram com a facilitação da ONU e da União Africana (UA). Nesse contexto, em outubro de 2016, os participantes do diálogo chegaram a acordo que previu: (i) a realização de novas eleições gerais até abril de 2018; (ii) a permanência de Kabila e outras autoridades de nível subnacional em suas funções até a realização do pleito de 2018; e (iii) a formação de novo governo de união, por meio da nomeação de primeiro-ministro ligado à oposição após novembro de 2016.

Como acordado, em meados de dez/2016, o então PM Matata Ponyo foi destituído e, para seu lugar, foi nomeado Samy Badibanga, vinculado ao partido União pela Democracia e pelo Progresso Social (UDPS), uma das principais forças de oposição. A nomeação, contudo, não agradou a UDPS e outros partidos da oposição, que desejavam que Etienne Tshisekedi, líder da UDPS e presidente do Conselho Nacional de Acompanhamento do Acordo de São Silvestre (CNSA), fosse nomeado primeiro-ministro.

Nesse contexto, a Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO) assumiu, no âmbito doméstico, a liderança dos esforços de mediação entre governo e oposição. Em 31/12/16, foi assinado o chamado Acordo de São Silvestre, baseado no consenso de outubro de 2016, mas com as seguintes inovações: (i) renovação do compromisso de Kabila de não modificar a Constituição ou candidatar-se a um novo mandato; e (ii) realização das eleições-gerais ainda em 2017. Kabila, contudo, não abriu mão da prerrogativa de nomear primeiro-ministro de sua escolha, ainda que a partir dos políticos da oposição.

Ao longo de 2017, os protestos populares foram gradualmente perdendo força. Em janeiro de 2017, o octagenário Etienne Tshisekedi deixou a RDC para fazer tratamento de saúde na Bélgica. Seu falecimento, em fevereiro de 2017, representou duro golpe contra a articulação das forças de oposição. Bruno Tshibala, que até março de 2017 atuou como secretário-geral adjunto da UDPS, abandonou o partido. Em abril de 2017, foi nomeado primeiro-ministro. Seu nome, contudo, não agradou a oposição.

Apesar da violência na Bacia do rio Kasai, o governo congolês sustenta que o registro eleitoral deverá ser concluído em julho de 2017. Observadores internacionais, contudo, lançam dúvidas sobre a capacidade do país de realizar eleições até o final de 2017.

Política externa

Apesar de sua relativa estabilização a partir do fim da II Guerra do Congo (1998-2003), a RDC jamais recuperou o peso regional exercido pelo antigo Zaire e continua a ter seu pleno desenvolvimento dificultado por quadro de recorrente instabilidade interna. O realinhamento de influências regionais e o renovado engajamento da comunidade internacional na estabilização da RDC, nos últimos anos, que conduziram à assinatura do Acordo-Quadro para a Paz e Segurança da RDC, em 2013, passaram a gerar otimismo cauteloso com relação ao futuro do país e aos efeitos positivos que sua estabilização duradoura poderia apresentar sobre todo o continente. A crise política interna observada a partir de 2015, contudo, gerou nova onda de instabilidade no país, sobretudo a partir da não realização das eleições presidenciais previstas, inicialmente, para novembro de 2016, e o recrudescimento dos conflitos na

região da bacia do Kasai.

Entorno regional

A política externa da RDC permanece vinculada à complexa instabilidade da política interna, que extrapolou as porosas fronteiras do país, afetando toda a região dos Grandes Lagos. De um lado, devido à continuidade da instabilidade na RDC, cerca de 480 mil congoleses permanecem refugiados em países vizinhos como Uganda, Ruanda, Tanzânia e Burundi, gerando pressão sobre os recursos governamentais desses países. De outro lado, mais de 450 mil nacionais de países vizinhos já cruzaram as fronteiras da RDC em busca de refúgio, motivados, somente para citar crises mais recentes, pelo conflito civil no Sudão do Sul e pela deterioração da situação política no Burundi. O envolvimento de ugandenses e, sobretudo, ruandeses em milícias armadas no leste do país, comprovada por relatórios da ONU, confere complexidade ainda maior a esse cenário e dificulta significativamente a coordenação entre a RDC e seus vizinhos na busca de uma solução duradoura para a crise no país. Essa coordenação constitui um dos principais eixos da política externa congoleza.

A guerra civil em **Ruanda** levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da República Democrática do Congo – RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao lado de Uganda, para a vitória de Laurent Kabila, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), por meio do qual o CNDP se converteria em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, se uniria ao exército congolês. Após esse acordo, pacificaram-se as relações com Ruanda, que o governo de RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabriram-se as respectivas Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares liderados pelo chefe militar do extinto CNDP, Bosco Ntaganda, rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo "March 23" (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de 3 anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do presidente congolês, Joseph Kabila, de deter Bosco Ntaganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. O movimento fortaleceu-se a partir de então, causando intensa deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em julho de 2012, o Grupo de Especialistas da ONU sobre RDC publicou relatório associando o governo de Ruanda ao M23, o que foi sistematicamente negado por Kigali.

Embora a RDC e **Uganda** tenham-se esforçado para estabelecer uma agenda

bilateral positiva, há ainda divergências pendentes entre os dois países, com destaque para a presença de grupos rebeldes ugandenses nas províncias do Kivu do Norte e Oriente e o diferendo sobre a exploração de hidrocarbonetos no Lago Albert, que tem levado, frequentemente, a episódios de tensão entre os dois países. Além disso, relatórios da ONU de outubro de 2012 e janeiro de 2014 indicaram o envolvimento de Uganda na exploração ilegal de minérios na RDC.

A crise do M23 despertou nos países vizinhos, sobretudo nos membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (**SADC**), o receio de que a RDC pudesse novamente tornar-se palco de uma reedição dos grandes conflitos regionais da década de 1990 e do início dos anos 2000. O reengajamento de membros da SADC como a África do Sul, Angola e Tanzânia no tratamento dos problemas de segurança da RDC contribuiu para o surgimento de nova postura assertiva voltada a pôr fim à instabilidade no país. Essa nova postura está na origem da criação da Brigada de Intervenção da MONUSCO (mar/2013), formada pela contribuição de tropas de África do Sul, Tanzânia e Maláui. Sensíveis à necessidade de fortalecimento do Estado congolês, em especial no que concerne às necessidades de garantia da estabilidade das fronteiras compartilhadas, de contenção de fluxos migratórios gerados pela extrema pobreza e pelas frequentes ondas de instabilidade regional e de aproveitamento do potencial energético congolês, esses países contribuíram para conferir lógica positiva ao encaminhamento da crise.

Nos últimos anos, o envolvimento da **África do Sul** na busca por uma solução para a crise política na RDC tem sido particularmente destacado. Além de o país ser um dos principais contribuintes de tropas para a MONUSCO, o comando da operação está, desde 2015, com general sul-africano. O país ainda tem sido ativo no treinamento das forças armadas e policiais da RDC, cujo nível de profissionalização é considerado como um dos mais baixos do continente africano. Além disso, a África do Sul é a segunda maior fonte de importações para a RDC, atrás apenas da China, e tem elevado sua participação em investimentos no país, com destaque para o projeto hidrelétrico de Grande Inga, sobre o qual os dois países firmaram acordo em 2013.

As relações com **Angola**, embora densas, são marcadas por tensões relativas à demarcação da fronteira marítima entre os dois países, bem como à presença de refugiados angolanos e congoleses que deixaram seus respectivos países de origem para viver no país vizinho em razão dos conflitos civis que assolararam a região. No que tange à questão marítima, assinala-se que a RDC tem solicitado a extensão de suas águas territoriais nos termos da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar, o que poderia resultar na redefinição das fronteiras marítimas entre os dois países e teria consequências sobre a jurisdição da produção "offshore" do enclave angolano de Cabinda. A questão da imigração entre os dois países, por sua vez, esteve no cerne de grave crise diplomática ocorrida em 2009, quando Kinshasa expulsou cerca de 50 mil angolanos da RDC, em retaliação à política angolana para imigrantes congoleses, que já havia levado à expulsão de 170 mil nacionais da RDC entre 2007 e 2009. Após esse momento crítico, as relações bilaterais passaram por sensível melhora. Nos últimos anos, Angola tem sido ativa na promoção do diálogo político, bem como no treinamento de

forças policiais na RDC, embora Luanda tenha indicado que poderá retirar sua cooperação caso não haja avanços na implementação do acordo entre governo e oposição para as eleições presidenciais de 2017 e persistam os episódios de violência pelo país.

Além dos países da SADC, destaca-se o protagonismo da **República do Congo (Brazzaville)** na promoção do diálogo nacional na RDC, em particular a atuação pessoal do presidente Denis Sassou Nguesso, que visitou Kinshasa em setembro de 2016, por ocasião da inauguração do diálogo. Por ser receptora de grande número de refugiados provenientes da RDC, a República do Congo acompanha com preocupação qualquer desdobramento que possa afetar a estabilidade em seu vizinho. Especula-se que o antigo projeto de uma ponte ligando as duas capitais, separadas somente pelo rio Congo, embora deseável do ponto de vista econômico, tenha sido sucessivamente adiado por razões de segurança.

Países desenvolvidos e em desenvolvimento

O relacionamento com as grandes potências constitui outra importante vertente da política externa da RDC, sobretudo em razão da necessidade de obter assistência financeira e humanitária, investimentos diretos que possam alavancar o seu crescimento econômico e mercado para suas exportações.

A **China** tem expandido rapidamente a sua atuação na RDC nos últimos anos. Mais de 40% das exportações congolesas têm como destino a China, hoje o principal parceiro comercial da RDC. Grande parte dos minérios extraídos das ricas jazidas da região de Katanga destina-se ao mercado chinês. Por outro lado, à diferença de investimentos originários de outras potências, os chineses têm investido maciçamente em infraestrutura, em especial em facilidades ligadas à produção e escoamento dos minerais extraídos em território congolês, como estradas, ferrovias e portos, seguindo o padrão de cooperação econômica adotado pela China nos demais países africanos. Em 2009, foi firmado acordo entre os dois países que previu investimentos chineses da ordem de US\$ 6,2 bilhões em infraestrutura local, tendo como contrapartida a concessão de áreas de exploração mineral ("minerals for infrastructure deal").

Além da China, têm significativa presença na RDC empresas sul-africanas, coreanas e australianas com interesse nos recursos minerais do país, ademais de grupos industriais indianos, como a Tata, do setor automobilístico.

Embora densas, as tradicionais relações com a **Bélgica e a França** vêm perdendo terreno para os países em desenvolvimento e os EUA, que mantêm forte presença na RDC em razão da operação de mineradoras norte-americanas, bem como da assistência militar prestada às FARDC. Apesar disso, a RDC, maior país francófono do mundo, continua a conferir grande importância ao relacionamento com outros países de língua francesa, europeus e africanos. A esse respeito, vale lembrar que Kinshasa foi sede, em 2012, da Cúpula da Organização Internacional da Francofonia. A UE é, também, um grande fornecedor de apoio financeiro e de cooperação para o país, além de haver enviado a missão EUPOL, para treinamento da polícia congolesa, no âmbito do programa de reforma do setor de segurança congolês auspiciado pela MONUSCO.

Mais recentemente, contudo, a eclosão de episódios de violência em

províncias da RDC banhadas pela bacia do rio Kasai estremeceu as relações do país com os países ocidentais, que acusam setores do governo de Kabilia de contribuir para violações de direitos humanos em território congolês. Além disso, a falta de vontade política, segundo a percepção desses países, por parte do governo congolês, teria impedido a realização de eleições em novembro de 2016 e, agora, estaria criando obstáculos à implementação do Acordo de São Silvestre. Em maio de 2017, a UE decidiu aplicar sanções contra nove nacionais da RDC, dos quais oito pertencem a altos escalões administrativos e militares. As sanções impuseram restrições a viagens e a movimentação de bens e de ativos financeiros dos destinatários. Poucos dias depois, os EUA anunciaram a adoção de sanções similares contra o chefe da Casa Militar da Presidência da RDC, por seu suposto envolvimento em execuções extrajudiciais, na perseguição a opositores, bem como na obstrução do trabalho de observadores da ONU.

Temas multilaterais

A dimensão dos conflitos regionais das décadas de 1990 e 2000, bem como a facilidade com que se alastraram para países próximos, despertaram a atenção da comunidade internacional para a instabilidade política na região dos Grandes Lagos e para a necessidade da presença multilateral na busca por uma solução duradoura para as crises nessa região. No que se refere à RDC, tropas das Nações Unidas estão presentes ininterruptamente no país desde a assinatura do Acordo de Lusaka, em 1999. A MONUSCO é, atualmente, a maior e a mais cara operação de paz da ONU, dispondo de 17.000 militares e policiais, cerca de 4.100 civis, e um orçamento de US\$ 1,31 bilhão. No plano regional, a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL), criada em 2008 e composta por doze países africanos, tem tido protagonismo na busca por uma solução para a instabilidade na RDC, em coordenação com os países vizinhos.

A Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC) foi criada em 1999, com o objetivo inicial de garantir o cumprimento do acordo de cessar-fogo assinado em Lusaka, naquele mesmo ano, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e os grupos rebeldes Movimento pela Libertação do Congo (MLC) e a Agremiação Congolese pela Democracia (RCD). Nos anos seguintes, a MONUC teve seus quadros gradualmente expandidos pelo Conselho de Segurança (CSNU). Paralelamente, seu mandato foi estendido para abranger, entre outras atividades, a manutenção da segurança da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas, a promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como o auxílio à organização de eleições na RDC.

Em outubro de 2008, manifestantes descontentes com a suposta passividade dos “capacetes azuis” frente ao avanço de rebeldes na província de Kivu Norte, leste do país, atacaram, com pedras, escritórios da ONU em Goma, capital da província. Esse episódio conduziu à aprovação, pelo CSNU, da resolução 1843, que autorizou o desdobramento temporário de tropas adicionais para reforçar a capacidade da MONUC. Em fins de 2008, além de estender o mandato da MONUC, o CSNU solicitou que a Missão abordasse prioritariamente a crise na região dos Kivu, concentrando sua atuação, progressivamente, no leste do país. A partir de 2009, a MONUC passou a colaborar nas operações conjuntas entre Ruanda e RDC, desempenhando papel mais ativo na proteção

de civis na região.

A resolução 1925 (2010), por sua vez, determinou a criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). A Resolução, além de autorizar a retirada imediata de 2 mil efetivos militares das áreas mais estáveis (províncias na região oeste e sul), incumbiu a Missão de mandato mais estrito, centrado na proteção de civis, no fortalecimento da autoridade do Estado e na reforma do setor de segurança. O Brasil não participa da Missão, embora tenha tido papel ativo nas negociações que levaram a sua criação.

Em fevereiro de 2013, foi dado o passo recente mais importante para a solução da crise política na RDC, com a assinatura, em Adis Abeba, do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região dos Grandes Lagos (Acordo-Quadro PSC). Com onze países signatários (África do Sul, Angola, Burquina Faso, Congo, RCA, RDC, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia), sob os auspícios da ONU, da UA, da SADC e da CIRGL, o acordo lista série de compromissos nos planos nacional, regional e internacional, voltados à pacificação da região. O Acordo-Quadro PSC é visto como a referência central para uma solução sustentável para a crise, uma vez que prevê tratamento abrangente e integrado para os problemas de segurança na região dos Grandes Lagos.

Em linha com suas obrigações derivadas do Acordo-Quadro PSC, o CSNU aprovou, em março de 2013, a criação em bases excepcionais, no âmbito da MONUSCO, da já referida Brigada de Intervenção (FIB), composta de 3 mil efetivos egressos dos exércitos da África do Sul, do Maláui e da Tanzânia. A FIB foi dotada de mandato inédito para uso ofensivo da força, com vistas a “garantir a proteção de civis e a neutralizar o M23 e outros grupos armados com atuação no país”. Desse modo, pela primeira vez, o CSNU passou a permitir que uma de suas forças militares pudesse enfrentar diretamente o inimigo. Em meados daquele ano, o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz assumiu o comando militar da MONUSCO. Com seu mandato reforçado, a Missão obteve importantes vitórias sobre milícias no leste da RDC, como o grupo M23, que, em dezembro de 2013, negociou sua rendição com o governo congolês.

Em março de 2017, foi anunciado que o CSNU reduzirá, progressivamente, o orçamento e os efetivos da MONUSCO nos próximos anos. A decisão deveu-se, sobretudo, à orientação do novo governo dos EUA de cortar suas contribuições para missões de paz. No contexto da renovação do mandato da Missão, o Embaixador dos EUA chegou a acusar a MONUSCO de alinhamento com o regime da RDC, que qualificou como “predatório”. Tomada logo após o anúncio do assassinato dos especialistas independentes da ONU, a decisão também sugere uma mudança na estratégia da Organização em relação à RDC. Com o recrudescimento do conflito na região da bacia do Kasai, nos últimos meses, e o registro de novos atos de violência no leste do país, a ONU passou a defender mais enfaticamente uma solução política para a crise na RDC, sobretudo por meio do cumprimento do Acordo de São Silvestre.

Em março de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) julgou, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo” Thomas Lubanga Dyilo culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças

menores de 15 anos, entre 2002 e 2003. A decisão foi saudada pela comunidade internacional como medida fundamental no combate à impunidade na RDC. Além de Lubanga, o ex-Vice Presidente da RDC Jean-Pierre Bemba, acusado de crimes cometidos na República Centro-Africana, foi condenado pelo TPI em março de 2016

Atualmente, também se encontra em julgamento pelo TPI o chefe militar do já referido CNDP, extinta milícia armada da Província do Kivu do Norte, Bosco Ntaganda. Procurado pelo TPI desde 2006, Ntaganda havia sido integrado às Forças Armadas da RDC (FARDC) como parte dos acordos para a desmobilização dos grupos armados após a guerra civil. No entanto, a decisão do Presidente Kabila de detê-lo e julgá-lo na própria RDC, após pedido do TPI, levou à deserção de Bosco das FARDC em abril de 2012, junto com cerca de outros 800 militares fiéis ao CNDP, o que levou à formação do M23 e à eclosão de guerra contra o movimento. Em março de 2013, Ntaganda entregou-se voluntariamente na Embaixada dos EUA em Ruanda para ser julgado pelo TPI.

Economia

Não obstante seu grande potencial econômico, anos de conflitos internos deterioraram gravemente a economia e os padrões de vida do país. Hoje, a RDC situa-se entre os países mais pobres do mundo. Em 2016, o PIB per capita da RDC, foi de US\$ 473, o 4º menor entre 230 países estimados, à frente apenas de Somália, República Centro-Africana e Burundi. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a RDC figurou na 176ª posição, entre 188 países. Seu PIB nominal, em 2016, foi de cerca de US\$ 40 bilhões, similar ao do estado brasileiro do Pará, e o 10º maior no continente africano.

A agricultura e o extrativismo vegetal ainda são as principais atividades econômicas, responsáveis por 46,3% do PIB e pelo emprego para cerca de 75% da população economicamente ativa. O setor de serviços responde por 32,9% do PIB, seguido do setor industrial (incluído o setor de mineração), com 20,8%. A RDC é o maior exportador mundial de minério de cobalto (87% do comércio internacional); o maior produtor de cobre na África e 6º maior do mundo (2,8% do total mundial); e o 3º maior produtor mundial de diamantes (17%), após Rússia e Botsuana. Grande parte da exploração e do comércio de recursos naturais, contudo, é feita de forma ilegal, particularmente pela fronteira leste do país.

Com o fim do período de transição (2003-2006), a RDC viveu período de 10 anos de progressiva estabilização política e recuperação econômica. Entre 2006 e 2015, o país apresentou, a cada ano, taxa de crescimento do PIB superior a 6% (exceto 2009, devido à crise financeira mundial). Nesse período, a RDC logrou, por meio de comedimento fiscal e política de câmbio fixo em dólar, reduzir a taxa de inflação, que, até 2011, se mantinha com dois dígitos, para cerca de 1,5%, tanto em 2013 quanto em 2014. Crescentes exportações de minérios vinham sendo acompanhadas por expressivos investimentos em infraestrutura, oriundos principalmente da China e Coréia do Sul.

A partir de 2016, contudo, a deterioração da estabilidade política ocasionada pelo impasse relativo à sucessão presidencial novamente impactou a economia. A taxa de crescimento do PIB, que fora de 6,9%, em 2015, e superior a 9%, em 2014, despencou para 2,5%, em 2016. Para 2017, o crescimento previsto é de apenas 1,8%. Já

a inflação aumentou 11% em 2016, impulsionada pela crise cambial e pelo aumento na massa de moeda circulante entre o fim de 2015 e o fim de 2016. Além da imprevisibilidade política, a debilidade institucional e insuficientes investimentos na modernização da infraestrutura constituem entraves ao desenvolvimento.

As contas públicas apresentam-se saudáveis, marcadas pelo equilíbrio fiscal. Em 2016, o déficit do setor público foi de apenas 0,3% do PIB. Contudo, a capacidade de arrecadação fiscal na RDC é ainda precária, resultado da grande economia informal do país e de uma presença ainda restrita por parte do Estado em todo o território nacional. Em relatório sobre a conjuntura econômica do país em 2016, o Banco Mundial recomendou que, com vistas a retomar ciclo de crescimento, o governo da RDC modernize meios para arrecadação de impostos sobre o consumo e suspenda políticas de isenção fiscal.

Os principais mercados de destino para as exportações da RDC em 2015 foram: China (48%); Zâmbia (17,2%); Coreia do Sul (5,4%); e Bélgica (5,2%). As principais origens das importações em 2015 foram: China (22,2%); África do Sul (16,1%); Zâmbia (8,3%); Bélgica (7,5%); Zimbábue (5,6%); Índia (5,1%); e França (4,3%).

O dívida externa atingiu US\$5,331 bilhões em 2016, apresentando aumento de US\$0,2 bilhão em relação a 2015. A taxa de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, sigla em inglês) recebida pelo governo correspondeu a 8% do PIB da RDC em 2015.

O investimento estrangeiro direto, que vinha sendo responsável pelo equilíbrio das contas externas da RDC, somou mais de US\$22 bilhões entre 2010 e 2015. Embora as estatísticas mais recentes não estejam disponíveis, estima-se que o fluxo de capitais para o país tenha sofrido forte retração em 2016.

Cronologia histórica

Séc. XIII	Tem início o chamado "Império do Congo".
1482	O navegador português Diogo Cão tornou-se o primeiro europeu a visitar o Congo.
1870	Tem início a colonização do Congo como propriedade privada do rei belga Leopoldo II.
1908	Congo passa a ser administrado pelo Reino da Bélgica.
1960	RDC torna-se independente do Reino da Bélgica, adotando o nome oficial de República do Congo. Na sequência, tem início guerra civil no país.
1961	Assassinato de Patrice Lumumba.
1965	General Mobutu depõe o presidente Joseph Kasavubu e instala-se no poder. Inicia-se a Era Mobutu (1965-1997).
1971	Congo passa a denominar-se Zaire.
1990	Mobutu compromete-se com reformas políticas e anuncia o fim do regime de partido único.
1991	Após os tumultos em Kinshasa por soldados não remunerados,

	Mobutu concorda com um governo de coalizão com líderes da oposição, mas mantém o controle do aparelho de segurança e importantes ministérios.
1993	Grupos anti-Mobutu rejeitam autoridade do governo central e são criados dois governos rivais no país.
1996	Tensões provenientes dos vizinhos Ruanda e Uganda dissemeliam-se pelo leste do país.
1996	Tem início a "Primeira Guerra do Congo" (1996-97). Coalizão de milícias rebeldes lideradas por Laurent-Désiré Kabila, na maioria da etnia tutsi, capturam grande parte do leste do Zaire, aproveitando-se de período em que Mobutu estava no exterior para tratamento médico.
1997	Coalizão de grupos rebeldes expulsa Mobutu.
1997/mai	Mobutu é impelido a deixar o país após as tropas rebeldes haverem assumido o controle de Kinshasa. Laurent-Désiré Kabila torna-se o novo presidente da nação, que passa a se chamar República Democrática do Congo.
1998/ago	Rebeldes apoiados por Ruanda e Uganda se levantam contra Kabila e avançam em Kinshasa. Angola, Zimbabwe e Namíbia enviam tropas para ajudar a repelir os rebeldes. Tem início a "Segunda Guerra do Congo" (1998-2003), também chamada de "Guerra Mundial Africana".
1999	Assinado o Acordo de Lusaka, que previu cessar-fogo entre os seis países beligerantes na guerra.
2000	Composta de 5.500 homens, Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo (MONUC) inicia suas operações no país, com mandato para monitorar o cessar-fogo de Lusaka.
2001	Assassinato de Laurent Kabila. Seu filho, Joseph Kabila, então comandante das Forças Armadas, assume a presidência.
2002	Presidentes da República Democrática do Congo e Ruanda assinam acordo de paz em que Ruanda deve retirar tropas do leste do Congo e a RDC desarmar e prender militantes hutus ruandeses acusados de assassinato da minoria tutsi no genocídio de Ruanda de 1994.
2002/jan	Erupção do vulcão no Monte Nyiragongo devasta a cidade de Goma.
2002/abr	São mantidas conversas de paz na África do Sul. Kinshasa assina acordo de compartilhamento de poder com rebeldes apoiados por Uganda. Os rebeldes do RCD, apoiados por Ruanda, rejeitam o acordo.
2002/jul	RDC e Ruanda assinam acordo de paz, segundo o qual Ruanda retiraria suas tropas do leste da RDC, ao passo que o

	governo congolês se compromete com o desmantelamento de grupos rebeldes hutu-ruandeses envolvidos no Genocídio de Ruanda de 1994.
2003	Tem início período de transição auspiciado pela ONU. O presidente Kabila assina uma constituição de transição. É formado um governo interino, com mandato para liderar o país até a realização de novas eleições gerais.
2004	Tem início, no leste do país, a chamada "Guerra do Kivu" (2004-2009), que opôs forças governistas a tropas rebeldes de origem tutsi-ruandesa, lideradas por Laurent Nkunda.
2005	Nova Constituição, com texto aprovado pelos ex-beligerantes, é aprovada pelo Parlamento. Os eleitores apoiam a Constituição, abrindo, assim, caminho para eleições em 2006.
2006	Thomas Lubanga torna-se o primeiro suspeito de crimes de guerra a enfrentar as acusações no TPI, na Haia, acusado de forçar crianças a combater.
2006	Eleições parlamentares e presidenciais são realizadas - as primeiras eleições livres em quatro décadas. Joseph Kabila é proclamado vencedor em segundo turno das eleições presidenciais. O pleito conta com a aprovação dos observadores internacionais.
2007	RDC, Ruanda e Burundi relançam o bloco regional “Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos”.
2007	Laurent Nkunda e seus seguidores estabelecem o Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP).
2008	Fortes confrontos irrompem novamente no leste do país entre as Forças Armadas da RDC (FARDC) e o CNDP. Em outubro, os rebeldes capturaram a principal base do exército de Rumangabo. O governo congolês acusa Ruanda de apoiar o general Nkunda, o que é negado pelo governo ruandês.
2008	Uganda, o governo do Sul do Sudão e RDC lançam ataque conjunto contra as bases do Exército de Resistência do Senhor (LRA), no nordeste da RDC.
2008/abr	As FARDC começam a combater milícias hutu-ruandesas que haviam sido suas aliadas em anos anteriores.
2009/jan	Lançamento da operação militar conjunta dos governos da RDC e de Ruanda contra o CNDP. A campanha dura cinco semanas. Nkunda é destituído do comando do CNDP, capturado e preso em Ruanda. O governo congolês passa a ser pressionado para prender Bosco Ntaganda, novo comandante do CNDP, procurado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) desde 2006.
2009/mar	Assinado acordo de paz entre o governo da RDC e o CNDP

	que estabeleceu o fim dos confrontos, a transformação do CNDP em partido político, a anistia e a integração de 6.000 ex-combatentes do CNDP às FARDC.
2010	Comemorações marcam os 50 anos de independência da RDC.
2010/mai	CSNU aprova a transformação da MONUC na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), uma das cinco missões de paz da ONU criadas com o termo "estabilização" no nome, juntamente com SFOR (Bósnia, 1996), MINUSTAH (Haiti, 2004), MINUSMA (Mali, 2013) e MINUSCA (RCA, 2014).
2010/jun	A operação Rwenzori, em Uganda, contra os rebeldes islamistas do ADF-NALU, leva 90 mil a se refugiarem na província de Kivu do Norte.
2012/abr	O governo da RDC determina a prisão de Bosco Ntaganda, em função de processo por crimes de guerra no TPI. Ex-integrantes do CNDP fundam o movimento rebelde "23 de Março" (M23) e começam nova rebelião. Tem início, assim, a chamada "Guerra contra o M23" (2012-2013).
2012/out	O CSNU anuncia sua intenção de impor sanções contra líderes do movimento rebelde M23 e violadores do embargo de armas da RDC. Um painel da ONU diz que Ruanda e Uganda estão fornecendo armas e apoio ao M23.
2012/nov	O M23 captura brevemente a cidade de Goma. Pressionados a deixar a cidade pela comunidade internacional, os rebeldes passam, posteriormente, a mantê-la sitiada.
2013/fev	Assinado, em Adis Abeba, o Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região dos Grandes Lagos (Acordo-Quadro PSC).
2013/mar	Bosco Ntaganda se rende na embaixada dos EUA em Ruanda e é transferido para o Tribunal Penal Internacional em Haia para enfrentar acusações de crimes de guerra.
2013/mai	O general brasileiro Santos Cruz assume, a convite da ONU, o Comando da Força Militar da MONUSCO.
2013/jul	A Brigada de Intervenção da MONUSCO (FIB/MONUSCO), com força de 3.000 membros, é empregada para combater e desarmar rebeldes no leste.
2013/out	O M23 é derrotado militarmente em campanha mantida pelas FARDC com o apoio da FIB/MONUSCO. Em novembro, o grupo apresenta sua rendição.
2013/dez	É assinada a Declaração de Nairobi, que prevê a transformação do M23 em partido político, a anistia aos rebeldes, exceto nos casos de violações ao direito humanitário, e o início de processo de Desmobilização, Desarmamento,

	Repatriação, Reintegração e Ressocialização (DDRRR).
2014/abr	Tem início a operação militar "Sukola" (limpeza) contra o grupo rebelde ADF-Nalu, a qual levou à fuga forçada de seu líder, Jamil Mukulu.
2015/jan	Dezenas de mortos em protestos contra as mudanças de lei eleitoral propostas, que a oposição alega terem sido destinadas a permitir que o presidente Kabila permaneça no poder.
2016/mar	Jean-Pierre Bemba, ex-Vice Presidente da RDC, é condenado pelo TPI por crimes cometidos na República Centro-Africana.
2016/mai	O ex-governador da província de Katanga, Moïse Katumbi, declara intenção de concorrer à presidência. Posteriormente, enfrenta prisão, mas deixa o país para tratamento médico.
2016/ago	Tem início a chamada "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu", sublevação contra o governo de Kinshasa, de grandes proporções, que atinge as províncias de Kasai-central, Kasai, Kasai-oriental e Lomani.
2016/out	No contexto de diálogo nacional, os partidos de oposição solicitam que, caso as eleições presidenciais fossem adiadas, fosse nomeado novo primeiro-ministro de partido da oposição. Em dezembro, Samy Badibanga assume como novo PM. Seu nome, contudo, não é bem recebido pela oposição.
2016/dez	É assinado o acordo de São Silvestre entre o governo da RDC e forças de oposição, o qual prevê a realização de eleições presidenciais ainda em 2017, além da nomeação de político da oposição para o cargo de primeiro-ministro.
2017/fev	É comprovado pela ONU o ressurgimento do M23 no leste da RDC.
2017/mar	Dois investigadores da ONU enviados para avaliar a "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu" são encontrados mortos.
2017/mar	O CSNU anuncia a redução progressiva do orçamento e dos efetivos da MONUSCO.
2017/abr	PR Kabila nomeia Bruno Tshibala como novo PM.
2017/mai	A UE anuncia sanções contra nacionais da RDC ligados a altos escalões administrativos e militares.
2017/jun	Os EUA anunciam sanções contra o chefe da Casa Militar da Presidência da RDC.

Cronologia das relações bilaterais

1960	Brasil reconhece a independência da RDC
1968	Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDC.
Abr/1972	Brasil abre sua Embaixada em Kinshasa.

Nov/1972	Visita à RDC do Chanceler Mario Gibson Barboza.
1974	RDC instala sua Embaixada em Brasília.
1980	Realização da I Reunião da Comissão Mista Bilateral (Comista), em Brasília.
Fev/1987	Missão de autoridades da RDC ao Brasil.
1988	Realização da II Reunião da Comista.
1997	Brasil desativa sua Embaixada em Kinshasa.
2004	Brasil reabre sua Embaixada em Kinshasa.
2005	Visita ao Brasil do Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba.
Out/2006	Tem início a missão do Exército Brasileiro junto à RDC, destinada a prover segurança à Embaixada brasileira.
Out/2006	Brasil doa 2950 urnas de lona ao governo da RDC.
Out/2006	Visita ao Brasil do presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras.
Mai/2007	Visita ao Brasil do presidente da CEI.
Jul/2008	Missão ao Brasil de três técnicos congoleses da área de saúde, com o objetivo de receber treinamento na área de vigilância epidemiológica em malária.
Mai/2009	Visita à RDC do ministro da Defesa Nelson Jobim.
Mai/2009	Visita ao Brasil do ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo.
Nov/2009	Técnica da ABC realiza visita a Kinshasa a fim de discutir retomada da cooperação técnica com a RDC.
Set/2010	Ministro Celso Amorim mantém encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Alexis Mwamba, à margem da 65ª abertura da AGNU.
Out/2010	Governo brasileiro realiza contribuição de US\$ 1 milhão, por meio do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para o apoio a atividades relacionadas ao reforço dos mecanismos de reparação e de acesso à justiça para as vítimas de violência sexual na RDC.
Nov/2010	Visita do ministro Celso Amorim a Kinshasa.
Ago/2011	Visita ao Brasil do ministro da Cooperação Internacional e Regional da RDC Raymond Tshibanda e realização da III Comista.
2013	Concluídos satisfatoriamente dois projetos de cooperação negociados com a ABC, nas áreas de cultivo de café no Kivu e agroecologia e agricultura familiar
Mai/2013	O general brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz assume o comando militar da MONUSCO
Set/2013	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente da RDC, Bavon Mputu Elima.

2014	Tem início, em Goma, o projeto de cooperação "Capoeira pela Paz" voltado a promover a reinserção social de crianças egressas de grupos armados, por meio do ensino da capoeira.
Mar/2014	Visita a Kinshasa do ministro da Defesa Celso Amorim.
Nov/2014	Visita ao Brasil do ministro da Economia e Comércio da RDC, Jean-Paul Begepole.
Jun/2015	Missão de parlamentares congoleses ao Brasil.
Ago/2015	Visita a Kinshasa e Goma do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira.

Atos bilaterais

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo Comercial.	28/02/1973	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural.	28/02/1973	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	28/02/1973	Em Vigor
Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.	09/11/1972	Em Vigor

Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a República Democrática do Congo (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes e miudezas comestíveis de aves	9.315	25,0%	9.316	22,1%	10.451	25,2%
Miudezas comestíveis de animais, frescas ou congeladas	2.893	7,8%	5.191	12,3%	5.632	13,6%
Carnes suínas, frescas ou congeladas	854	2,3%	1.476	3,5%	5.004	12,1%
Produtos de confeitoraria sem cacau, inclusive chocolate branco	4.896	13,2%	4.767	11,3%	4.208	10,2%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	0,6	0,0%	0	0,0%	2.625	6,3%
Açúcar refinado	114	0,3%	84	0,2%	2.064	5,0%
Caramelos, confeitos, sem cacau	1.416	3,8%	1.610	3,8%	1.847	4,5%
Gomas de mascar, sem cacau	2.359	6,3%	2.518	6,0%	1.826	4,4%
Enchidos de carne, miudezas ou sangue	1.670	4,5%	1.284	3,1%	1.536	3,7%
Farinhas de cereais	48,0	0,1%	169	0,4%	1.528	3,7%
Subtotal	23.566	63,3%	26.416	62,7%	36.721	88,6%
Outros	13.644	36,7%	15.683	37,3%	4.709	11,4%
Total	37.210	100,0%	42.099	100,0%	41.430	100,0%

Composição das importações brasileiras originárias da República Democrática do Congo (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cobre e ligas de cobre, em formas brutas	0	0,0%	31.185	77,1%	5.180	52,3%
Óleos de petróleo refinados	0	0,0%	0	0,0%	3.916	39,5%
Produtos intermediários da metalurgia do cobalto	3.629	19,1%	2.926	7,2%	704	7,1%
Enzimas preparadas	0	0,0%	26,6	0,1%	105	1,1%
Subtotal	19.002	100,0%	40.468	100,0%	9.905	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	19.002	100,0%	40.468	100,0%	9.905	100,0%

República Democrática do Congo Importação do País e Participação Brasileira em 2016 Participação Brasileira no Mercado Mundial acima de 1,17%						
SH6	Produto	Importações do país		Exportações Brasileiras	Part. Brasileira (%)	
		Do Mundo	Do Brasil		US\$ mil	US\$ mil
		US\$ mil	US\$ mil	Mercado do País	Mercado Mundial	
	Total geral	3.700.583	41.430	185.235.399	1,12%	1,17%
	Produtos selecionados	1.624.552	16.272	25.598.483	1,00%	1,29%
1	300490 Medicamentos terapêuticos ou profiláticos	321.574	2.625	620.552	0,82%	0,21%
2	271012 Óleos de petróleo e preparações	141.437	0	1.151.445	0,00%	0,23%
3	730890 Construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	71.664	0	90.272	0,00%	0,27%
4	871120 Motocicletas	60.486	0	107.796	0,00%	1,33%
5	20714 Carnes de frango, congeladas	57.525	8.644	5.945.000	15,03%	40,94%
6	843149 Partes de máquinas de terraplanagem e nivelamento	52.945	0	56.979	0,00%	0,30%
7	640299 Calçados de borracha ou plástico - sapatos	51.822	1	385.667	0,00%	1,34%
8	100199 Trigo e mistura de trigo com centeio	47.078	0	115.059	0,00%	0,36%
9	630900 Artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e similares, usados	43.614	0	93	0,00%	0,00%
10	852580 Câmeras de televisão, fotográficas e de vídeo	43.050	0	4.141	0,00%	0,01%
11	853710 Quadros para comando ou distribuição de energia elétrica	37.797	0	205.003	0,00%	0,36%
12	847490 Máqs. e apars. para selecionar, peneirar, separar ou lavar minérios	33.561	0	68.426	0,00%	1,13%
13	520852 Tecido algodão estampado	32.974	0	10.979	0,00%	0,43%
14	841381 Bombas para líquidos e partes	31.591	0	78.431	0,00%	0,45%
15	110100 Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	30.040	0	2.967	0,00%	0,07%
16	40221 Leite em pó	23.489	0	80.653	0,00%	1,09%
17	190190 Preparações alimentícias de farinhas, sêmolas, amidos, féculas	23.048	0	8.041	0,00%	0,12%
18	170114 Ácúcares de cana	23.044	0	8.279.525	0,00%	68,23%
19	850610 Pilhas e baterias de pilhas, elétricas	22.551	0	12.814	0,00%	0,36%
20	851762 Aparelhos de comutação e roteamento para TV	22.365	0	61.475	0,00%	0,05%
21	251910 Carbonato de magnésio natural - magnesita	22.308	0	1	0,00%	0,00%
22	250300 Enxofre de qualquer espécie	20.478	0	1.993	0,00%	0,08%
23	848180 Registros e válvulas para a indústria	19.788	0	692.110	0,00%	1,47%
24	151190 Óleos de dendê	19.679	0	1.808	0,00%	0,01%
25	670490 Perucas de pêlos ou de matérias têxteis	16.828	0	0	0,00%	0,00%
26	240220 Cigarros	16.500	0	3.698	0,00%	0,02%
27	870423 Veículos automóveis para transporte de mercadorias - caminhões	15.927	0	254.895	0,00%	1,79%
28	850423 Transformadores de dielétrico líquido	15.906	0	130.887	0,00%	2,61%
29	20329 Carnes de suíno, congeladas	15.597	5.002	1.289.697	32,07%	11,12%
30	870899 Partes e acessórios, para automóveis	15.575	0	414.766	0,00%	0,50%
31	690890 Ladrilhos e artigos de cerâmica	15.402	0	293.559	0,00%	2,32%
32	390210 Polipropileno	15.119	0	348.697	0,00%	1,66%
33	210690 Preparações alimentícias, complementos alimentares	15.053	0	315.419	0,00%	0,94%
34	850440 Conversores elétricos estáticos	14.443	0	76.267	0,00%	0,15%
35	100640 Arroz quebrado (trinca de arroz)	14.435	0	81.031	0,00%	5,61%
36	870323 Automóveis	14.430	0	2.907.358	0,00%	1,06%
37	870120 Tratores rodoviários para semi-reboques	14.430	0	684.456	0,00%	2,51%
38	110710 Malte não torrado	14.128	0	4.145	0,00%	0,13%
39	870410 Caminhões para serem utilizados fora de rodovias	13.863	0	64.449	0,00%	1,73%
40	842951 Carregadoras e pás carregadoras, autopropulsores	13.767	0	198.685	0,00%	2,55%
41	854449 Condutores elétricos, para tensão	13.496	0	126.555	0,00%	0,53%
42	151620 Gorduras e óleos vegetais	13.326	0	5.300	0,00%	0,15%
43	870510 Caminhões-guindastes	13.267	0	25.325	0,00%	0,83%
44	200290 Sucos de tomates preparados ou conservados	13.066	0	2.569	0,00%	0,09%
45	852872 Aparelhos receptores de televisão em cores	12.987	0	410	0,00%	0,00%
46	843143 Partes de máquinas de sondagem ou de perfuração	12.936	0	12.450	0,00%	0,12%
47	870210 Ônibus microônibus	12.874	0	232.255	0,00%	1,74%
48	851761 Estações base de telecomunicações	12.749	0	69.440	0,00%	0,93%
49	860210 Locomotivas diesel-elétricas	12.407	0	20.267	0,00%	1,88%
50	961900 Artigos higiênicos para bebês	12.133	0	54.673	0,00%	0,37%

Fonte: ITC Trademap - June 2017.

-- Setores a consolidar no mercado congolês --

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM KINSHASA,
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO
EMBAIXADOR PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO
(MAIO/2013 - JULHO/2017)**

POLÍTICA INTERNA

O ambiente político da República Democrática do Congo (RDC) esteve marcado, durante os quatro anos de meu mandato, por uma cisão crescente entre o governo do presidente Joseph Kabila e as várias plataformas de oposição. Nesse contexto, vale notar que, em dezembro de 2016, o mandato eletivo do Presidente Joseph Kabila chegou ao fim sem que o Governo tenha organizado a eleição presidencial. Apesar de um acordo político de alcance limitado ter permitido sua permanência no poder, o custo dessa permanência tem causado crescente erosão da credibilidade de seu governo; tem aprofundado a polarização entre situação e oposição, e; tem tornado mais crítica a crise econômica e o decorrente aumento da insatisfação popular por conta das dificuldades enfrentadas.

Durante os anos de minha gestão, dediquei-me ao acompanhamento dos avanços ou retrocessos da dinâmica da política interna que resultaram na produção de análises sobre temas que interessam ao Brasil e que são importantes para a modulação de seus interesses bilaterais.

Entre outros temas, as análises versaram sobre a proteção aos direitos humanos na capital; sobre a violência no leste do país; sobre a ação de outros grupos armados ligados, sobretudo, à exportação ilegal de minerais; sobre as sucessivas chacinas ocorridas em áreas de fronteira com Uganda; e sobre a eclosão de uma série de conflitos étnicos e religiosos em regiões centrais do país.

Relatei, também, sobre a reação de parte da sociedade internacional com relação à evolução do cenário interno com comentários sobre a imposição de sanções, pelos Estados Unidos e por alguns países da União Europeia, em particular a Bélgica, contra integrantes específicos do Governo com o objetivo de forçar o Presidente Kabila a cumprir com suas obrigações constitucionais e a permitir o exercício do voto livre na esperança de que possa haver uma alternância de poder com resultados positivos para o país.

ESTABILIZAÇÃO DO QUADRO DE SEGURANÇA INTERNA

No conturbado contexto de segurança interna marcado pela volatilidade, pela instabilidade e por conflitos, a RDC, em seus 57 anos como país independente, já abrigou quatro missões da Organização das Nações Unidas (ONU) em seu território, três delas classificadas como missões de paz, e uma, como presença

militar, em dois períodos diferentes: a primeira chamou-se Organização das Nações Unidas no Congo (ONUC), de 1960 a 1963, e teve caráter de missão de paz; foi imediatamente sucedida pela Operação das Nações Unidas no Congo (que também ficou conhecida como ONUC, mesma sigla da missão que a precedeu), de 1963 a 1964, e foi classificada como presença militar; a terceira chamou-se Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), de 1999 a 2010; foi imediatamente sucedida pela Missão das Nações para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), de 2010 até o momento. As duas últimas operações foram classificadas como missões de paz.

Em termos estatísticos, a MONUSCO é a maior missão de paz do mundo, tanto pelos recursos que mobiliza (1,1 bilhão de dólares anuais para o orçamento aprovado para o período compreendido entre julho de 2017 e junho de 2018), quanto pela quantidade do efetivo recrutado (18.728 integrantes uniformizados, dos quais 16.893 são tropas, 473 são observadores militares e 1.362 são policiais; e 3.317 civis, dos quais 779 são contratados internacionais, 2.538 são contratados locais e 352 são voluntários do Sistema de Voluntariado da ONU).

A esse respeito, convém lembrar que o Brasil participa ativamente do sistema das Nações Unidas, cujo engajamento pode ser aferido a partir de dois dados estatísticos: o Brasil é o sétimo maior contribuinte para o orçamento regular da Organização e o décimo-nono maior contribuinte para o orçamento de missões de paz. Em termos de tropas, observadores militares e outros funcionários, o Brasil está presente em 10 das 16 missões de paz em operação atualmente.

Diante da importância que o tema representa para nossa política externa, dediquei parte do tempo ao acompanhamento das ações da MONUSCO o que resultou na produção de um fluxo regular de análises. Esses documentos compuseram o quadro mais amplo de informações sobre a RDC, o que contribuiu para a consolidação das instruções que balizam o posicionamento brasileiro no amplo espectro de organizações e agências internacionais das quais o Brasil é membro e que deliberam sobre linhas de ação com relação à República Democrática do Congo.

A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO COMO POTENCIAL PARCEIRO PRIVILEGIADO DO BRASIL NO CONTINENTE AFRICANO

Apesar dos problemas internos do momento e das relações relativamente tensas com sua antiga metrópole e com seus parceiros tradicionais, vale lembrar que a República Democrática do Congo apresenta, também, características cujo aproveitamento correto permitiria um reposicionamento significativo do país no concerto das nações. São elas:

- com dois milhões e meio de quilômetros quadrados, a RDC é o segundo maior país da África, atrás apenas da Argélia;
- o país detém a segunda maior área de cobertura de floresta tropical no mundo, depois do Brasil, com um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados, o que representa 54 por cento do seu território. Sua biodiversidade é tão rica quanto a nossa e ainda pouco documentada cientificamente;
- o país dispõe do maior potencial agrícola do continente, com 80 milhões de hectares de terras cultiváveis, dos quais não mais do que oito milhões são hoje produtivos, em grande parte com base no primitivo modelo de agricultura de subsistência;
- o país conta com as maiores reservas geológicas do continente, com pelo menos 50 tipos de minérios identificados, dos quais não mais do que 12 são explorados comercialmente, alguns deles de maneira artesanal. O subsolo congolês é conhecido, também, pela abundância de algumas "terrás raras", hoje condicionantes do desenvolvimento industrial de ponta. A literatura refere-se recorrentemente a essas reservas como um "escândalo geológico";
- o país tem capacidade estimada de gerar 99 mil megawatts de energia por dia, se todo o seu potencial hidrelétrico fosse desenvolvido; há 235 pontos em suas diferentes bacias hidrográficas propícios para a construção de centrais hidrelétricas, mas a RDC conta com apenas 44 instaladas, muitas delas desativadas por falta de manutenção, e que geram não mais do que 2,5 mil megawatts, o que corresponde a menos de três por cento com relação à capacidade estimada. Nesse contexto, menos de nove por cento da população tem acesso à energia elétrica, sendo que em áreas rurais esse índice cai para menos de um por cento;
- o país conta com uma população de 80 milhões de pessoas, a quarta maior do continente, o que representa um mercado consumidor promissor.

A despeito de todo esse potencial, a RDC figura nas últimas posições de todos os índices internacionais que medem, comparativamente, desenvolvimento econômico e bem estar social. O processo de desenvolvimento social, agrícola, econômico, industrial e tecnológico é incipiente e descoordenado. Assim, o desenvolvimento das potencialidades da RDC depende, em grande medida, de parcerias com outros países detentores de capital para investimento e de tecnologia aplicável ao quadro local.

Em termos bilaterais, o Brasil é visto pelos dirigentes políticos e pela classe empresarial como o "gigante da América do Sul". Além da percepção positiva sobre a evolução histórica da sociedade brasileira, nosso país é visto, hoje, como uma potência agrícola, sobretudo, e industrial; uma nação de composição multicultural receptiva à integração; e como um

aliado com características ambientais, climáticas, geográficas e geológicas muito parecidas com as da RDC. Há uma percepção comum por parte dos dirigentes políticos, dos executivos e dos formadores de opinião de que o Brasil dispõe de avançado conhecimento em todas as áreas economicamente exploráveis da RDC. Todos identificam no amplo modelo de desenvolvimento brasileiro o modelo que deveria ser seguido pela RDC. E todos desejam e defendem relações multidisciplinares mais estreitas com o Brasil.

Dante do que precede, e tendo em conta o caráter pragmático que caracteriza a política externa brasileira, sobretudo em sua vertente africana, o cenário da RDC oferece oportunidades interessantes de aproximação do Brasil com esse país africano e propicia a concepção de uma estratégia para as relações bilaterais com a execução de ações para os curto, médio e longo prazos.

Cientes dessas oportunidades, procurei, ao longo de minha gestão, adotar linhas de ação que pudessem contribuir para a consolidação da estratégia de estreitamento das relações entre os dois.

VISITAS BILATERAIS

O calendário de visitas bilaterais de alto nível dos últimos quatro mostrou-se relativamente modesto quando comparado com outros países do continente africano. Não obstante o que precede, a Embaixada do Brasil em Kinshasa atuou na organização de visitas de autoridades brasileiras à RDC e de autoridades congolesas ao Brasil. De todas elas, a de maior importância e visibilidade foi a do então Chanceler Mauro Vieira, em agosto de 2015. Com agendas cumpridas em Kinshasa e em Goma, os encontros trataram de temas de interesse bilateral, com autoridades congolesas, e de interesse multilateral, com autoridades onusianas.

CANDIDATURAS

O exercício da governança mundial se faz por meio da ação de centenas de organizações internacionais, agências do sistema das Nações Unidas, agências independentes e outras entidades de ação específica. O sistema de eleição para assentos ou para os cargos de direção nessas instituições se faz por meio de um complexo mecanismo de votações internacionais, no qual as embaixadas de cada país funcionam com importantes "cabos eleitorais" no processo de estabelecimento das alianças que circunscrevem essas eleições.

Assim, durante meu mandato, coordenei e efetuei dezenas de gestões em favor da eleição do Brasil ou de candidatos brasileiros, nos termos das instruções recebidas para cada candidatura.

PROMOÇÃO COMERCIAL

A RDC é um país caracterizado por uma agricultura basicamente de subsistência e pela inexistência de indústrias de qualquer natureza. Isso faz com que o país importe praticamente tudo o que é consumido por seus 80 milhões de habitantes, pelo Governo, pelas empresas públicas, pelo setor privado.

Os números do comércio bilateral não são expressivos e parte das exportações brasileiras para a RDC é contabilizada como exportações para outros países, em razão da atuação de empresas de trading e portos africanos com linha direta para o Brasil.

Independente de números, o mercado local oferece produtos agroalimentares (alimentos para bebê, açúcar, biscoitos, carnes, e chocolates), material de construção, insumos para indústrias de máquinas, móveis, apetrechos de cozinha, todos de origem brasileira. Esses produtos chegam ao país por meio de comerciantes estrangeiros aqui residentes, notadamente os libaneses, os paquistaneses e os indianos.

Tanto quanto pude, procurei dar toda a atenção e prestei todo apoio cabível aos empresários brasileiros que passaram por Kinshasa na procura de novas oportunidades comerciais. Mantive reuniões na Chancelaria para discutir o ambiente político, as consequências para as atividades econômicas, os riscos. Propiciei, também, a interação dos empresários brasileiros com empresários locais, tanto de nacionalidade RD congolesa, como com estrangeiros.

Paralelamente aos encontros com empresários brasileiros, aproximei-me da comunidade libanesa da RDC, presente em todas as atividades econômicas do país: bancos e serviços financeiros; comércio (varejo e atacado de alimentos, bebidas, carros, eletrodomésticos, material de construção, informática, móveis, roupas, etc.); construção civil; hotelaria; infraestrutura; logística; mineração; restauração; serviços médicos, hospitalares e de laboratório; telecomunicações etc.

De maneira geral, a comunidade como um todo tem muito apreço pelo nosso país e muitos deles têm, inclusive, familiares no Brasil. Esses dois fatores já vêm funcionando como vetor na promoção da triangulação comercial entre Brasil, Líbano e RDC.

Assim, muitos supermercados, lojas e estabelecimentos comerciais, de Kinshasa e de outras cidades, controlados por libaneses, oferecem, de maneira assimétrica, mas consistente, produtos brasileiros. Os mais visíveis são produtos agroalimentares (em especial carnes, biscoitos, chocolates), móveis e material de acabamento. Menos facilmente identificados, porque são reembalados e ganham nomes de marcas

locais, mas igualmente onipresentes, são o arroz, o açúcar, a soja importados em grandes quantidades.

Durante minha gestão à frente da Embaixada em Kinshasa, em razão da proximidade que mantive com a comunidade libanesa, tive a oportunidade de facilitar o encontro de empresários brasileiros em visita a RDC para prospecção de negócios com diferentes empresários libaneses. Os encontros foram sempre pautados pela cordialidade e pelo interesse pela relação com o Brasil. E em alguns deles houve, inclusive, negócios realizados.

A despeito de todas essas oportunidades, cabe ressaltar que a atuação da Embaixada do Brasil em Kinshasa na promoção de oportunidades comerciais foi limitada em razão da não existência de um Setor de Promoção Comercial propriamente instalado, chefiado por um funcionário diplomático e com uma equipe para atuação junto aos agentes econômicos e comerciais.

RELAÇÕES FINANCEIRAS

As relações financeiras entre os dois países foram condicionadas, a partir de meados dos anos 1980 até de 2106, pelo não pagamento de uma dívida contraída por um importador local de carne enlatada brasileira, lastreada por uma garantia soberana. Nem o devedor, nem o Governo congolês honraram o compromisso, e a RDC passou a integrar a lista de países com dívidas ativas. Com isso, o país, suas empresas e seus agentes econômicos não puderam beneficiar-se da concessão de linhas de créditos para a exportação de bens e serviços, como observado com outros países do continente africano nas últimas duas décadas.

NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS

A questão da dívida soberana foi remetida ao Clube de Paris, onde os dois países negociaram um texto de acordo para a retomada dos pagamentos, em 2011. De 2011 a 2107, o assunto permaneceu sem evolução significativa na Comissão de Finanças do Senado brasileiro. Em uma de minhas reuniões com a Comissão de Relações Exteriores do Senado da RDC, tratei do tema com meus interlocutores. A solução para impasse do problema passou a interessar o Senador Jean-Claude Mokeni, presidente da Comissão e do Grupo de Amizade Brasil-RDC, também junto ao Senado.

Em junho de 2014, a Embaixada do Brasil em Kinshasa organizou viagem do Senador Mokeni a Brasília para tratar do tema. A partir desse momento, houve um esforço, inclusive por parte do então presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que o acordo voltasse a ser avaliado. Em março de 2017, depois de curtas negociações finais, o acordo foi assinado em Brasília. No mês seguinte, em

abril de 2017, a RDC efetuou o primeiro dos nove pagamentos semestrais previstos no acordo.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Esta Embaixada coordenou, desde minha chegada, em maio de 2013, projetos de que tiveram por objetivo a disseminação da prática da capoeira na RDC como tecnologia social a serviço da inclusão e da pacificação de crianças em situações de vulnerabilidade. Como resultado, foram abertas três frentes de trabalho:

- Fortalecimento das atividades já existentes de capoeira com crianças de rua do bairro de Limité, na periferia de Kinshasa, levadas a cabo pela Associação Abada Capoeira Congo. Desde 2013, em decorrência de um plano de trabalho por mim apresentado, a iniciativa passou a contar com apoio institucional e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP);
- Implantação, em 2014, do programa "Capoeira pela Paz" com crianças desmobilizadas de grupos armados em fase de ressocialização, na cidade de Goma, capital da província do Kivu do Norte, epicentro do conflito no país. A iniciativa é uma parceria entre a Embaixada do Brasil, a organização não governamental monegasca Associação Mundial dos Amigos da Infância (AMADE-Mondiale) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e conta com apoios financeiros dos governos do Canadá e da Suíça;
- Colaboração para a implantação, em 2014, da prática da capoeira para crianças e adolescentes refugiados da República Centroafricana, instalados em três campos de refugiados no norte da RDC, uma atividade desenvolvida e financiada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Ao todo, nas três operações e com participação de diversos Governos e entidades, foram mobilizados cerca de meio milhão de dólares que financiaram salários de professores, compra de uniformes e instrumentos, viagens de formação ao Brasil e à França, pagamento de serviços de fotógrafos e cinegrafistas para a documentação dos projetos, além da Primeira Cerimônia de Batizado de Capoeira na RDC.

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO

Programa de Estudante-Convênio

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) constitui um instrumento importante para o estreitamento dos vínculos culturais e educativos entre Brasil e RDC. A RDC foi reintroduzida no programa em 2007, e desde então seus nacionais tornaram-se o segundo maior grupo de beneficiários do programa

(444), excluindo-se aqueles originários de países de língua portuguesa.

Durante minha gestão, procurei modernizar e dinamizar as práticas aplicadas ao processo de pré-seleção das 500 candidaturas apresentadas anualmente.

SETOR CONSULAR

Concessão de Vistos

As atividades consulares ligadas à concessão de visto guardam certa desproporção com a dinâmica das relações bilaterais. Em razão da precária situação de segurança pública e da estagnação econômica dos tempos recentes, a consulta por vistos de toda ordem tem aumentado muito. Determinados a encontrar uma maneira de emigrar da RDC, muitos dos interessados que comparecem ao Setor Consular escondem os verdadeiros motivos das projetadas viagens ao Brasil.

Nesse contexto, durante minha gestão procurei aprimorar os métodos de trabalho com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento ao público. Esses novos métodos vêm permitindo, também, a identificação de práticas ilegais que circunscrevem as atividades do Setor Consular.

A Comunidade Brasileira na RDC

A comunidade brasileira na RDC é estimada em menos de 150 pessoas. Ademais do contato permanente e direto junto ao Setor Consular, organizei, durante os anos do meu mandato, o Dia da Comunidade Brasileira, no mesmo dia em que se comemora a proclamação da República. Os eventos, na Residência do Embaixador, estiveram sempre divididos em três partes: conferência das informações pessoais de brasileiros residentes e registro de novos brasileiros residentes; palestra sobre as questões de segurança no país e apresentação das linhas gerais do Procedimento de Evacuação de Nacionais.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

RELATÓRIO N° , DE 2017

SF11919-53360-10

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 50, de 2017 (nº 289, de 17 de agosto de 2017, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.*

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, nascido em 16 de setembro 1961, na cidade de São Paulo-SP, é filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos.

Concluiu a graduação em Pedagogia pela Universidade Santa Úrsula-RJ, em 1983, e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1989. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1992.

ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS tornou-se Terceiro-Secretário em 1993; Segundo-Secretário em 1998; e Primeiro-Secretário em 2005. Por merecimento, chegou a Conselheiro em 2008 e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

O indicado desempenhou, em sua carreira, várias funções, com destaque para as seguintes: Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami (1997-2000); Primeiro-Secretário e Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Abuja (2006-2009); Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral em Paris (2009-2011); Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Riade (2011-2013); e Embaixador na Monróvia desde 2013.

Em 1997, foi agraciado com a Ordem ao Mérito, na Itália, no grau de Cavaleiro.

Também em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática do Congo. O documento dá notícia das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República Democrática do Congo é unitária e semipresidencialista. O vasto território congolês é rico em recursos naturais. Conta com a segunda maior cobertura de floresta tropical do mundo; recursos minerais de alto valor, a exemplo de ouro, diamantes e cobalto; e as chamadas “terrás raras”, que são usadas como insumos na produção de

SF117919-53360-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

tecnologia de ponta. Detém, ainda, o maior potencial hídrico e energético do continente africano e extensas áreas agricultáveis não exploradas.

Alcançada a independência do Reino da Bélgica no ano de 1960, a instabilidade fundada em divergências ideológicas propiciou ambiente favorável ao golpe de Estado capitaneado por Mobutu, com apoio dos Estados Unidos da América e da Bélgica. Foi instituído regime de partido único e mudado o nome do país para Zaire. A era Mobutu durou mais de 30 anos, de 1965 a 1997, tendo sido marcada por intensa corrupção. Em 1996, iniciaram-se conflitos regionais que levaram à queda de Mobutu no ano seguinte, e se estenderam até o ano de 2003, quando, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, começou o período de transição política e estabilização. De 2006 a 2015, houve acentuado crescimento da economia congolesa.

Vale registrar que as eleições diretas presidenciais deveriam ter ocorrido em 2016. As sinalizações de que o cronograma eleitoral não seria cumprido fizeram surgir, no ano de 2015, forças oposicionistas ao governo de Kabila. Após esforços de mediação entre governo e oposição, as eleições estão previstas para este ano de 2017 ainda.

No plano bilateral, Brasil e República Democrática do Congo estabeleceram relações diplomáticas em 1968. Em 1972, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa, a qual foi fechada em 1997, dada a instabilidade política no país. Foi reaberta apenas em 2004.

O governo congolês considera o Brasil como modelo de desenvolvimento socioeconômico nacional, haja vista as similaridades entre os dois países, sobretudo no que diz respeito aos recursos naturais.

Seguindo tendência do comércio exterior entre Brasil e África, o intercâmbio comercial de bens entre o Brasil e a República Democrática do Congo sofreu retração de 16,5% (de US\$ 61,5 milhões para US\$ 51,3 milhões).

Entre 2012 e 2016, predominaram, nas vendas brasileiras para a República Democrática do Congo, produtos da cadeia alimentícia e farmacêutica. Já as importações concentraram-se, essencialmente, em minérios e combustíveis. Em 2016, os cinco principais grupos de produtos

SF117919-53360-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

SF117919-53360-10

exportados pelo Brasil para a República Democrática do Congo foram carnes e miudezas comestíveis; açúcar; preparações à base de carne; produtos farmacêuticos; malte e produtos da moagem, o que representou 84,2% do total das vendas brasileiras para o país africano. No mesmo ano, os principais grupos de mercadorias adquiridos pelo Brasil foram cobre; combustíveis; metais comuns; enzimas preparadas; que representaram 100% das importações brasileiras provenientes desse mercado. O cobre constitui o principal produto exportado por aquele país para o Brasil, com participação superior a 50% do total das vendas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator